

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICA

**CONTRIBUIÇÕES DE SUELI CARNEIRO PARA O PENSAMENTO DECOLONIAL,
FEMINISTA E ANTI-RACISTA LATINO-AMERICANO**

Danielle de Castro Silva Lobato

Brasília
2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICA

CONTRIBUIÇÕES DE SUELI CARNEIRO PARA O PENSAMENTO DECOLONIAL,
FEMINISTA E ANTI-RACISTA LATINO-AMERICANO

Danielle de Castro Silva Lobato

Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos Latino Americanos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dra. Lília Gonçalves Magalhães
Tavolaro

Brasília
2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Danielle de Castro Silva Lobato

Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos Latino Americanos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro
- ELA\UnB

Profa. Dra. Renísia Garcia Cristina Filice – FE\UnB

Prof. Rosamaria Giatti Carneiro - ELA\UnB

Brasília
2020

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao Paulo José da Silva, meu avô, minha ancestralidade, que consolidou a minha base familiar com luta e esforço.

Às minhas irmãs Stella e Sophia Lobato que são a minha continuidade e esperança de um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à orientadora Dr^a Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro que além de pesquisadora é uma professora preocupada com o processo de ensino-aprendizagem, com didática e empatia, foi uma honra ter sido sua aluna. Obrigada pelos ensinamentos e por não ter desistido frente aos desafios da orientação.

Gostaria também de agradecer ao meu pai Hélio Lobato, que fugindo das estatísticas das família negras é um pai presente, exemplar e meu maior alicerce. Obrigada por ter acreditado em mim até quando eu mesma deixei de acreditar.

Agradeço a minha mãe Miriam de Castro, mãe solteira e a mulher negra mais forte que já conheci. Obrigada pelas oportunidades educacionais e por me mostrar a forma mais pura de amor e doação.

Estendo meus agradecimentos aos meus amigos Nadine Emily Corrales; Gabriela Rodrigues, Jairo Castaño, Jeraldyn Naranjo, por tornar a trajetória acadêmica mais leve com parceria e cumplicidade; ao Me. Matheus Andrade por me mostrar a cultura do rap, sua interseccionalidade e a prática do que aprendemos na academia; a minha psicóloga Camila Clara que preservou minha saúde mental durante essa trajetória o que foi essencial para conseguir finalizar esta dissertação.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou este trabalho com as bolsas de pesquisas.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as contribuições de Sueli Carneiro para a teoria e pensamento social feminista e anti-racista latino-americano. A partir de uma perspectiva decolonial, destaca-se a produção intelectual realizada a partir de sua militância e participação em fóruns de debate público bem como na esfera acadêmico-científica com objetivo de situar sua perspectiva crítica feminista e anti-racista sobre as relações de gênero e étnico-raciais na América Latina na sua própria vivência enquanto mulher negra, ativista, intelectual e pesquisadora nesses espaços. A dissertação está dividida em três capítulos principais: o primeiro, onde apresento o acervo teórico-metodológico e os conceitos a partir dos quais analiso suas contribuições; o segundo que trata mais especificamente das vivências e trajetórias de Sueli Carneiro no contexto do racismo estrutural e sistêmico. E, por fim, o último capítulo no qual abordo propriamente as contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento anti-racista e feminista latino-americano, com base na análise de sua tese de doutorado e seus artigos sobre a temática da desigualdade de gênero e étnico-racial, publicados na Coluna Opinião do Correio Braziliense no período de 2000 a 2008.

Palavras-chave: Racismo, Pensamento Decolonial, feminismo negro, Brasil, América Latina.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze Sueli Carneiro's contributions to Latin American feminist and anti-racist theory and social thinking. From a decolonial perspective, the intellectual production carried out from its militancy and participation in public debate forums, as well as in the academic-scientific sphere, stands out in order to situate its critical feminist and anti-racist perspective on gender relations and ethnic-racial in Latin America in its own experience as a black woman, activist, intellectual and researcher in these spaces. The dissertation is divided into three main chapters: the first, where I present the theoretical-methodological collection and the concepts from which I analyze their contributions; the second deals more specifically with Sueli Carneiro's experiences and trajectories in the context of structural and systemic racism. And, finally, the last chapter in which I address Sueli Carneiro's contributions to Latin American anti-racist and feminist thinking, based on the analysis of his doctoral thesis and his articles on the theme of gender and ethnic inequality-racial, published in the Opinion Column of *Correio Braziliense* from 2000 to 2008.

Keyword: Racism, Decolonial Thought, black feminism, Brazil, Latin America.

RESUMEN

El propósito de esta disertación es analizar las contribuciones de Sueli Carneiro a la teoría y el pensamiento social feminista y antirracista latinoamericano. Desde una perspectiva descolonial, destaca la producción intelectual realizada desde su militancia y participación en foros de debate público, así como en el ámbito académico-científico, para situar su perspectiva crítica feminista y antirracista en las relaciones de género Y étnico-racial en América Latina en su propia experiencia como mujer negra, activista, intelectual e investigadora en estos espacios. La disertación se divide en tres capítulos principales: el primero, donde presentó el acervo teórico-metodológico y los conceptos desde los que analizo sus aportes; el segundo trata más específicamente de las experiencias y trayectorias de Sueli Carneiro en el contexto del racismo estructural y sistémico. Y, finalmente, el último capítulo en el que abordo los aportes de Sueli Carneiro al pensamiento antirracista y feminista latinoamericano, a partir del análisis de su tesis doctoral y sus artículos sobre el tema de la desigualdad de género y étnica-racial, publicado en la Columna de Opinión del Correio Braziliense de 2000 a 2008.

Palabras- clave: racismo, pensamiento decolonial, feminismo negro, Brasil, América Latina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Castigo de Escravos	Error! Bookmark not defined.
Figura 2 - A mulher negra e seu manifesto	62
Figura 3 - Encontro de mulheres negras	63
Gráfico 1 - Taxa bruta de alfabetização da população com 5 anos e mais - Raça branca	46
Gráfico 2 - Taxa bruta de alfabetização da população com 5 anos e mais - Cor preta	47
Gráfico 3 - Taxa bruta de alfabetização da população com 5 anos e mais - Cor parda	48
Tabela 1 - Taxa de alfabetização da população com 5 anos e mais de idade - Raça e sexo	45
Tabela 2 - Publicações da Sueli Carneiro	58
Tabela 3 - Participação em eventos diversos	58

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Descolonizando o pensamento a partir das abordagens decoloniais e do feminismo negro	21
1.1 Colonialidade e conhecimento: perspectivas desde a América Latina como esforço de descolonização do saber	25
1.2 O feminismo negro como projeto decolonial	29
Capítulo 2 - Trajetórias e vivências de Sueli Carneiro no contexto do racismo estrutural e sistêmico	42
Capítulo 3 -Raça, gênero e epistemicídio à luz das contribuições de Sueli Carneiro	64
3.1 Dispositivo de racialidade, biopoder e epistemicídio na sociedade brasileira	67
3.2 Vivências e re(existências)	72
3.3 - Educação e desigualdade	76
3.4.1. “Aqueles Negas” - a inferiorização do corpo negro	86
3.4.2. - Por um tempo mais feminino	88
3.4.3 - Matriarcado da Miséria - Raça, trabalho e gênero	91
3.4.4. - Aborto - A saúde da mulher negra	93
3.4.5. - Diversidade e Globalização Igualitária - Raça, Gênero e América- Latina	95
3.4.6 - Bené - A presença da mulher negra na política	97
Considerações finais	100
Referências	103

Introdução

A perspectiva proposta neste trabalho é de fugir da ideia da construção do corpo da mulher negra enquanto meramente um objeto de pesquisa e elucidar seu papel de produtora de conhecimento enquanto pesquisadora e intelectual militante. Definir o objeto de pesquisa como sujeito do conhecimento é também evidenciar meu local de identificação como pesquisadora e ativista negra.

Filha de pais graduados estudei em colégio particular durante a vida toda. O fato de minha mãe lecionar nas escolas em que eu estudei e, portanto, de eu receber bolsas como filha de professora, apresentou-se como única possibilidade de pagar a mensalidade. Durante toda minha trajetória meus pais colocaram a minha educação como prioridade, e sempre deixaram claro que isso condicionaria minha ascensão social. Cresci em um meio branco e o racismo sempre foi sentido cotidianamente deixando diversas cicatrizes e marcas.

Ao começar a trajetória na graduação em Ciências Sociais na UnB em 2013, e ao longo do curso, durante a graduação em Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais, percebi que havia falta de abordagem étnico-racial e de gênero como uma perspectiva transversal, nas diversas linhas de pesquisa no Instituto de Ciências Sociais. O início da minha atividade como pesquisadora foi na graduação, através do ProIC (Programa de Iniciação Científica) da Universidade de Brasília com a temática “Experiências Pedagógicas: a compreensão sobre África frente a aplicabilidade da lei 10.639”. Ou seja, viu-se a necessidade de realizar pesquisas sobre a temática, até então pouco trabalhada durante a trajetória acadêmica dentro dos planos de cursos das matérias obrigatórias e optativas. Buscando alternativas de estudos sobre o racismo fora das Ciências Sociais, entrei no GEPPHERG (Grupo de Estudos de Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero), e o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro), ambos da UnB. Tive a oportunidade de me debruçar sobre leituras que contextualizaram objetivamente sobre as particularidades políticas, sociais e econômicas da população negra, evidenciando o caráter estrutural do racismo. Isso foi de extrema importância porque até então eu sofria algo que eu não sabia interpretar e argumentar. Além de participar de debates que eram importantes para a minha construção subjetiva, na troca de conhecimentos e experiência com outros alunos. A professora Renísia Garcia, coordenadora de ambos os grupos, se tornou uma referência acadêmica importante para mim o que me motivou a continuar a graduação e seguir no mestrado.

Paralelamente a isso, sentir o racismo na própria pele é aspecto fundamental como marcador da minha identidade política como uma mulher negra militante anti-racista e feminista. Conheci e me aproximei do movimento negro em fevereiro de 2016 me filiando ao MNU (Movimento Negro Unificado). Em 2018 pleiteei para entrar na Coordenação de Comunicação do MNU-DF, onde estou até o presente momento. Participei da Marcha Nacional das Mulheres Negras, do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos, e fui intensificando cada vez mais a atuação como militante negra. Fui compreendendo a relação dupla entre sujeito e objeto que queria construir no campo de pesquisa e no meu ativismo. Por consequência, em diversos momentos eu me identifico com as vivências da Sueli Carneiro como acadêmica e ativista negra. A dororidade¹ aproxima nossas experiências.

Falar sobre as contribuições da produção intelectual de Sueli Carneiro para o pensamento feminista e antirracista latino-americano é fazer um esforço de descolonizar, de maneira transdisciplinar, esse conhecimento acadêmico colonial que possui como matriz o racismo institucional dentro das universidades com notáveis efeitos sobre as Ciências Sociais.

A busca por essa transdisciplinaridade pluri epistêmica e atenta à diversidade étnica e racial se alinha ao projeto intelectual da decolonidade do ser, do poder, e do saber, ou seja, de desconstrução da mulher negra como ser bestial, incapaz de razão e de desnaturalização de seu lugar subalternizado na sociedade e particularmente no âmbito das instituições do conhecimento.²

Trata-se, conforme aponta Costa, de contribuir para literalmente incorporar esse processo de descolonização ao espaço acadêmico institucional:

¹ Conceito de Vilma Piedade - "Dororidade carrega, no seu significado, a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder.... Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra Dororidade. " ("Dororidade...O que é? Ou o que pretende ser? Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2017/05/19/dororidade-o-que-e-ou-o-que-pretende-ser/>)

² Maldonado- Torres afirma que: "O que chamo aqui de atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2007a, 2007b). Durante a chamada época da ilustração europeia, esta atitude era parte de uma guinada mais ampla, quando a ideia e a tarefa da decolonialidade do ser, do poder e do saber adquiriu um estatuto de projeto político internacional. Isto se deu talvez de forma mais clara e contundente com a Revolução Haitiana. A Revolução Haitiana pode ser vista como ponto chave da "guinada decolonial" que impactaria em toda a região do Caribe e que inspiraria projetos de emancipação radicais até os nossos dias (Maldonado-Torres, 2011). Frente a um contexto onde sujeitos negros depararam-se com uma alienação perfeita das dimensões do ser e do significado (imagens e caracterizações do negro como bestial), do saber (tipologias sobre o lugar do negro no "sistema da natureza") e do poder (a escravidão naturalizada), há o levante de uma revolução de "negros" em uma colônia que não somente teve a audácia de se rebelar, como também seus sujeitos se tornam autoconscientes do significado revolucionário amplo de seu próprio levante. " (MALDONADO-TORRES, p.88, 2015.)

Não se trata mais de utilizar o espaço acadêmico apenas como um local protegido, separado e com liberdade de expressão para propor mudanças na sociedade - como se a sociedade estivesse do lado de fora dos campi, e estes funcionassem como um território livre dos problemas investigados pelos acadêmicos. Descolonizar, em todos os níveis: no corpo discente, no corpo docente, no formato institucional, no modo de convívio e na sua formação epistêmica geral (cursos, disciplinas, ementas, teorias, pedagógicas, etc. (BERNARDINO ET ALL, 2019, p.81)

No caso desta dissertação, busca-se alcançar esse objetivo por meio da sistematização das contribuições de Sueli Carneiro – mulher negra, ativista antirracista e feminista - para a teoria e o pensamento social latino americano, jogando luz sobre a indissociabilidade entre sua experiência de vida e ativismo e sua trajetória intelectual. Adota-se uma abordagem teórica metodológica através de um diálogo com os autores decoloniais e com a literatura feminista e anti-racista. O objeto geral é a análise da produção intelectual de Sueli Carneiro que pretende romper com o antagonismo entre militância e academia através de reflexões teóricas que visam à transformação social.

A partir da revisão de sua produção intelectual e bibliográfica e da investigação de alguns aspectos biográficos - em especial quanto à sua história de militância feminista e antirracista - procura-se elucidar as condições de possibilidade para a formação de um pensamento transformador e crítico capaz de:

(...) construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas e espaços institucionais que procuram expandir os espaços de emancipação, libertação e descolonização do poder, do ser e do saber. É essa combinação de elementos que faculta a esta forma de estudos a consolidação de espaços transdisciplinares decoloniais. (MALDONADO-TORRES, p.78, 2015.)

Destacar a autora não apenas como mulher negra, mas, sobretudo como mulher negra latino-americana autora de um pensamento social crítico antirracista e feminista e, portanto, não apenas como objeto, mas sujeito de conhecimento é reverter o racismo epistêmico³. Essa visão engendrada no imaginário social determina qual o corpo seriam produtor de conhecimento deslegitimando de diversos espaços outros corpos. Apresenta-se a junção entre vivência, decolonialidade cabendo aqui, edificar um novo corpo sem a inferioridade solidificada, além de reverter às hierarquizações das relações raciais.

³ O privilégio epistêmico conferido aos “homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo” (GROSFOGUEL, 2016, p.25). Esse monopólio do conhecimento regulador, dos homens ocidentais, legitimado através da inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta, tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo epistêmico. (BRUNO, 2018, p. 30)

Sueli Carneiro contraria esse legado, ao trabalhar associada às questões étnicas e raciais no Brasil, contribuindo, deste modo, não só para incrementar perspectivas teóricas consolidadas como para dar centralidade ao racismo como fenômeno social premente e ainda carente de investigações aprofundadas no campo acadêmico científico, que problematizam e tragam outras perspectivas críticas do feminismo negro, pois essas invisibilidades das teóricas negras se dão pelo sexismo e racismo na América Latina. O verbo que atravessa essa dissertação é o verbo falar que sinaliza a importância das narrativas negras como abordagem da realidade social.

Podemos pensar Sueli Carneiro como intelectual orgânica no sentido evocado por Gramsci, o qual propõe novos paradigmas e perspectivas para o conceito de intelectualidade que não o restringe aos campos acadêmico-científicos e que, muito ao contrário, repudia a produção teórica do conhecimento como atividade dissociada da prática. Para o autor, aliás, aquilo que definiria o intelectual orgânico não é simplesmente sua capacidade de reflexão sobre a realidade na qual se insere, mas a sua realização com vistas à transformação social: “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1982, p.7). Isto posto, os intelectuais orgânicos estão inseridos no campo de transformação social e política, fazem parte da sociedade civil e defendem os interesses da classe que ele está inserido articulando o social, cultural e político.

O pensamento e a sua trajetória de vida de Sueli Carneiro enquanto intelectual e militante frisa a importância do processo de práticas e vivências para as teorias raciais e para a constituição metodológica importante na relação indivíduo e a sociedade, ou seja, para que as teorias não sejam perdidas na abstração pois elas possuem uma premissa histórica e são aplicadas na legitimidade ou não de discursos.

Nesse caso o “paradigma do Outro” assume diferentes compreensões, pois expressa de um lado a vivência pessoal da discriminação racial e de ativista no combate ao racismo e às estratégias de subjugação racial. De outro, abarca a memória ancestral concebida como experiência coletiva da dominação, da escravização, da resistência à opressão, e de busca de afirmação étnico-cultural e emancipação social e a experiência de aculturação e as contradições que ela encerra. (CARNEIRO. 2003, p.25)

Toda essa tentativa de abordar as vivências e experiências, de ocupar os espaços acadêmicos, a partir da disputa, e pautar nos trabalhos memórias culturais vai atravessar a pesquisa e toda a reconstrução de referencial da Sueli Carneiro a partir do seu lugar de fala enquanto negra, militante e doutora. Logo, é essencial compreender a sua trajetória

acadêmica, mas também, e, sobretudo, de que modo essa trajetória se misturou e confundiu com sua militância política.

Parece-me que esses são alguns dos requisitos necessários para construir as condições para operar a desnaturalização do lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Um lugar no qual a subalternidade aparece como uma dimensão ontológica do ser da mulher negra. (CARNEIRO, 2018, p.281)

Esta dissertação busca precisamente contribuir para essa desnaturalização através de um esforço transdisciplinar capaz de - assim como o faz nossa autora - unir o trabalho acadêmico à militância política, antirracista, já que o racismo e o sexismo operam na dimensão simbólica, produzindo concepções de mundo e interpretações hegemônicas que muitas vezes encontram abrigo nas instituições do conhecimento.

Conforme reivindicam os autores decoloniais contemporâneos (fazer referência a Mignolo, Grosfoguel e Maldonado-Torres, Costa), é necessário que a academia e militância estejam alinhadas para superar esses desafios. É preciso ter responsabilidade com as pautas raciais e de gênero para - a partir do reconhecimento da existência do epistemicídio - contribuir para a inserção social e dar visibilidade aos sujeitos subalternizados pelo patriarcado e o racismo enquanto sujeitos de conhecimento, e ampliar, assim, as nossas perspectivas e abordagens sobre o mundo.

A experiência histórica das mulheres negras com a violência colonial, que ao coisificar o corpo negro, coloca o papel da mulher negra de forma subalterna e subserviente, perpetua no imaginário social as relações de raça e gênero de modo hierárquico. A mulher negra é desvalorizada em todos os níveis. Ao desconstruirmos esse discurso da mulata sexualizada, abrimos novas possibilidades para a imagem da mulher negra, construindo um novo horizonte histórico sobre o racismo e a opressão de gênero.

Do mesmo modo, gostaria de salientar que a construção do corpo feminino negro, discursivamente concebido como símbolo de resistência e como um elemento importante a afirmação da identidade negra no Brasil, foi elaborada como uma resposta à excessiva representação sexualizada atribuída ao corpo da mulata. (FIGUEIREDO, 2019, p.211)

Portanto, existe uma narrativa política e social sobre os corpos das mulheres negras que é por elas revertido ao se tornarem sujeito da sua própria história, e ao construírem a mulher negra latino-americana como uma identidade política (CARNEIRO, 2003). Mas é também no âmbito das instituições do conhecimento que o questionamento da subalternização da mulher negra se desdobra em possibilidade de transformação social ao evidenciar indispensabilidade de um campo de conhecimento multirracial, pluricultural e antirracista.

A própria invisibilidade do pensamento negro feminista em determinados circuitos acadêmicos é o reflexo dessa desigualdade que se dá efetivamente quanto ao acesso desvantajoso ao mercado de trabalho e também pelo racismo epistêmico que é produto dessa desigualdade. Ou seja, a desigualdade racial e de gênero tem impactos sociais na divisão racial do trabalho, a identidade racial acaba por ser forjada em um sistema de classificação social que se reproduz na produção de conhecimento.

A cor funciona, em relação às mulheres negras, como fator não somente de expulsão da população feminina negra para as piores atividades do mercado de trabalho, como também determina os baixos rendimentos, mesmo nessas funções subalternas, o que ocorre de maneira sistemática no interior das demais ocupações. (CARNEIRO, 2018. p.38)

A cor é uma variável determinante para exercer o poder de um grupo sobre o outro, em outras palavras, ser negra no Brasil é obstáculo ao alcance de igualdade e equidade. As práticas culturais, políticas, econômicas, institucionais e culturais colocam as mulheres negras quase sempre em um local de subalternidade. Cabe aqui dissociar esses enraizamentos também no campo de pesquisa, na formação das identidades, ocupações sociais e educacionais da população negra como um todo, e da mulher negra especificamente. “A relação entre a mulher negra e o poder é um tema praticamente inexistente no campo do conhecimento. Falar desta relação é, então, como falar do ausente” (CARNEIRO, 2018, p.270).

Conceição Evaristo acerta nas palavras ao descrever, no Prefácio do livro da Sueli Carneiro “Escritos de uma vida”, essa tarefa política de ler e compartilhar conhecimentos produzidos por mulheres negras:

Tenho pronunciado a respeito, uma vez que para as mulheres negras, publicar se converte em um ato político também. Podemos ainda ampliar o sentido político de escrever e publicar, acrescentando o ato de ler. Promover os nossos textos entre nós mesmas, e para além de nós, investigar uma bibliografia não conhecida ou não recepcionada como objeto científico, mas que nos informa a partir do nosso universo cultural negro, insistir em apreender as informações contidas nas obras, são atos de leitura que se transformam em atos políticos. Quando optamos por uma autoria e das pesquisas que pretendemos empreender, conseqüentemente vamos apresentar outras citações. Nesse sentido estamos compondo outra política de citação a partir de conhecimentos até então subjugados. (EVARISTO, 2018, p. 8)

Conceição Evaristo faz um convite para todas as mulheres negras promoverem os textos e conhecimentos uma das outras, o que é um dos objetivos específicos desta dissertação. O presente trabalho tem em vista a possibilidade de pensar a autora Sueli Carneiro e sua expressão no movimento negro e também no âmbito acadêmico enquanto

produtora de conhecimento as duas esferas, a acadêmica e a política, na verdade borrando as fronteiras entre elas, buscando empreender uma prática verdadeiramente transdisciplinar de produção do conhecimento.

As Ciências Sociais acabaram por construir historicamente seus métodos a partir da sua própria linguagem também eurocêntrica. O Eu hegemônico, reiterado por séculos, que organiza a sociedade mantendo hierarquias de saberes silenciando outros grupos produtores de conhecimento.

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da verdade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou pelo menos privilégios de uso. (SANTOS, 2001, p.28)

Dessa maneira, cabe aqui jogar luz sobre outras teorias que, além de reverterem o racismo e sexismo, refletem as vivências de uma autora e intelectual negra que, em alguma medida, elucida experiências vividas na América Latina, a partir do lugar da mulher negra, com as suas próprias identidades epistemológicas contestando, dialogando e complementando teorias clássicas.

Parte-se, portanto, dos referenciais da teoria decolonial sobre a produção de conhecimento para refletir sobre a produção do trabalho acadêmico, científico e político de uma forma crítica e descritiva. Logo, também – e com objetivo de subverter uma lógica que sustenta essa estrutura desigual de poder – busca-se elucidar o ponto de vista do pensamento feminista negro, ou seja, a partir das contribuições da pensadora negra Sueli Carneiro que possui uma vivência como uma mulher negra que cria uma condição para a formulação desse pensamento crítico, feminista e antirracista.

Conforme aponta Collins “um papel para as mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras” (2016, p. 99). Entende-se aqui que para além de uma luta individual, trata-se de uma emancipação coletiva, rompendo com a perversidade que nega a diversidade intelectual, que se distancia desse padrão branco e eurocêntrico. Algo, aliás, que se coloca como um dos principais propósitos da própria autora “objeto-sujeito” dessa dissertação:

É uma condição necessária de afirmação da nossa plena humanidade a gente rejeitar visceralmente toda e qualquer forma de discriminação e exclusão, todo mundo que aceita isso se rebaixa como ser humano e eu sou muito orgulhosa da minha plena humanidade. ” (CARNEIRO, 2018)

Sueli Carneiro e outras mulheres negras abriram – a partir de suas lutas - o caminho para que uma dissertação como essa fosse escrita. Estudar e dar a conhecer as suas contribuições é, portanto, um legado do ativismo e do pensamento engendrados pela autora. A proposta é a construção acadêmica e científica a partir de um giro decolonial que mostre de que forma se solidificam as posições desiguais e iniquidades de espaços, falas, saberes, políticas, representação intelectual, corpos e conhecimento e contribua para reverter o racismo epistêmico dentro e fora das Universidades, por meio do enfoque sobre o pensamento de Sueli Carneiro enquanto pensadora Latino-Americana.

Não compreender o racismo que atravessa esses contextos é ocultar as distâncias sociais bem como a complexidade das relações étnico-raciais que atribuem características e papéis diferenciados e desiguais entre indivíduos nas sociedades atravessadas pela colonialidade do poder. O campo de conhecimento também está atravessado pelo racismo, sexismo e isso se reflete nas próprias instituições produtoras do conhecimento, como as universidades e centros de pesquisa:

Nas universidades ocidentalizadas, o conhecimento produzido por epistemologias, cosmologias e visões de mundo “outras”, ou desde geopolíticas e corpos políticos do conhecimento de diferentes regiões do mundo considerados como não ocidentais com suas diversas dimensões espaço/temporais, são reputados “inferiores” em relação ao conhecimento “superior” produzido por uns poucos homens ocidentalizados dos cinco países que conformam o cânone do pensamento nas humanidades e nas ciências sociais” (GROSFOGUEL, 2016, p 27-28)

Falar sobre a Sueli Carneiro é fazer um esforço de descolonizar esse conhecimento, já que a autora é engajada em uma prática de transformação com importância e titulação no âmbito acadêmico, possui diversas publicações, e é referência para o movimento negro no Brasil e na América Latina. Em larga medida, podemos pensar a trajetória de Sueli Carneiro como ponto fora da curva, uma vez que diferentemente da grande maioria dos negros e negros brasileiros e latino-americanos, é não só ativista política e militante, mas possui titulação acadêmica de doutorado.

Tampouco à universalidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo ocidental europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros. (NASCIMENTO, 2017, p. 114)

O sistema educacional funciona como um aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural (NASCIMENTO, 2017). Institui a superioridade a um grupo racial, inferioridade a outro grupo, naturalizando a hegemonia racial branca dentro da academia. Ao

furar esse cerco acadêmico aos corpos negros, Sueli Carneiro se posicionou de forma diferenciada e pode também a partir de ali edificar suas reflexões críticas e seu pensamento acerca das relações raciais e de gênero na América Latina.

Cabe aqui, a tentativa de captar de que modo a sua experiência enquanto mulher negra, ativista e acadêmica incide sobre a produção de um pensamento crítico acerca dos fenômenos sociais latino-americanos.

Trata-se aqui de descolonizar não só os saberes produzidos na Universidade, mas os saberes como um todo. É necessário incorporar na estrutura da sociedade novos paradigmas, compreender a colonialidade do poder⁴ vigente e pensar e novas formas de interpretação que contribuam para o conhecimento. Os espaços de produção de conhecimento refletem, através dos intelectuais orgânicos, a diversidade e trazem transformação política à comunidade no sentido da construção de um pensamento crítico através do qual a teoria se faça de forma dissociada da prática. Essa dissertação se soma a esse esforço de reflexão teórica como condição sine qua non de mudança social, atuando não apenas como crítica e contraponto ao epistemocídio, mas também ao genocídio.

A prática diante das exigências da conjuntura e a estruturação de um campo teórico precisam estar alinhadas com a responsabilidade de produzir conhecimento sobre os sujeitos e para os sujeitos. Reconstruímos a trajetória de vida de Sueli Carneiro, sua relação com a militância e a academia e a maneira como todos esses aspectos dialogam com a sua identidade política e intelectual de negra Latino-Americana. Busca-se, com isso, construir um instrumento teórico analítico para pensar sobre todos os movimentos sociais, de forma teórica e prática, pois a fala e a escrita são movimentos que transformam.

Um dos objetivos específicos aqui é dar voz e ênfase a uma pensadora negra e latino-americana, considerando que não só a América Latina, como em especial as mulheres negras latino-americanas e suas contribuições conceituais e teóricas têm tido menor circulação e estado na maior parte das vezes invisibilizadas no debate acadêmico internacional.

Uno de los grandes problemas de la teoría social latinoamericana es el déficit de acumulación, que no se debe solamente al borramiento ocasionado de modo cíclico por dictaduras y exilios, sino también a la recurrente desvalorización y al olvido de lo que hemos producido y elaborado en estas latitudes, esto es, al desdén por los aportes conceptuales,

⁴ Convertem-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial". (QUIJANO, 2005, p.118)

*debates de ideas y núcleos temáticos que han recorrido la reflexión teórica y social en América Latina*⁵ (SVAMPA, 2016, P.13)

Um dos pontos a serem repensados é achar que a América Latina produz apenas conhecimento empírico a partir de uma realidade local específica, como se não produzisse conceitos teóricos de marco geral. Logo, é necessário dar luz a autores não antes tomados como paradigmáticos, como a Sueli Carneiro que é representativa do pensamento crítico feminista e antirracista na América Latina.

Esta dissertação está dividida em 3 capítulos. O primeiro “Descolonizando o pensamento a partir das abordagens decoloniais e do feminismo negro” discorre sobre o acervo teórico-conceitual no qual me amparo para pensar as contribuições de Sueli Carneiro. O segundo capítulo “Trajetórias e vivências de Sueli Carneiro no contexto do racismo estrutural e sistêmico” aborda a formação da subjetividade da Sueli Carneiro através das suas relações familiares, o aprendizado com seus pais e o incentivo pela transformação da sua realidade através do acesso à educação, a identificação com a militância do movimento negro, e os efeitos de um racismo estrutural e sistêmico nas instituições acadêmicas e de educação de modo a contextualizar a trajetória e as vivências de Sueli. A conjunção desses fatores faz com que Carneiro seja uma pensadora crítica feminista negra.

O terceiro capítulo, “Raça, gênero e epistemicídio à luz das contribuições de Sueli Carneiro” faz uma análise da tese de doutorado defendida na USP intitulada “A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser” e matérias de jornal selecionadas de forma não meramente descritiva. Na tese, são apresentados os conceitos de Foucault sobre dispositivo de poder, biopoder, epistemicídio e dispositivo de racialidade e a aplicabilidade na vivência de alguns ativistas para posteriormente, discorrer sobre a importância da educação para a população negra como possibilidade de mobilidade social, correlacionando a lei 10.639, que torna obrigatório o estudo da história da África no ensino básico e as relações de poder no âmbito da educação.

Por fim, no terceiro capítulo, apresento Sueli Carneiro enquanto sujeito do pensamento feminista negro, e exponho trechos de algumas matérias da Coluna Opinião do Jornal Correio Braziliense da qual ela foi colunista entre o ano de 2000 e 2008. Neste capítulo

⁵ Um dos grandes problemas da teoria social latino-americana é o déficit de acumulação, que não se deve apenas ao apagamento causado de forma cíclica por ditaduras e exílios, mas também à recorrente desvalorização e esquecimento do que produzimos e elaboramos neles, ou seja, desprezo pelas contribuições conceituais, debates de ideias e núcleos temáticos que têm percorrido a reflexão teórica e social na América Latina. (SVAMPA, 2016, p.13, tradução nossa).

são abordadas temáticas como a inferiorização do corpo negro, resgate da violência colonial, a posição dentro do mercado de trabalho, o aborto como pauta de saúde pública das mulheres negras, as relações de poder na América Latina em um mundo globalizado e sobre a inclusão e representatividade de mulheres negras na política.

Para justificar e dar corpo a esta dissertação do ponto de vista metodológico, foram assistidas entrevistas da Sueli Carneiro disponíveis no Youtube, além da revisão bibliográfica da sua tese, e outras publicações de artigos, periódicos, capítulos de livros, publicações em revistas e publicações no Geledés, e leitura minuciosa da sua biografia publicada pela Rosane Borges. O trabalho de pesquisa foi feito através das matérias do Jornal Correio Braziliense, na qual ela foi colunista, presentes na sua forma física na biblioteca do Senado Federal. Pelo grande número de publicações e pela necessidade de afinar facilitando a análise teórica e metodológica foram selecionadas matérias que abordavam a interseccionalidade de raça, classe e gênero. Ao longo da pesquisa foram feitas várias tentativas via e-mail, contato telefônico com o Instituto da Mulher Negra em São Paulo, e através do movimento negro nacional para conseguir uma entrevista, não com a finalidade de encurtar o trabalho de pesquisa e sim de enriquecer a dissertação. Porém a autora não demonstrou interesse ou disponibilidade. Apesar disso, não é possível desconsiderar as contribuições da produção de conhecimento que Sueli Carneiro deixou de legado para que esse trabalho fosse realizado. Essa dissertação não é apenas uma revisão teórica, mas sim um esforço de reconciliar as experiências e vivências de Sueli Carneiro como mulher negra, militante anti-racista e feminista e sua produção teórica e intelectual. Nesse sentido é uma contribuição para a desconstrução dos discursos canônicos na academia e sua abertura para perspectivas e visões outras que se somam e corroboram para visão crítica da sociedade.

Capítulo 1 - Descolonizando o pensamento a partir das abordagens decoloniais e do feminismo negro

Esse capítulo apresenta os referenciais teóricos sobre América-Latina e o feminismo negro a partir dos quais referimo-nos e analisamos as contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento crítico decolonial, anti-racista e feminista latino-americano. Ao adotarmos o referencial teórico do feminismo negro e do anti-racismo constituído a partir das práticas feministas e anti-racistas e da vivência de mulheres negras, colocamos em prática aquele que constitui o principal objetivo da abordagem teórico-metodológica decolonial, qual seja: adotar o diálogo transdisciplinar com as perspectivas dos trabalhadores, das mulheres, das minorias étnico-raciais.

O racismo é um protagonista do cenário social que organiza as relações sociais alicerçado uma hierarquia, portanto aqui se faz um esforço de dar voz a essas trajetórias “desde dentro” das experiências do racismo e do sexismo, as quais conforme propõe a noção de “lugar de fala”, proporcionam um olhar privilegiado dos fenômenos sociais, já que é o lugar do não ouvido ou visibilizado e que, no entanto, revela pontos cegos dos discursos hegemônicos de liberdade, igualdade e fraternidade que sustentam e alimentam nossa fantasia moderna.

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir, pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos do direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (RIBEIRO, 2019, p.64)

Contra esse isolamento e silenciamento, a prática intelectual de Sueli Carneiro demonstra como sua subjetividade se traduz em um pensamento crítico, reflexivo e contra hegemônico que joga luz sobre as dinâmicas de raça e gênero. As mulheres negras vêm lutando pela legitimidade de serem reconhecidas como sujeitos políticos produtores de conhecimento. O conceito de “lugar de fala” resgatado por Djamila Ribeiro é fruto da contribuição de feministas negras, que desafiaram o espaço da academia a partir de suas experiências, como Lélia Gonzalez, importante teórica do pensamento feminista negro no Brasil.

A pensadora feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto de classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências de conhecimento. (RIBEIRO,2019, p.24)

O debate sobre a disputa de um privilégio epistêmico hegemônico branco, um debate caro às teorias sobre e desde a América Latina e que Lélia Gonzalez trás para a análise das estruturas raciais do Brasil, tem entre as pensadoras feministas negras nos EUA algumas de suas primeiras sementes. Esse debate inaugurado a partir do ativismo negro feminista demonstra que não é possível separar as vivências, subjetividades, e lugar de fala dos indivíduos da construção de conhecimento. O estudo de Patrícia Collins sobre o pensamento feminista negro como teoria social crítica aponta para a interseccionalidade entre raça, classe e gênero nos saberes produzidos, transmitidos e emancipatórios.

Independentemente de classe social e de outras diferenças entre as estadunidenses negras, todas elas foram afetadas de alguma maneira por opressões interseccionais de raça, gênero e classe. As dimensões econômica, política e ideológica da opressão suprimiram a produção intelectual das pensadoras feministas negras. Ao mesmo tempo, essas mesmas condições sociais estimularam entre as estadunidenses negras padrões específicos de ativismo que também influenciaram e foram influenciados pelas pensadoras negras. Assim, caracterizando as experiências das estadunidenses negras marcadas por opressões interseccionais, a dialética entre opressão e ativismo também influenciou as ideias e as iniciativas das intelectuais negras. (COLLINS, 2000, p.13)

Essa sistemática desvalorização da mulher negra é uma manifestação da estrutura de desvantagens sociais, econômicas e simbólicas. “A sistemática desvalorização da mulheridade negra não foi uma simples consequência do ódio racial, foi um método calculado de controle social ” (HOOKS, 2019, p.104). Portanto, ao propor falar desse corpo ausente na produção de conhecimento proponho falar dessa dor enunciada, perceptível em diversos trechos ao longo desta dissertação também marcada pela dororidade e pelo lugar de fala, que como pontua Vilma Piedade:

... é um lugar de pertencimento. Falo desse lugar como Mulher Preta. Ativista. Feminista. Mas, também falo do lugar das minhas Ancestrais.

Lugar marcado pela ausência histórica. Lugar-ausência designado pelo Racismo. É desse lugar que digo Não. Sororidade une, irmana, mas Não basta para Nós - Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser sendo. (PIEDADE, 2017, p.17)

Falar sobre e a partir das dores possui um efeito libertador e político ao entender os efeitos dos racismos sobre os corpos e mentes das mulheres negras. Independente da questão de classe, as mulheres negras são unidas pelas marcas das feridas de um racismo que violenta e inferioriza não só os corpos, mas tudo o que é ligado a ela. Sendo assim, a sororidade já não consegue mais contemplar a conexão entre as mulheres negras, Vilma Piedade cria então o conceito de dororidade.

A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei a outra direção, num novo conceito, que apesar de muito novo já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres negras: a Dor - mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele, quanto mais preta, mais racismo, mais dor. (PIEDADE, 2017, p.17)

No caso do Brasil e de outros países latino-americanos, onde o racismo repousa sobre uma classificação por cor, essa dor também está proporcionalmente associada à gradação da negritude da cor da pele. Ou seja, a carga de preconceito sofrido será proporcional às características físicas com proximidade a pretitude. Quanto mais retinta sua pele e quanto maior a quantidade de fenótipos que a mulher negra carrega maior a dor sofrida. Essa dor também é marcada pelo silenciamento, “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”, diz Conceição Evaristo” (PIEDADE, 2018, p.22). A ausência de reconhecimento da mulher negra dentro da produção de conhecimento hegemônica evoca a necessidade dessa visibilidade das mulheres negras. Portanto, explicita Hooks:

Para as acadêmicas e/ou intelectuais negras o estilo de escrever pode evocar questões de aliança política. Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode depois alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. Mais uma vez enfrentamos de maneira diferente problemas de isolamento e envolvimento com a comunidade. A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento E mesmo que escrevemos pelas linhas do estilo acadêmico aceito não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho. (HOOKS, 1995, p. 472)

Faz-se aqui um esforço da complexidade de escrever como objeto e pesquisadora, com atravessamentos históricos, emocionais e culturais sobre essa pensadora que possui um papel crucial para o movimento de mulheres negras no Brasil. Os posicionamentos teóricos e políticos, tanto quanto a sua trajetória, possuem uma densidade de marcas e resistências que fortalecem as ações das pensadoras negras, enquanto sujeitos dotados de subjetividade complexa, e que também produzem conhecimento. A proximidade do sujeito e objeto é também conflitante, pela dificuldade de escrever sobre si mesmo, e, ao mesmo tempo, fazê-lo coincidir com a necessidade de produzir conhecimento sob sua própria lente, já que quando se vê meramente um objeto e não um sujeito esvazia-se a complexidade do ser.

“O Objeto é um instrumento. Ele deve permitir que eu realize minha segurança subjetiva. Considero-me pleno (desejo e plenitude) e não admito nenhuma cisão; O outro entra em cena para fazer figuração. O Herói sou eu. Aplaudam ou critiquem, pouco importa. Eu sou o centro. Se o outro quiser me perturbar através de seu desejo de valorização (sua ficção), expulso-o sem mais nem menos. Ele não existe mais. Não me venham falar desse tipo! Eu não quero sentir o choque do objeto. O contacto com o objeto é conflitante. Sou Narciso e quero ler nos olhos do outro uma imagem que me satisfaça. ” (FANNON, 2008, p.176)

Portanto, a questão da subjetividade é elemento fundamental para a produção do conhecimento. Quem detém o poder epistemológico cria determinantes de como o outro será descrito, aqui se propõe uma disputa de narrativas na qual o desenvolvimento da relação sujeito- objeto desta dissertação requer cuidado do ponto de vista metodológico. Grande parte da trajetória intelectual da negritude encontra em aspectos fundamentais marcadores da sua própria identidade seu principal meio de produção de conhecimento. A partir disso Sueli Carneiro se elabora e se organiza e utiliza como ferramenta política.

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p.225)

Esse apagamento possui efeito prático sobre a produção científica a respeito mulher negra latino-americana, seja por um enfraquecimento da disseminação de uma identidade política, seja por uma desvantagem econômica e educacional. Esse enfrentamento ao apagamento se dá em diversos campos, é sobre uma disputa contra a hegemonia colonial europeia, ao racismo posto, e as desigualdades nas relações de gênero.

É precisamente com intuito de superar a invisibilidade e apagamento das perspectivas negras feministas latino-americanas que me debruço aqui sobre as contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento crítico, anti-racista e feminista latino-americano. Para tanto, me valho das abordagens decoloniais sobre a produção do conhecimento aos quais também se associam, em diversos aspectos, os propósitos e objetivos do pensamento feminista negro nas Américas.

1.1 Colonialidade e conhecimento: perspectivas desde a América Latina como esforço de descolonização do saber

A primeira relação da Europa com as Américas não foi de descoberta e sim de invasão e exploração de algo novo para eles que ao mesmo tempo culminou e inaugurou uma nova perspectiva sobre o mundo. “Os homens descobriram a totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo” (TODOROV, 1982, p.3). A relação entre colonizadores e colonizados era parasitária. Baseava-se na destruição, apropriação e negação de povos, civilizações, monumentos históricos, riquezas e culturas. Os colonizadores projetavam a sua própria imagem no outro e o consideravam inferior e imperfeito quando este último não se conformava às suas referências.

Até então, a violência colonial inviabilizava qualquer possibilidade de igualdade entre colonizadores e colonizados, através da projeção de concepções evolutivas lineares de desenvolvimento que contribuem para solidificar a assimetria. Assim, eram definidas quase que espontaneamente a exploração com justificativas religiosas e patrióticas, por meio de roubos e extermínio, arrasando tudo que havia. Logo, esse parasitismo predador alimentado pela exploração e trabalho escravo caracteriza a formação histórica das sociedades latino-americanas reservando a elas um lugar inferior – identificado com o trabalho braçal – na divisão internacional do trabalho. Explora-se aqui que, no caso das colônias, a formação do estado e a busca pelo progresso e desenvolvimento econômico se deram paralelamente ao acirramento das desigualdades sociais. A Europa se tornava o centro do mundo capitalista, a partir do domínio e gerência do trabalho e recursos, um dos efeitos dessa colonialidade foi

precisamente a separação do mundo entre um centro, metropolitano, produtor de conhecimento, e a periferia colonial, sempre tomada por objeto de conhecimento.

Não obstante, foi decisivo para o processo de modernidade que o centro hegemônico desse mundo estivesse localizado na zona centro-norte da Europa Ocidental. Isso ajuda a explicar por que o centro de elaboração intelectual desse processo se localizará também ali, e por que essa versão foi a que ganhou a hegemonia mundial. Ajuda igualmente a explicar por que a colonialidade do poder desempenhará um papel de primeira ordem nessa elaboração eurocêntrica da modernidade. (QUIJANO, 2005, p.125)

Pensar a modernidade apenas de forma positivada e voltada para o progresso esvazia o discurso e oculta elementos de conflito social, estratificação social e privilégios de uma classe sobre a outra. A partir dessa exploração das colônias se cria uma superexploração do trabalho e altos níveis de desigualdade social. Porém, a produção latino-americana crítica reelabora teorias sobre a modernidade disputando espaço acadêmico e alcançando, em alguns momentos, a concessão. Isso revela a importância de produzir um conhecimento crítico, latino-americano, que estude sobre as nossas especificidades com uma lente que perceba as complexidades geográficas e temporais.

Os Estudos Latino-Americanos visam a construção de alternativas para a resolução dos dilemas comuns da região. Nesse sentido, conhecer de forma crítica a história do continente, desde uma perspectiva própria; aproximar distintas disciplinas com temas e objetos convergentes ou similares; e confluir distintas realidades sociais e contextos nacionais com problemáticas comuns são elementos fundamentais para a produção crítica de conhecimento sobre nossa realidade. (NOVION; COSTILLA; AYALA, 2014, p.8)

As abordagens decoloniais buscam precisamente lançar mão de uma nova perspectiva teórica conceitual que trata a América Latina a partir de suas próprias experiências sociais contra hegemônicas propiciando, deste modo, a possibilidade de iluminar aspectos invisibilizados e perspectivas silenciadas sobre essas experiências. Uma das noções chave destas abordagens diz respeito à própria ideia de colonialidade como relação de poder que se estende para além do período de existência formal das colônias, por meio da dominação simbólica, econômica e política que, no campo do conhecimento, se reflete na hierarquização e divisão do mundo entre países e regiões produtores de conhecimento teórico, e países e regiões do mundo que são meros objetos desse conhecimento.

Apesar de tomar a idéia de sistema-mundo como ponto de partida, desvio-me dela ao introduzir o conceito de “colonialidade” como o outro lado (o lado escuro?) da modernidade. Com isso não quero dizer que a metáfora de sistema-mundo moderno não tenha considerado o colonialismo. Pelo contrário. O que ora afirmo é que a metáfora de sistema-mundo moderno não traz à tona a colonialidade do poder (Quijano, 1997) e a diferença colonial

(Mignolo, 1999; 2000). Conseqüentemente, só concebe o sistema mundo moderno do ponto de vista de seu próprio imaginário, mas não do ponto de vista do imaginário conflitivo que surge com e da diferença colonial. (MIGNOLO, 2005, P. 34)

O imaginário do mundo moderno/colonial gera uma duplicidade de consciência onde se levam em conta vozes em detrimento das outras, memórias são fragmentadas ou fraturadas. As histórias são de um único lado, ou seja, a consciência na diferença colonial é dupla porque é subalterna e constituem subjetividades calcadas na diferença colonial. O eixo central dessas hierarquias é o capital, que tem na emergência da América – que Quijano chama de primeira identidade geocultural moderna - o marco zero de seu processo expansionista. De acordo com essa perspectiva, a Europa foi a segunda identidade, estabelecida em decorrência e em relação à América, sendo as primeiras identidades culturais do mundo moderno.

Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p.122).

O dualismo que se criava entre civilizado e primitivo em um evolucionismo linear que tomava a Europa como referência de máximo desenvolvimento tem como pano de fundo a colonialidade do poder e do ser. Por conseguinte, essa relação de dominação também parte do pressuposto do espaço geográfico, sendo assim essa colonialidade do poder envolve uma desigualdade geográfica territorial que também situa indivíduos-corpos pertencentes a estes espaços em diferentes lugares de conhecimento ou seja, o corpo geopolítico tem incidência para a relação da colonialidade do poder.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005, p.119)

A América Latina é um lugar geopolítico e de poder que dá a região um posicionamento específico no campo do conhecimento também atravessado pela colonialidade do ser. Maldonado-Torres coloca luz sobre a colonialidade do ser, que segundo ele foi um conceito criado a partir de conversas com teóricos da América Latina e Estados

Unidos, ou seja foi um conceito criado conjuntamente com Fernando Coronil, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Ramón Grosfoguel, Eduardo Lander, Eduardo Mendieta, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Ana Margarita Cervantes-Rodríguez, José David Saldívar, Freya Schiwy e Catherine Walsh, entre outros. (MALDONADO-TORRES, 2008, p.84)

A colonialidade do ser é também sobre projeções e encobrimentos. É possível fazer uma relação com a teoria de Henrique Dussel sobre o “Encobrimento do Outro” quando ele também trata sobre um excluído, a América, a quarta parte que também é inferiorizada pelo ego do Europeu branco e deslegitima o outro à medida que ele se afasta do ser. “A América não é descoberta como algo que resiste distinta, como o Outro, mas como matéria onde é projetado “o si-mesmo”. Então não é o “aparecimento do Outro”, mas a “projeção do si-mesmo”: encobrimento.” (DUSSEL, 1993, p.35)

Na experiência da colonialidade a localidade definirá o ser, o existir e através de uma dominação de poder que questiona a legitimidade na produção de conhecimento pela colonialidade do saber. Os saberes se encontram hierarquizados a partir de uma estrutura eurocêntrica que geram efeitos de poder de um indivíduo sobre o outro, em uma relação de dominação.

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, assinalados pela teoria da dependência e outras, um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado o pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3)

A abordagem decolonial entende que a colonialidade faz parte da modernidade, sendo assim a proposta é romper com essa colonialidade. “El argumento básico (casi un silogismo) es el siguiente: si la colonialidad es constitutiva de la modernidad puesto que la retórica salvacionista de la modernidad presupone la lógica opresiva y condenatoria de la colonialidad“ (MIGNOLO, 2005, p.3). A decolonialidade vem em contrapartida à colonialidade através de um giro epistêmico que desassocia a razão de modernidade, esse giro decolonial relativiza as verdades únicas expondo novas possibilidades de narrativas.

Essa superação da colonialidade rompe com a hierarquia epistêmica da modernidade que envolve a subalternidade corpos, religiões, gêneros, raças, sexualidades. Resgato aqui as contribuições de Sueli Carneiro e o legado do feminismo negro para pôr em prática a abordagem teórico-metodológica da decolonialidade.

1.2 O feminismo negro como projeto decolonial

Essa grande sequência de violências no mundo colonial, assim como seus estudos e a experiência política são parte da construção da identidade política de Sueli Carneiro. Em seu texto “Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero” de 2003, ela evoca o conceito de Amefricanidade da Lélia Gonzalez, para falar sobre gênero e raça como motores de desigualdades sociais que deitam raízes na violência colonial seja material ou subjetiva.

O feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2011, p.2)

A construção do conhecimento a partir de hierarquias de raça, classe e gênero são expressões da colonialidade do poder. Nessa perspectiva, Sueli Carneiro é uma peça chave importante para a produção de conhecimento enquanto mulher negra que além do corpo-geopolítico também traz contribuições para responder questões como: Qual a importância das mulheres negras na construção prática e intelectual da própria América Latina? Como os pensamentos das mulheres negras tornam importantes para a construção de signos, poderes e protagonismo na América Latina?

Sueli Carneiro participou, como ouvinte, de diversos congressos, seminários e exposições que abordam essas temáticas. Os títulos dos eventos são: Raza, y Etnicidad en América Latina y el Caribe, como citado anteriormente (1998); Seminário Internacional- Raça e Democracia nas Américas: Brasil e Estados Unidos. O significado dos direitos humanos no movimento negro (2000); Race and Poverty: Inter - Agency Consultations on Afro Latin Americans. Roundtable Discussions: Race and Poverty (2000); Proyecto de Gobernabilidad: Democracia y Genero en America Latina y el Caribe.Experiencias de transversalización de la perspectiva de genero en la politica publica (2003); IV- Reunião Regional de Organizações de Direitos Humanos da América Latina.Democracia e igualdade. (2006); Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios do Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação

Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas (2006); Fórum Brasileiro de Afrodescendentes: Participação e Incidência dos (as) Afrodescendentes no Processo de Cúpula das Américas (2007) Seminário Latino-Americano Laicidade do Estado e Políticas Públicas, Educação e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Laicidade do Estado e suas relações com o racismo e a discriminação (2008); Poblaciones afrodescendientes en América Latina, Nivel actual de organización de la sociedad civil afrodescendiente (2008.)⁶

Empoderar mulheres de seus discursos, antes monopolizados por uma parcela da sociedade, propicia a pluralidade de ideias, resistindo a representações que tentem colocar a mulher negra no lugar da subserviência construindo um novo projeto de sociedade (FIGUEIREDO, 2019, p.219).

O propósito aqui é analisar, a partir da perspectiva do feminismo negro, essas experiências visando entender o modo como as hierarquias raciais e de gênero refletem a colonialidade do poder na sociedade brasileira. Tal como articulada por Ánibal Quijano (2000), a colonialidade do poder destaca o modo como as hierarquias raciais permaneceram intactas após o período colonial. Frente à atual demanda dos movimentos sociais para a incorporação de sujeitos coloniais identificados pelos marcadores de raça e de gênero às instâncias de poder, a colonialidade do poder é reconfigurada, mostrando-se relativamente aberta à incorporação dos corpos subalternizados, ou de sujeitos membros de minorias racializadas, mas que estão desvinculados de práticas políticas que realmente transformem as hierarquias raciais e de gênero. (FIGUEIREDO, 2019, p.209)

Ao transformar essas políticas estruturais deixa-se de manter intactas as relações racializadas, e a subalternização vigente desde o período colonial. Autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Raquel Braga, Angela Davis, Patricia Collins, Nilma Lino Gomes, Cidinha Silva, Djamila Ribeiro são só algumas mulheres negras importantes para o feminismo negro e a apropriação desse acervo põe em prática esse campo epistêmico latino-americano que se propõe a debater raça e gênero. Este é o propósito dessa dissertação que, aliás, se coaduna - como já afirmei anteriormente - com os objetivos da própria produção intelectual de Sueli Carneiro.

A autora aborda sobre a existência de um outro estigmatizado, que assume uma posição de diferente, o qual se supõe não ser autor de um conhecimento relevante. Isso reflete a relação de dominação de um determinado grupo, essa dominação, para além do campo

⁶ Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/7678739683880251>, acessado em: 05 de agosto de 2020. Atualizado pela última vez em 30/03/2009.

científico, se engendra no imaginário do senso comum e acaba por moldar as identidades dos indivíduos e a ser determinante no campo da educação.

Tal identidade negativa impacta-o de tal modo pela internalização da imagem negativa, socialmente atribuída, que o impele à profecia auto realizadora que referenda os termos da estigmatização, ou o conduz à autonegação ou adesão e submissão aos valores da cultura dominante. Nesse sentido o epistemicídio constitui-se numa parte do dispositivo de racialidade, que se desdobra no âmbito da subjetividade, nos termos concebidos por Sousa Santos: “(...) porque todo o conhecimento é autoconhecimento, o conflito epistemológico desdobra-se num conflito psicológico entre a subjetividade moderna e a subjetividade pós-moderna.” (Santos, 1997, p. 328) (CARNEIRO, 2005, p.277)

Se os indivíduos racializados não se adequam a esses valores da cultura dominante seu conhecimento é subalternizado e isso gera um conflito de subjetividade. Nesse sentido, busca-se romper com a visibilidade de apenas uma epistemologia branca e eurocêntrica “que produzem a invisibilidade de outras experiências histórico sociais de sujeitos subordinados às codificações de gênero, sexualidade e raça. (BERNARDINO, 2016, p.21)

O dispositivo de racialidade⁷, que será explorado no terceiro capítulo desta dissertação, beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial. Logo, a colonialidade acaba por esconder, negar ou silenciar as narrativas negras e o conhecimento dominante e supostamente universal é imposto.

O “Penso, logo existo” não esconde somente que os “outros não pensam”, mas que os “outros não existem” ou não têm suficiente resistência ontológica, como menciona Fanon em *Peles negras, máscara brancas* (MALDONADO-TORRES, 2007). A partir da elaboração cartesiana, fica clara a ligação entre o conhecimento e a existência. Em outras palavras, o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros: “a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica” (MALDONADO TORRES, 2007, p. 145 apud BERNARDINO, 2019)

Cabe aqui questionar essa relação de dominação no âmbito do saber e, nesse sentido, destacar a importância da luta política do corpo negro que produz conhecimento, que resiste a essa lógica excludente, que entende que a sua produção é necessariamente política, e que

⁷ O dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizar-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão (CARNEIRO, 2007, p.43)

mesmo que esbarre em barreiras coloniais resiste através da luta pela afirmação e resistência da população negra e principalmente das mulheres negras no campo teórico e prático.

A exploração sexual das mulheres negras continuou por muito tempo após o período da colonização por meios de práticas de opressão institucionalizadas. As hierarquias presentes não são apenas racistas, elas estão presentes nas relações com mulheres brancas, que muitas vezes são vítimas de uma sociedade misógina e, no entanto, cúmplices de uma sociedade racista. Existe uma diferenciação no tratamento entre mulheres brancas e negras, seja por um padrão estético de lábios finos, cabelo liso, pele clara ou por um mito da fragilidade segundo o qual a mulher branca seria supostamente mais frágil e a mulher negra mais forte.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2005)

Enquanto mulheres negras trabalhavam como domésticas e babás as mulheres brancas rejeitaram por unanimidade esses trabalhos. É sobre uma desigualdade de como a sociedade enxerga as mulheres brancas e negras e como isso é também um fator determinante para como as mulheres negras realizam a autoimagem e quais espaços sociais e no mercado de trabalho elas vão ocupar e como tudo isso é atravessado pelo poder simbólico de classe e raça.

A trabalhadora doméstica, como apêndice indispensável da família branca burguesa, rememora a mucama ricamente vestida que era exibida ao lado de seus senhores como emblema de suas riquezas. Nas famílias de classe média e altas, é a imagem da normalização social que se produz na articulação de raça e classe no Brasil. Ela é o símbolo em torno do qual se organizam as múltiplas relações de subordinação: classe, raça e gênero. Ou seja, ela é um elemento heurístico que organiza simultaneamente as variáveis de gênero, raça e classe e sobre qual exercem as formas de subjetivação produzidas em nossos processos históricos paternalismo e compadrio como mecanismos/instrumento/tecnologia de normalização e delimitação dos

limites em que é possível e aceitável aproximação de raça e classe. Ao polo subordinado recomenda-se passividade, lealdade e gratidão permanente aos padrões protetores e provedores. (CARNEIRO, apresentação In: BERNARDINO, 2015)

O acesso ao mercado de trabalho e a posição social que o indivíduo vai ocupar, é uma forma de controlar o acesso à riqueza e renda. Ou seja, a questão de classe e raça ficam ligadas a partir de um poder branco que vai ser desmistificado à medida que se entende esses arranjos hierárquicos de poder, e na medida em que se avança um pensamento feminista negro⁸. Sueli Carneiro parte de um pensamento feminista negro, enquanto corpo-geopolítico que vivencia o racismo e sexismo, e através do seu lugar de fala elucida temáticas que são caras para a compreensão da sociedade brasileira, e muito enriquecedoras para as teorias que estudam América Latina.

Portanto a produção e ativismo da autora, além de reflexo, tornam-se também reflexões, interpretações, análises e respostas para as vivências em uma sociedade racista. Ainda que não especificamente descreva sobre a temática de América-Latina, sua história, falas e escritas contribuem para pensar um campo de pesquisa Latino-Americano crítico, o qual ainda que nos proporciona ferramentas para questionar as hierarquias de raça, acaba por reproduzir, até os dias de hoje, uma hegemonia branca.

O que nos move a denunciar, o que nos move a lutar, a escrever, é a indignação diante da injustiça e da opressão, são as vivências cruéis que pessoas negras experimentam nessa sociedade e contra as quais tem que estar sempre alerta, em legítima defesa. E é essa indignação que reafirma a nossa humanidade e é esse o combustível da nossa resistência. A nossa escrivivência insurgente clama por um novo pacto racial e de gênero que desaloja todas as hierarquias produzidas pelo racismo e pelo sexismo.

Esses sonhos libertários conformam uma nova estética social fundada noutra ética em que a diversidade humana se constitua no mais belo espetáculo da natureza a ser preservado. Essa missão civilizatória é talvez o ponto mais importante da agenda que nos impulsiona. Dias atrás eu vi um rapaz do coletivo Legítima Defesa lendo o trecho final de um dos meus artigos que seguem ainda sendo a utopia que eu persigo. Lembro neste artigo o poeta Aimé Césaire, que disse que há duas maneiras de se perder: uma por segregação na particularidade; ou por diluição na universalidade.

Para nós, negras, a utopia que hoje perseguimos consiste em buscar e afirmar um lugar entre uma negritude redutora da dimensão humana e uma universalidade ocidental hegemônica que anula ou rejeita a diversidade. (Fala de Sueli Carneiro durante a mesa Feminismos Negros do “Na Janela: Jornadas Antiracistas” Evento promovido pela companhia de letras) de 25/07/2020. Disponível em:

⁸ O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. (COLLINS, 2016, p.99)

<https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Uma-fala-de-Sueli-Carneiro>. Acessado em: 15/09/2020)

A tentativa aqui é de uma busca por um maior desenvolvimento humano e social do país, por um país anti-racista que luta e denuncia as desigualdades das populações negras. A visibilidade da temática como forma de instruir a consciência de como o racismo é uma desvantagem não só aos negros, mas a humanidade como um todo, principalmente para as mulheres que vivenciam essas violências.

As feministas decoloniais têm buscado compreender a forma como a imposição colonial determinou e continua determinando modos de organização hierarquizados entre os gêneros. Trazido da Europa pelos colonizadores e (re) estruturado nas colônias, esse modo de organização hierarquizado foi imposto e instituído nas Américas e Caribe através da violência, resultando em uma separação não apenas entre homens e mulheres como também entre raças, estando o gênero subordinado à lógica de raça que reordena a existência humana. Tal modo de operar as relações entre gêneros, raças e classes tem gerado consequências desastrosas para a vida das mulheres dos países colonizados, se desdobrando em uma sociedade extremamente misógina, patriarcal e violenta para com as mulheres. (ARAÚJO; MATTOS, 2016, p.5)

Ao criticarem essas dinâmicas de dominação e ao desnaturalizá-las, as feministas negras se engajam e fortalecem o projeto decolonial. Essas vozes insurgentes dão luz à perspectiva da mulher negra feminista e anti-racista. A sua teorização sobre os fenômenos do racismo e o sexismo demonstram como a trajetória e vivências de uma mulher negra se traduz em um pensamento crítico, reflexivo e contra hegemônico que volta o olhar as estruturas racistas e sexistas da sociedade. Essa ótica decolonial também serve de auxílio para compreender o contexto racial brasileiro. Ou seja, ao mesmo tempo que dar visibilidade e evidenciar a produção dessas mulheres negras é a práxis de um projeto decolonial, a teoria decolonial corrobora para o pensamento negro feminista quando se propõe o trabalho analítico de romper com as hierarquias sociais.

A raça, que confere aos negros uma determinada ocupação inferior na estratificação social, e que, no contexto da colonização, a eles atribuía a qualidade de objetos e não seres humanos, age como categoria de exclusão. O texto “A Máscara” de Grada Kilomba diz muito sobre o silenciamento físico que os negros sofrem no período da escravidão pelo colonizador, através da dor violenta que machuca a própria carne, que impede o básico para a

sobrevivência biológica do ser humano, o ato de se alimentar. O ato de tampar a boca possuía a intencionalidade de calar e gerar temor.

Figura SEQ Figura *



Fonte: Jacques Etienne Arago - século XIX. Disponível em: Museu Afro Brasil

Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. (KILOMBA, 2010, p.172)

O indivíduo negro ter podado o seu ato de falar, para além do sentido simbólico expressa uma violência colonial continuada até os dias de hoje. O silenciamento também percorre o ato de escrever e se expressar. O falar, incomoda o colonizador que não tem interesse em perder o seu papel hegemônico em reconhecer seu privilégio social. A produção da Grada Kilomba é rica em críticas e análises das especificidades raciais e contribui com uma teoria extremamente significativa para o pensamento feminista negro.

Existe um medo apreensivo de que, se o (a) colonizado (a) falar, o (a) colonizador (a) terá que ouvir e seria forçado (a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do 'Outro'. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase "quieto como é mantido". Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a

escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2010, p.177)

Isto posto, para o enfrentamento real é preciso dar visibilidade à produção de conhecimento com vozes negras, que não se encerre apenas em um debate acadêmico. O contexto Latino-Americano possui diversas teóricas e ativistas negras cuja produção intelectual tem se constituído como importante instrumento de transformação social. O pensamento crítico da América Latina nos permite enxergar a partir de mais de uma lente, expandindo o horizonte teórico para as contradições de um imperialismo epistemológico. As teorias desenvolvimentistas globalizadas não podem ser superiores apenas pelo fato de serem construídas fora da América-Latina ou por uma determinada raça.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocização no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (QUIJANO, 2005, p. 127)

Portanto, Quijano frisa a importância das teorias raciais e da crítica a essa imposição do eu eurocêntrico na construção do outro que se forma historicamente no contexto Latino-Americano. A violência da colonialidade projeta uma escala de superioridade Europeia enquanto retira concomitantemente a identidade cultural e política dos negros. As construções sociais a partir de uma hierarquia de raça, classe, gênero e colonialidade acabam por deslegitimar o corpo negro enquanto agente do conhecimento. Isso quer dizer que a superação do racismo não pode prescindir da justiça cognitiva. Autores como Quijano, Mignolo, Maldonado-Torres, abordam a resistência da população negra a essas ideias hierárquicas construídas por uma colonialidade do poder, ser e do saber.

Mais uma vez, a afirmação geopolítica e corpo-geopolítica do conhecimento pode ser encontrada na tradição do pensamento negro. Por exemplo, recorte de poder, bem como suas experiências corpo-sensoriais. O clássico artigo de *Bell hooks*, *Intelectuais negras* (1991), não somente aborda a produção de conhecimento do feminismo negro a partir da corpo-geopolítica do conhecimento que nega os princípios da construção de conhecimento

científico defendido por Descartes e pela tradição eurocêntrica. (BERNARDINO, 2019, p.13)

9

As relações de poder estruturais do Brasil não só matam o negro a partir do biopoder como o silenciam e o invisibilizam a partir de um processo de exclusão social e deslegitimação do discurso do povo negro, até criando um suposto dualismo entre militância e academia. Para que não seja engessada a construção epistêmica é preciso abrir um debate horizontal capaz de jogar luz sobre as lacunas de algumas teorias sem deslegitimar suas contribuições. A construção das produções científicas dos pesquisadores negros reestrutura o local do objeto de pesquisa, ocupar espaços acadêmicos e produzir conhecimentos a partir do seu lugar de fala enriquece a análise.

Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com a sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero. (COLLINS, 2016, p.100)

Apesar de todo o processo violento da colonização possuir uma continuidade, e dos obstáculos, é possível perceber através de um estudo comparativo que as teorias feministas negras, para além de uma localidade, estão interligadas e situadas em um lugar epistêmico e contrariando um conhecimento universalizante. O ponto central aqui é frisar o que Grosfoguel pontua no seu artigo “A decolonial approach to political-economy: transmodernity, border thinking and global coloniality” ao debater as contribuições da perspectiva das feministas que trabalham com as questões étnicos-raciais descolonizando os paradigmas eurocêntricos.

In this article, I propose that an epistemic perspective from racial/ethnic subaltern locations has a lot to contribute to a radical decolonial critical theory beyond the way traditional political-economy paradigms conceptualize capitalism as a global or world-system. The idea here is to decolonize political-economy paradigms as well as world-system analysis and to propose an alternative decolonial conceptualization of the world-system. (GROSGOUEL, 2011, p.5)

⁹ Nessa passagem do texto Joaze Bernadino afirma ainda em nota de rodapé que: “Como desenvolve Maldonado-Torres (2007), por trás do “(eu) penso” podemos ler que “outros não pensam” ou não pensam adequadamente para produzir juízos científicos. Consequentemente, inicia-se, com Descartes, de maneira límpida e transparente, uma divisão entre aqueles que se auto intitulam capazes de produzir conhecimento válido e universalizável e aqueles incapazes de produzi-lo. Todavia, o estabelecimento do maniqueísmo não para por aí. O “Penso, logo existo” não esconde somente que os “outros não pensam”, mas que os “outros não existem” ou não têm suficiente resistência ontológica. (BERNARDINO, 2019, p.12)

A superioridade egocêntrica imposta precisa ser destruída em prol de uma igualdade social que pensa na interseccionalidade de classe, raça e gênero em âmbito global. “Do que aqui se trata é de um apelo a um universal que seja pluriversal (Mignolo, 2000), um apelo a um universal concreto que há de incluir todas as particularidades epistêmicas rumo a uma “socialização transmoderna e descolonial do poder”. (GROSFOGUEL, 2011.p,33)

Dentro disso, com a luta e méritos de antepassados, o negro e a negra que se livram dessa amarra tem a oportunidade de ocupar um espaço, até então hegemonicamente branco e masculino, que é o do produtor de conhecimento. Ao ter acesso a esse lugar o negro e a negra tomam as rédeas da forma como a história é contada. Até então o negro e a negra enquanto objeto de estudo não ocupava a posição social de pesquisador. Quando se aborda sobre a sua própria história, vivência, é uma episteme identitária que se forma, é o corpo geopolítico.

Devemos ter coragem para aprender com o passado e trabalhar por um futuro em que princípios feministas serão o suporte para todos os aspectos de nossa vida pública e privada. As políticas feministas têm por objetivo acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos - para viver a vida em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. O feminismo é para todo mundo. (HOOKS, 2020, p.167)

As mulheres negras que produziam conhecimento tinham sua produção desconsiderada e inferiorizada pelo saber colonial vigente. Desta forma, o pensamento feminista negro traz a possibilidade de reflexão através de uma perspectiva das mulheres negras que rompe com as fronteiras das Universidades através da ênfase ao racismo e o machismo, esses são produtores de conhecimento e possuem uma legitimidade de enunciação que dificulda a afirmação das mulheres negras como intelectuais.

O patriarcalismo e sexismo tem forte influência sobre as produções individuais e construções subjetiva, as intelectuais negras não possuem visibilidade, por diversas vezes precisam conciliar o trabalho com a academia, sofrem com o isolamento social, se auto criticam demasiadamente, não se encontram nas referências ou nos espaços universitários, possuem receio de se colocar sua história e identidade política nas produções e podem passar por um julgamento de uma parcela da militância do movimento negro que considera academia auto construção e distanciamento da prática política. “Contudo as intelectuais negras comprometidas com práticas insurgentes têm de reconhecer o apelo para falar abertamente sobre a vida intelectual como a conhecemos sobre nosso trabalho como uma forma de

ativismo”. (HOOKS, 1995, p.477). Uma das consequências disso é o próprio desestímulo pela carreira acadêmica a sobrecarga sobre a intelectual negra.

La relevancia potencial del pensamiento feminista negro va mucho más allá de demostrar que las mujeres afroamericanas pueden ser teóricas. Como la práctica feminista negra, que pretende reflejar y que busca promover, el pensamiento feminista negro puede crear una identidad colectiva sobre la base de un punto de vista común a las mujeres negras. A través de un proceso de rearticulación, el pensamiento feminista negro puede ofrecer a las mujeres afroamericanas una visión diferente de nosotras mismas y nuestros mundos. Al afrontar cuestiones importantes desde el punto de vista de las mujeres negras y llenarlas de nuevos significados, el pensamiento feminista negro puede estimular una nueva conciencia que utilice el conocimiento cotidiano, menospreciado. Más que generar conciencia, el pensamiento feminista negro afirma, rearticula y proporciona un vehículo para expresar en público una conciencia que bastante a menudo ya existe. Más importante aún, esta conciencia rearticulada aspira a empoderar a las mujeres afroamericanas y a estimular la resistencia. (COLLINS, 2012, p.117)

A formação de um pensamento feminista negro é uma reação a essa opressão, ainda que o racismo e o sexismo andem juntos, e seja essencial para pensar o feminismo negro o pensamento social crítico que Collins propõe que não se resume apenas a vivências das mulheres negras. Trata-se de uma busca por justiça social em todos os níveis. De pensar quais saberes e práticas serão possíveis para uma resistência ao pensamento branco. Ou seja, esse ativismo intelectual busca reflexões sobre ideias e práticas políticas emancipatórias em relação ao discurso do colonizador que tende a hierarquizar os indivíduos.

This is not only a question about social values in knowledge production or the fact that our knowledge is always partial. The main point here is the locus of enunciation, that is, the geo-political and body-political location of the subject that speaks. In Western philosophy and sciences the subject that speaks is always hidden, concealed, erased from the analysis. The “ego-politics of knowledge” of Western philosophy has always privileged the myth of a non-situated “Ego”. Ethnic/racial/gender/sexual epistemic location and the subject that speaks are always decoupled.¹⁰ (GROSFUGUEL, 2011, p.5)

¹⁰ Não se trata apenas de uma questão de valores sociais na produção de conhecimento ou do fato de que nosso conhecimento é sempre parcial. O ponto central aqui é o locus da enunciação, ou seja, a localização geopolítica e corpo-política do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, o sujeito que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “ego-política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. A localização epistêmica étnica / racial / de gênero / sexual e o sujeito que fala estão sempre dissociados. (GROSFUGUEL, 2011, p.5, tradução nossa)

Essa mudança de paradigma do locus de fala do ego eurocêntrico para um campo pluri epistêmico, inclui uma geopolítica do conhecimento que reformula o sujeito de enunciação em um trabalho político-acadêmico. “É por tal motivo que a exclusão étnico-racial caminha junto com a exclusão epistêmica: ao se reformar uma, a outra também é transformada. ” (CARVALHO In: BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2019, p.100)

Com o objetivo de traçarmos o contexto social no qual Sueli Carneiro e sua obra estão inseridas, e, ao mesmo tempo, nos mantermos fiéis aos propósitos descolonizadores do presente trabalho, utilizamos trabalhos de autores negros e negras que debatem sobre as estruturas racistas, sexistas e socioeconômicas no continente latino-americano. Sueli Carneiro é ela própria tomada como importante referência desse debate e autora representativa do pensamento crítico feminista e antirracista latino-americano.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. ” (CARNEIRO, 2003)

Sueli Carneiro aponta aqui para o papel subalternizado da mulher negra, como herança de um período colonial. Essa temática foi algo silenciado nos primeiros encontros feministas da América-Latina: Durante a primeira década de encontro pouquíssima atenção foi dada à forma como as identidades de gênero e estratificação social são determinadas não apenas por classe e gênero, mas também por raça e etnia, sexualidade e outros vetores de poder que dão forma a subordinação das mulheres. (ALVAREZ, ET ALLI, 2003, p.545)

Tal silenciamento evidencia certa continuidade das relações de gênero segundo a cor ou a raça oriunda de relações sociais construídas no período colonial em toda América Latina, que permeiam inclusive a construção de discursos, identidades e práticas feministas (ALVAREZ ET ALLI, 2003). É precisamente a luta feminista engendrada a partir das vivências e experiências de mulheres não-brancas que ampliam a agenda feminista para além do debate sobre gênero e classe, dando ênfase à questão da raça e etnia como cruciais para a luta das mulheres.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. ” (CARNEIRO, 2003, p.2)

Por consequência, a construção da Europa como centro do mundo forjava uma América-Latina subalternizada. O conhecimento era produzido a partir de uma relação geopolítica, relações de poder assimétricas e na classificação hierárquica racial com base na significação diferenciada dos fenótipos. Evidencia-se diferenças sociais que se consolidam à medida que aumenta a segregação. O mundo se estrutura nessa ausência de representação cultural e epistêmica de negros e negras com categorizações que caracterizam a colonialidade do ser, do poder, do saber. Por fim as particularidades de tempo, localidade, lugar de fala constituem uma identidade intelectual. Aqui se propõe falar sobre a Sueli Carneiro a partir de um referencial teórico metodológico que dialoga com as teorias Latino-Americanas e as intelectuais negras.

Capítulo 2 - Trajetórias e vivências de Sueli Carneiro no contexto do racismo estrutural e sistêmico

Este capítulo explora a vida da Sueli Carneiro, sua inserção nas instituições acadêmicas, circunstâncias da sua educação, história de família e sua experiência de ativismo, de modo a contextualizar, levando-se em conta o racismo estrutural. Desta forma, busco, ao mesmo tempo, dar ênfase às particularidades que condicionaram a produção intelectual de Sueli Carneiro sem perder de vista os aspectos sociais estruturais que relacionam sua trajetória àquela de várias outras escritoras negras brasileiras.

“Aparecida Sueli Carneiro, nasceu em 24 de junho de 1950, dia de São João, na cidade de São Paulo, no bairro da Lapa, mais precisamente na Vila Bonilha, na aurora do inverno. Primogênita entre 6 irmãos, é filha de José Horácio Carneiro e dona Eva Alves Carneiro.” (BORGES, 2009, p.26)

Oriunda de uma família operária, o pai ferroviário e a mãe costureira, Sueli cresceu num ambiente familiar cimentado por princípios comunitários e gregários, contribuição central da lavra do pai. Seu Horácio desempenhava com desenvoltura, o papel de provedor. Ele exerceu essa função não apenas com a sua família estrita, mas com todos os seus irmãos e pais retirando-se do trabalho rural. No auge do fluxo migratório interno, ele trouxe seus irmãos de Ubá, cidadezinha mineira, e os alojou em sua própria casa até que arrumasse lugar para ficar e conseguissem emprego; deu estrutura para a reconstrução da nova vida que se projetava. Embora fosse um trabalhador com posse muito modestas, o pai de Sueli não abdicou, em nenhum momento, da função de proteger sua família biológica, como filho mais velho que era. (BORGES, p.29, 2009)

A sua mãe, dona Eva, ainda que ocupasse um cargo de gerência, chegando a receber mais que o marido, foi questionada em meio a uma estrutura de sociedade patriarcal na qual o homem é considerado o principal provedor da família (BORGES, 2009, p.30). A relação com a sua mãe e pai marcou a personalidade e visão de mundo de Carneiro. Em relação aos aprendizados seu pai ensinou e demonstrou um protecionismo e senso de comunidade, enquanto a sua mãe, dona Eva frisava a importância dos estudos na vida de seus filhos. Ela fez questão de subverter e ressignificar as estruturas patriarcais impostas pelo pai.

Assim, como Carolina de Jesus, que sonhava com um lar digno, dona Eva passou a sonhar com um destino diferente para suas meninas. Dando-se por vencida pelas injunções do cônjuge, transferiu os seus desejos e aspirações

para as filhas. Vivendo um presente asfixiado pelo papel de dona de casa, imaginava um futuro de vida diferente para sua prole feminina, almejava que se tornassem mulheres independentes, livres do jugo do marido, queria que fossem donas de “seus próprio nariz”, estimaria que tivessem uma profissão e pudessem gerenciar seu próprio dinheiro. Sonhos e projeções foram dirigidos para as filhas. (BORGES, 2009, p.34)

Nesse trecho Rosane Borges compara a mãe de Sueli Carneiro, Eva Alves Carneiro com a literária Carolina Maria de Jesus. Escritora negra, em vida publicou os livros: Quarto do Despejo: Diário de uma favelada, 1960; Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada, 1961; Pedacos da Fome, 1963; Provérbios, 1965. Carolina Maria de Jesus relata em seu livro “Quarto do Despejo” a vontade de transformar a sua realidade e dos seus filhos, dando uma casa e vida que ela considerava que os filhos mereciam, fora da favela. Portanto, a mãe de Sueli tem papel determinante sobre a formação de suas filhas, no sentido de incentivá-las a buscar sua própria autonomia através da educação.

Era uma militante feminista em casa, queria uma realidade que fosse diferente da sua, a autonomia estaria ligada à formação escolar, e esse desejo tornou-se meta a ser almejada para que só assim tivessem uma profissão respeitável. Ainda que os pais não tivessem nível superior, essa valorização da educação se deu em função da percepção da sua importância na transformação da realidade e para a ascensão social. Segundo Borges, a família de Sueli Carneiro segue as famílias negras que enxergam na educação uma alternativa para reconstrução de uma nova vida para as gerações futuras no plano material e simbólico. A escola enquanto instituição social é vista como sinônimo de oportunidade, ou seja, a escola torna-se uma via de inclusão e mobilidade social.

As famílias negras, por muitas vezes, encontram a educação como forma de ascensão social ainda que os pais não necessariamente possuam formação educacional. A educação era algo tão importante para sua família, que seu pai no leito da morte fez a sua mãe prometer que asseguraria os estudos dos filhos independentes do que acontecesse.

A população negra vive em desvantagem social, econômica e política e a crença em uma harmonia racial, no mito da democracia racial, invisibilizam os processos excludentes pautados no racismo, no preconceito e na discriminação racial, o que dificulta e impede o sucesso escolar, profissional e, conseqüentemente, econômico desse grupo social que segue relegado à marginalização e ao desemprego/ subemprego. (SANTOS ET ALLI, 2016, p.18)

Isso significa que as desvantagens da população negra relativas à educação impactam negativamente sobre suas oportunidades de acesso às ocupações sociais mais ou menos desejáveis. Desta maneira, faz-se necessário um debate também no âmbito da educação, destrinchando o racismo como parte de uma discriminação e reprodução ideológica da divisão racial nas instituições educacionais. E tudo isso faz parte de um racismo sistêmico ligado à estratificação social.

A consequências de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social - o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material - é afetado. (ALMEIDA, 2020, p.33)

Portanto, como os dados a seguir vão apresentar, não existe uma modificação em relação a pobreza na base da pirâmide social, graças à prevalência da lógica meritocrática segundo a qual a cada geração se abriria uma nova disputa pelas posições mais invejáveis, talento e capacidade de aproveitamento do sistema educacional e que desconsidera os fatores de desigualdade estruturais que incidem negativamente sobre grupos sociais em desvantagem social nessa competição. Contrariando Freyre, que vê os “mulatos bacharéis” como sinônimo de acomodação e integração pelo equilíbrio dos antagonismos entre os sobrados e mucambos (FREYRE, 2003, p.711), a desigualdade socioeconômica aliada ao racismo estrutural e sistêmico ainda impõem enormes obstáculos ao acesso em massa da população negra às instituições educacionais no Brasil.

Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantusões, periferias etc. (ALMEIDA, 2020, p.34)

Dessa forma, a origem socioeconômica, a residência geográfica, herança familiar, e a cor são aspectos relevantes, mesmo determinantes para a mobilidade social. Assim sendo, é preciso refletir quais as consequências disso na estruturação do pensamento social brasileiro e na construção do mito da democracia racial. Nos gráficos a seguir, faremos uma análise comparativa da alfabetização com dados que abrangem os anos de infância da Sueli Carneiro.

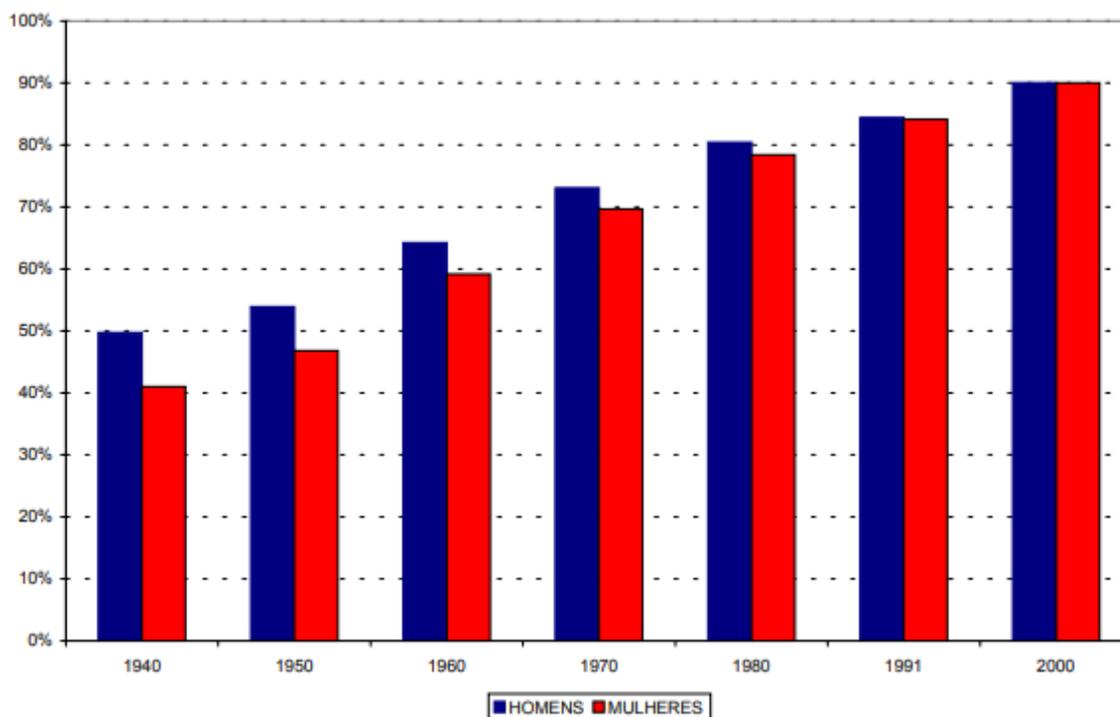
Tabela 1 - Taxa de alfabetização da população com 5 anos e mais de idade - Raça e sexo

	TOTAL		BRANCA		PRETA		AMARELA		PARDA	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1940	41,12	32,79	49,74	41,02	21,05	14,51	64,37	48,17	28,29	21,04
1950	44,12	37,51	53,89	46,80	24,49	18,76	75,84	66,85	30,20	24,55
1960	55,77	50,68	64,22	59,17	34,75	29,78	83,54	77,66	37,12	64,22
1970	62,32	58,72	73,08	69,64	45,68	41,53	87,23	82,67	46,75	73,08
1980	69,74	68,62	80,42	78,40	57,05	54,34	90,18	86,74	56,63	56,21
1991	75,16	76,35	84,41	84,15	65,41	65,13	93,24	91,36	65,53	67,68
2000	82,62	83,90	90,61	90,52	73,71	74,00	96,10	94,70	73,53	76,19

Fonte: Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000; Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002, p.9. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>

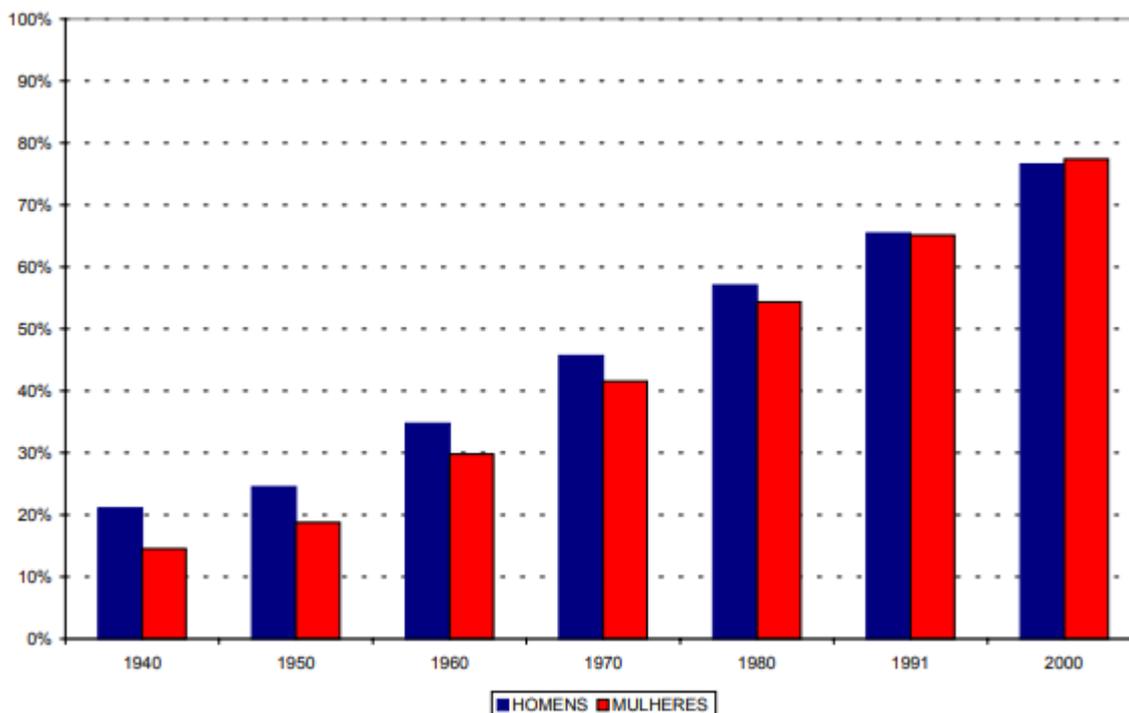
A educação é dividida em níveis, etapas e modalidades. A alfabetização é uma etapa importante da educação infantil, determinante para o indivíduo compreender inclusive outras linguagens. Com base nos dados da tabela acima é possível perceber que em 1960, os homens brancos representavam 64,22% e as mulheres brancas 59,17% da população alfabetizada, enquanto os homens e mulheres pretas representavam, respectivamente 34,75% e 29,78%. Consecutivamente, os homens e mulheres pardos alfabetizados eram 37,12% e 64,22%, respectivamente. Pretos e pardos, se mantêm como uma constante abaixo da média nacional entre 1940 até 2000.

Gráfico 1 - Taxa bruta de alfabetização da população com 5 anos e mais - Raça branca



Fonte: Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000; Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002, p.9. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>

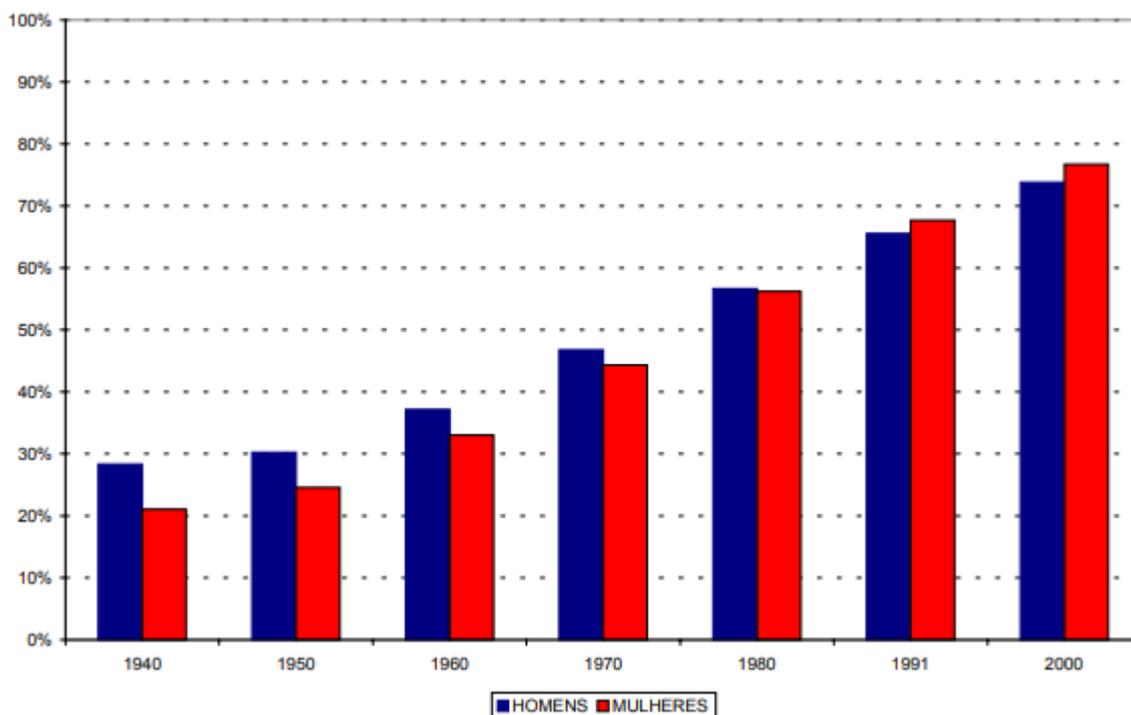
Em 1940 os números em porcentagem de alfabetizados eram de 41,12% e 32,79% para homens e mulheres, respectivamente. Em 1970, esses números sobem, com valores ascendentes para homens (62,32%) e mulheres (58,72%). Nos anos 2000 a taxa de mulheres brancas alfabetizadas passa a de homens alfabetizados com o valor de 83,90%, enquanto a taxa de alfabetização de homens era de 82,62%. Em nenhum momento as taxas da população branca ficam abaixo de 30% como mostra o gráfico. Existe uma frequência variável com uma vantagem comparativa em favor dos brancos, como apresentado pelo “Gráfico 2 - Taxa Bruta de Alfabetização da população com 5 anos e mais - Cor Preta” a seguir.

Gráfico 2 - Taxa bruta de alfabetização da população com 5 anos e mais - Cor preta

Fonte: Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000; Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002, p.10. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>

As taxas de alfabetização de homens brancos em 1940 era de 41,12%, o número das mulheres negras só se aproxima desse valor em 1970, que tem o valor de 41,53%, com a distância de 30 anos. Em todos os anos, apesar das variações percentuais os valores de homens e mulheres negras ficam abaixo dos homens e mulheres brancas. Em 1940 os valores das mulheres brancas alfabetizadas é aproximadamente o dobro de mulheres negras. É possível fazer essa comparação também com as taxas de alfabetização de homens negros, cuja porcentagem em 1940 era de 21,05% enquanto a de homens brancos era 41,12%.

A diferença percentual dos homens brancos e homens negros em 1970 era de 16,64% e de mulheres brancas para mulheres negras era de 17,19%. Até a década de 70 os não alfabetizados representavam maioria entre a população de pretos. Existe uma constante quantitativa que aponta de forma evidente para a hierarquia da população de brancos sobre negros.

Gráfico 3 - Taxa bruta de alfabetização da população com 5 anos e mais - Cor parda

Fonte: Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000; Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002, p.10. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>

Os gráficos acima mostram de forma quantitativa, a ligação entre letramento, desigualdades educacionais e as relações étnico-raciais. Ou seja, existe uma conservação de um padrão de assimetria étnico-racial, e as mulheres pretas e pardas são particularmente desfavorecidas. A família de Sueli Carneiro conhece de perto essa constante social, conforme a qual analfabetismo e falta de acesso à educação formal caminham conjuntamente transformando a educação em condição *sine qua non* para a ascensão social. É esse o contexto no qual a escola ganha um sentido positivo e a escolarização torna-se uma possibilidade de mudança.

Os sonhos de juventude estavam irremediavelmente ligados à formação escolar. A principal meta a ser perseguida era a conclusão dos estudos, desejo sempre cultivado pelos pais que desempenharam papel fundamental na formação dos filhos e foram no sentido de impulsioná-la e a todos seus irmãos para que tivessem uma profissão digna. Ambos os progenitores sabiam da importância da educação: a mãe cursou o ensino fundamental (antigo primeiro grau), fora alfabetizada, algo simplesmente excepcional para os padrões das famílias negras da época. Por conta da formação de dona Eva, Sueli entrou na escola alfabetizada, já sabia escrever aos 6 anos de idade. O pai não tinha escolaridade, semianalfabeto só assinava o nome, mas

não deixou de ser um inalcançável incentivador dos filhos nesse quesito. (BORGES, p.37, 2009)

Esses incentivos são extremamente importantes para o rumo acadêmico e militante que Carneiro toma. A autora ingressa na USP em 1972 e o acesso ao ambiente crítico da academia, em especial num contexto de agitação social e resistência à ditadura, suscita debates novos, questionamentos e a possibilidade de se produzir conhecimento diversificado. É no ambiente universitário em plena ditadura militar que Carneiro se aproxima do movimento negro e feminista (BARTHOLOMEU, 2019, p.1).

Os anos de 1970 a 1980 foram importantes para os movimentos sociais e organizações políticas. Essa inclusão da pauta política das mulheres negras nos espaços institucionais organiza os indivíduos e os insere em uma cena política nacional de maior visibilidade às demandas do movimento negro. Portanto, incorporam nas estruturas e nos cenários existentes demandas anteriormente silenciadas. Existem diversas narrativas sobre a origem do movimento feminista negro no Brasil, entre elas a busca pela inserção da temática racial dentro do movimento feminista, ou da racialização do movimento feminista.

O movimento de mulheres negras que amadurece na década de 1980 é, assim, fruto de um longo processo de interseção entre os movimentos negro, feminista e de esquerda. A década de 1980, marcada pelo processo de transição democrática, foi determinante e decisiva para a participação das mulheres negras nos diferentes espaços institucionais. Diante desse novo contexto de abertura política, o Estado aparece como ponto central para a definição de projetos nacionais capazes de favorecer a inclusão igualitária das minorias raciais e de gênero. (SILVA, 2014, p. 11)

As teorias da interseccionalidade¹¹ permitem entender como a classe, raça e gênero estão conectadas em um sistema de dominação, de modo que não é possível hierarquizar essas categorias, elas estão interligadas. Na obra da Angela Davis “Mulheres, Raça e Classe” é possível ver isso melhor elucidado. O feminismo negro elucida essa conexão que concede alicerces que consolidam o lugar político que a mulher negra vai ocupar na sociedade.

¹¹ Apesar de várias feministas negras já se utilizarem de uma análise interseccional antes disso, o conceito só foi cunhado em 1989, por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (RIBEIRO, 2016, p.101)

A emancipação das mulheres negras como sujeito foi destacado pelo e no feminismo negro indo de encontro ao movimento feminista. No contexto histórico da ditadura militar, Sueli Carneiro traçava uma trajetória que reverbera até a atualidade ao trazer as pautas das questões raciais em uma conjuntura de opressão. Isto é, o período da ditadura foi de extrema relevância para vários movimentos antirracistas e culturais negros no Brasil. Inclusive motivados pela intensificação dos programas de intercâmbio com a África. Nesse trecho de uma entrevista do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil” ela fala sobre a temática:

Eu sou muito produto da minha geração, do contexto da emergência dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos na década de 70, dos movimentos de libertação das nações africanas, dos movimentos de independência das nações africanas, das ex-colônias, sobretudo Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. Ou seja, todo esse contexto de efervescência de emancipação das colônias africanas e, sobretudo, dos movimentos de direitos civis norte-americanos liderados por Martin Luther King, do pensamento de Malcolm X. Então, é esse o contexto dos anos 70. Eu sou muito produto dessa geração e desse momento. E tem um elemento crítico na história nacional que é a Ditadura Militar, então, também tem todo um ativismo que estava organizado no combate à Ditadura Militar. Eu estou dentro da USP nesse momento, e a USP foi um foco forte, os estudantes foram de resistência ao regime. Então é todo esse contexto e era tudo acontecendo ao mesmo tempo durante essa década tão vigorosa, final da década de 60 e a década de 70 que realmente me forja. E eu vou me situando politicamente à esquerda, vou incorporando as lutas libertárias que estão ocorrendo no continente africano, vou assumindo a perspectiva da luta racial e de gênero. E isso tudo se deu simultaneamente ao longo de toda essa década poderosa. Em 75 tem a Conferência de Nairóbi que reintroduziu na agenda internacional o tema da questão da mulher que a ONU repõe. Em 78 acontece aqui um fato histórico importante que é o nascimento do Movimento Negro Unificado que, em função do assassinato de um jovem negro ocorrido em São Paulo, mobilizou muito e sensibilizou muito a militância. (CARNEIRO, depoimento, 2012)

O MNU, ao qual Sueli se refere no trecho supracitado, é um movimento histórico, geracional, com grandes referências que se unificam na sua estrutura como outras que surgem após a sua construção. Ainda que o primeiro movimento organizado e unificado de negros tivesse sido a Frente Negra¹², o MNU representa uma novidade na medida em que coloca em

¹² Com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas foi alçado ao poder no Brasil. Abriu-se uma conjuntura de polarização política. As forças políticas mobilizaram-se em duas frentes: a da esquerda e a da direita. Contudo, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, um grupo de “homens de cor” fundou a FNB, no dia 16 de setembro de 1931. (DOMINGUES, 2008, p.521)

evidência o enfrentamento e necessidade de descolonizar o imaginário dos negros no Brasil. As políticas públicas em prol da população negra possuem suas bases nos movimentos políticos de rua e o MNU cumpriu papel de extrema relevância nessas jornadas e faz isso sistematicamente dando centralidade ao debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil, indo de encontro a uma suposta democracia racial. Possui incluso na sua carta de princípios, que é o documento norteador, a discussão de inclusão social de forma geral, principalmente nas pautas de gênero, raça e classe.

Defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro. (Carta de Princípios MNU, disponível em: <<https://mnu.org.br/quem-somos/>>)

Nessa luta por agendas feministas negras a ótica política precisou transformar-se conjuntamente pelas demandas da comunidade negra. A mudança de perspectiva em reconhecer a autonomia, fortalecimento da identidade racial política, comprometer-se com a luta antirracista, defesa do princípio da igualdade racial são algumas pautas do Movimento Negro Unificado, criado em julho de 1978 em frente as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo dos quais entre outras mulheres negras, participava Lélia Gonzalez como filiada, militante que marcou a trajetória da Sueli Carneiro.

Dos inesgotáveis debates dos quais Sueli foi espectadora na década de 1970 um deles é considerado um divisor de águas: o que promoveu seu encontro com Lélia Gonzalez. Em um evento realizado pelo movimento feminista na Biblioteca Municipal de Mário de Andrade, Sueli assiste, arrebatada, à exibição de uma das performances políticas mais eloquentes da época. Fundamentadas e firmes nos propósitos, as palavras de Lélia tiveram em Sueli, um efeito absolutamente mágico, avassalador: “Quando ela começou a falar parecia que ela lia a minha cabeça, o meu sentimento e a minha emoção, como se ela organizasse sentimentos, emoções, percepções, ao mesmo tempo. A medida que ela falava, eu me perguntava: Como ela pode dar sentido a tudo isso? Então conhecer a Lélia Gonzalez foi um momento de revelação para mim. (BORGES, 2009, p. 54-55)

Lélia de Almeida Gonzalez é conhecida militante do movimento negro e do movimento das mulheres. Foi professora de Antropologia e de Cultura Popular Brasileira, licenciada em Filosofia e mestre em Comunicação. Lélia escreveu vários artigos sobre o

racismo e participou de conferências e seminários, no Brasil e no exterior, sobre o negro e a mulher. É pioneira no feminismo negro desde uma perspectiva brasileira e latino-americana. É ela a autora de uma das categorias-chave interpretativa das dinâmicas das relações raciais que se pretende também articuladora na esfera da mobilização política entre os afrodescendentes nas Américas: a categoria política e cultural da amefricanidade.

“As implicações políticas e culturais da categoria da Amefricanidade (“Amefricanity”) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A América e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretção e criação de novas formas), que é afrocentrada. (GONZÁLEZ, 1988, p.76)

Se organizar e refazer dentro desse conceito é um novo projeto local e transterritorial. A construção do feminismo negro Latino-Americano que assume protagonismo no projeto político emancipatório propicia novas possibilidades de empoderamento das mulheres negras e de suas interpretações sobre a realidade social latino-americana. É no interior do movimento feminista negro que serão debatidas narrativas sobre a influência da diáspora negra¹³ e o contato com as mulheres africanas e latino-americanas. Ou seja, nesse processo de reorientação busca-se reinterpretar a ação política em prol da re (existência) para as mulheres negras.

O encontro de Sueli Carneiro com Lélia Gonzalez reflete a articulação política, então em curso, entre homens e mulheres negras que entenderam que, para além de uma consciência individual, era necessário promover uma consciência política em torno dessas questões. A possibilidade de estar conjuntamente com intelectuais negros impacta sobre a formação de Sueli Carneiro enquanto militante e acadêmica. Isso reverbera no movimento negro até os dias atuais, sendo necessário realçar a importância dessas mulheres.

¹³ A partir das suas respectivas localizações espaços-temporais dos núcleos cosmológicos das culturas criadas (BOGUES, 2003; HENRY, 2000), os africanos escravizados e seus descendentes, participantes dessa diáspora forçada, contribuíram com a criação e a invenção de uma nova cultura, elaborando novas formas de espiritualidade, conhecimento, subjetividade, sociabilidade. As novas culturas criadas são também projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança. E essas culturas - que para efeito de clareza podemos chamar de culturas políticas - não são “mumificações” históricas, senão passam cotidianamente pelo processo de recriação a partir de fluxos e trocas de ideias, valores e projetos que circulam pelo mundo afrodiáspórico. Talvez nada caracteriza melhor esse fenômeno do que a música, como assinalou Gilroy (2001) no seu clássico *Atlântico Negro*. (BERNADINO-COSTA; MALDONADO TORRES; GROSFUGUEL, 2019, p.17)

Encontros internacionais e nacionais de mulheres negras, direitos conquistados a duras penas que hoje são realidade no país foram fruto da luta da Sueli Carneiro, ao lado de tantas companheiras de ativismo, tal como Lélia Gonzalez, Neusa Santos, Beatriz Nascimento, dentre tantas outras cujo trabalho deve ser lembrado e reverenciado sempre. Entretanto o país, que não cultiva suas memórias, tem imensa dificuldade em reconhecer os méritos e lutas das pessoas pertencentes de grupos sociais oprimidos, principalmente quando estamos falando de mulheres negras. Quebrando essa desonrosa tradição nacional temos o profundo orgulho de homenagear Sueli Carneiro em plena vida. (RIBEIRO, 2018. p.5)

O movimento negro feminista no Brasil é geracional. Para que esta dissertação seja escrita e para que filósofas, intelectuais e ativistas como Djamila Ribeiro tenha a visibilidade de hoje, outras mulheres negras precisaram lutar contra o caráter sistêmico do racismo, pela cidadania, extinção de desigualdades, com real inclusão da mulher negra, luta contra os preconceitos e estereótipos relativos ao corpo da mulher negra e a questão de classe, raça e gênero, evidenciando-a como o setor mais oprimido e discriminado da sociedade brasileira.

A convergência e a influência de diversas gerações de ativistas e intelectuais negras que se influenciaram mutuamente suscita um aumento significativo das organizações feministas negras em todo o Brasil, com o objetivo de desconstruir o branqueamento que o racismo impõe a partir da década de 80. É nesse cenário que é criado o Geledés.

É neste contexto que surge o Geledés Instituto da Mulher Negra como produto desta avaliação crítica do encaminhamento da temática da mulher negra dos Movimentos Negros e Feministas. Inspirada na tradição de organização político-religiosa das mulheres Yorubás, o Geledés Instituto da Mulher Negra é criado em 1988 como uma proposta de atualização e adequação de matrizes culturais negro-africanas às necessidades contemporâneas da luta negra, em especial das mulheres negras. (CARNEIRO, 2018, p.171)

Carneiro se constrói ao longo de sua trajetória de vida, a partir de sua vivência de discriminação e participação em um ambiente acadêmico - à época, altamente politizado e berço de diversas manifestações e organizações sociais - como ativista e intelectual, que escreve e publica suas reflexões acerca do racismo e sexismo e contribui, deste modo, para pensar criticamente e reflexivamente acerca de determinados padrões sociais de comportamento, relações sociais, desigualdades. Embora transite na academia, Sueli Carneiro ocupa de forma mais atuante o espaço da política o que não quer dizer que ela não produza

conhecimento e deixa claro, aliás, que sua formação como intelectual se deu também na universidade, mas se desenvolveu por meio de trocas transdisciplinares:

Quando conheço o movimento negro e também o movimento feminista, isso na década de 1970, entrar pra universidade foi um facilitador, até que aconteceu um evento importante em São Paulo que ficou digamos pra história do movimento feminista da cidade que foi a realização do tribunal Bertha Lutz...Era o grande evento feminista em que não havia neste evento nenhuma mulher negra de posição de destaque, de estar pautando a sua problemática na programação toda e havia dois homens, convidados importantes nesse evento, e um deles era Abdias do Nascimento e neste momento ele mapeia a situação com aquela clareza, com aquela competência, com aquela lucidez que lhe era peculiar e ele além de tudo da excelência como ativista como orador tinha a performance do ator, então ele não tem dúvida nenhuma e quando é dado a vez dele falar ele começa a dizer “porque nós mulheres negras” aí dele desfia toda história das mulheres negras desde o período colonial até a exclusão daquele momento, daquela situação, ele diz “na ausência delas daqui eu me torno cavalo de cada uma, de todas as ancestrais, de todas as heroicas mulheres negras deste país que estão invisíveis aqui também.” (CARNEIRO, 2014)¹⁴

A autora considera que qualquer pessoa negra desde cedo experimenta situações de discriminação, e que não é possível desvincular sua formação acadêmica de sua experiência como militante. Ela se vê como ativista antes de qualquer coisa. Porém, existe uma reflexão a ser feita aqui pois o fato de a mulher negra passar por essas violências não a torna necessariamente uma ativista, isso sequer necessariamente as torna conscientes.

É necessária uma consciência de raça e classe, um mínimo de letramento racial para perceber e aceitar que foi discriminada, permeada por uma vontade de transformação política. Carneiro mostra essa necessidade do processo de politização, de contato com outras ativistas, oportunidade de estar entre outros movimentos. No final da década de 80 e no começo da década de 90, próximo a data que comemorava o centenário da abolição, foi realizado o encontro nacional de mulheres negras¹⁵ em 1988. Ao se aproximar do Coletivo de Mulheres

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CMWXkgDNhBk>>. Acesso em: 10 novembro de 2019.

¹⁵ “Em 1988 as mulheres negras deram impulso à construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero Este processo foi possível seja pelo aprendizado a partir da resistência de nossas ancestrais seja pelo acúmulo das experiências anteriores daquelas mulheres negras e agrupamentos que se embrenharam neste processo atual de organização. Contou com a energia e as definições tiradas na participação no IX Encontro Nacional Feminista e acima de tudo das mobilizações em função do centenário da Abolição da Escravatura ‘Um grande marco para tal iniciativa foi a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) ocorrido em 1988 em Valença (RJ) com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país de diferentes setores e experiências organizativas. Este evento foi precedido por encontros e seminários em vários estados o que proporcionou não

Negras de São Paulo, funda o Geledés - Instituto da Mulher Negra - em 1988 como a primeira organização feminista negra de SP.

Em 1988 foi convidada a integrar o Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília. Após denúncias de um grupo de cantores de rap da cidade de São Paulo, que queriam proteção porque eram vítimas frequentes de agressão policial. Ela decidiu criar em 1992 um plano específico para a juventude negra, o Projeto Rappers, onde os jovens são agentes de denúncia e também multiplicadores da consciência de cidadania dos demais jovens. (GÉLEDES, 2013)

Carneiro foi um dos nomes de grande importância na necessária tarefa de inserir os marcos da luta antirracista e antisseixistas nos fóruns internacionais. “Sueli é um patrimônio histórico, cultural e político que desbravou metas e caminhos para a propagação do pensamento feminista negro e a luta por marcos civilizatórios e humanitários.” (DJAMILA 2018, apud CARNEIRO, 2018, p.5). O Geledés vem historicamente criando experiências modelos, como o SOS racismo, que aumenta a visibilidade de casos de racismo cobrando ações proativas por parte do estado. Além de servir como exemplo para outras organizações políticas, negras e de direitos humanos e até mesmo para o próprio governo.

Por conseguinte, o Geledés traz a pauta sobre saúde da população negra desde a sua criação, inicialmente estruturada em três eixos: Direitos Humanos, Saúde e Comunicação. Porém atualmente ao seu plano de luta somam-se também os eixos: Políticas Públicas, Educação, Pesquisa, Mercado de Trabalho.

Em todos esses temas, Geledés desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania, além de monitorar no Portal Geledés o debate público que ocorre sobre cada um deles no Brasil e no mundo. Na questão racial, Geledés soma-se às lutas dos movimentos negros pela criminalização efetiva do racismo e da discriminação racial em suas múltiplas manifestações na sociedade brasileira, e defende políticas de ação afirmativa nos diferentes campos das políticas públicas como forma de eliminação das desigualdades raciais e promoção e valorização social da população negra. Nas questões de gênero, Geledés alinha-se à agenda feminista, atuando contra a violência doméstica e sexual contra a mulher, pela realização da igualdade no mercado de trabalho, em defesa dos direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres, pela descriminalização do aborto, contra os estereótipos e estigmas que se reproduzem sobre as mulheres nos meios de comunicação. No tema da violência contra a mulher, desenvolveu o Aplicativo PLP 2.0, para socorrer mulheres em situação de violência. (Disponível em:

apenas a mobilização das mulheres negras, mas acima de tudo o aprofundamento do debate política.” (RIBEIRO, 1995, p. 450)

<<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional>>, Acessado em: 29.04.2020)

É preciso não só referenciar como agradecer esses conhecimentos que não deixa o passado histórico cair em esquecimento através de uma instituição com 30 anos de existência honrando a geração atual e as anteriores como uma frase de Jurema Werneck que permeia todos os espaços de militância de mulheres negra “Nossos passos vêm de longe”. (WERNECK, nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo, 2010).

A continuidade do movimento negro é geracional, que assume a responsabilidade histórica de seguir a luta respeitando e reconhecendo as que vieram antes ao mesmo tempo que não as deixa cair em esquecimento. Logo, o Geledés é um uma organização política liderada pela autora e o site torna-se referência sobre conteúdos que abordam as pautas de raça e gênero.

“O feminismo hoje passa necessariamente pelo debate sobre a questão das mulheres negras no Brasil. É impossível tratar do tema da emancipação das mulheres sem tratar da temática negra”, afirma Sueli. “As mulheres negras, por força da exclusão que sofrem, são lideranças do feminismo brasileiro hoje, acredito que inequivocamente, até porque somos o segmento que mais têm a cobrar.” (CARNEIRO, In: GELEDÉS, 2019)

A construção de uma nova consciência para a juventude negra do Brasil é passada através de ação política e a produção reflexiva e interpretativa sobre relações raciais e sexismo no Brasil, que possibilita pensar outras possibilidades inclusive usando a escrita como militância. Sueli Carneiro problematiza a asfixia social que as mulheres negras vivem e como isso leva à necessidade de uma organização também teórica/intelectual contribuindo com novas interpretações a respeito da mulher negra e seu lugar social e político.

Escrever me permitiu organizar e qualificar a reflexão que, na fala, se manifestava desconexa e irritada pela insegurança da oratória. Depois tornou-se instrumento de combate respondendo à necessidade de produção de argumentos para os confrontos que o racismo e o sexismo impuseram. Cada um dos meus escritos refletem um momento dessa luta, além da permanente disputa pela verdade histórica que se esconde atrás das narrativas construídas pelos opressores. (CARNEIRO, 2018, p.8)

Ao definir a dimensão da questão racial à qual se dedica, e ao usar o Geledés como principal espaço de combate, ela cria ferramentas que abrem, nos dias atuais, a possibilidade de que a sociedade seja combativa de uma forma transdisciplinar, evidenciando o racismo vigente, que além de sistêmico é estrutural. Conjuntamente com isso, empoderando a população negra através do Instituto da Mulher Negra, e utilizando a internet como ferramenta alternativa ao que já se é reproduzido na TV.

Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem. Somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do imaginário racista. (ALMEIDA, 2020, p.68)

Isso sugere que não é simplesmente o fato da Sueli Carneiro ser mulher e negra, mas sobretudo o fato de ser mulher, negra que tem a oportunidade de fazer parte e atuar em um ambiente altamente politizado que parece ser decisivo sobre a maneira como ela vê o mundo e passa a interpretá-lo teoricamente. Tendo a sua vida atravessada pelo machismo e racismo, Sueli Carneiro é um produto do movimento feminista negro, que contribuiu para a sua formação.

Em 1999 Sueli Carneiro retorna à academia para cursar o mestrado, porém só posteriormente retoma o mestrado inconcluso e é surpreendida na banca de qualificação com a indicação para o Doutorado. A tese intitulada de “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser” defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo é um dos resultados da sua participação e atuação política. A autora estuda, com base nas teorias de Foucault, o conceito de racialidade/poder relacionando o dispositivo de poder com as hierarquias raciais, temática a ser melhor explorada no capítulo 3 deste trabalho.

Em entrevistas e na biografia já citada a autora deixa claro que se construir enquanto acadêmica e escritora é um dos seus enfrentamentos, feito a partir da compreensão do racismo enquanto problema estrutural da sociedade na qual se constituem hierarquias eurocênicas, de gênero, classe e raça. Nesse sentido sua experiência pode ser melhor compreendida através da conceito de *outsider within* de Patricia Collins:

A autora define *outsider within* como posição social ou espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual. Na Academia, por exemplo, esse

lugar permite às pesquisadoras negras constatarem, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais e, embora Collins se refira à Sociologia, pode-se pensar como prática política a ser desenvolvida em todas as áreas do conhecimento. (RIBEIRO, 2019, p. 44)

Carneiro parte de seu lugar de mulher negra e periférica e o transforma em um lugar a partir do qual desenvolve teorias e pensamentos que refletem um certo prisma/ângulo interpretativo. As tabelas a seguir têm o intuito de demonstrar que apesar de não ter seguido uma carreira acadêmica, ela se posicionou como uma *outsider within* também na academia.

Logo, uma das propostas deste capítulo é apontar para o fato de que a trajetória de Sueli Carneiro a conduziu para uma atuação profissional, sim, muito mais alinhada ao ativismo político em organizações não governamentais e governamentais sem que isso a impedisse - aliás, pelo contrário, a motivasse - a produzir conhecimento teórico dentro e fora da academia. A autora não está completamente apartada do ambiente acadêmico/formal e sua construção política se dá também no espaço institucional da universidade produzindo conhecimento sobre a teoria feminista negra no Brasil.

É importante ressaltar que a proposta não é aqui reproduzir um dualismo ou antagonismo entre academia e militância, pois isso seria simplificar a importância dos espaços e também hierarquizar os conhecimentos até porque, conforme demonstra a própria experiência de vida de Sueli Carneiro, foi precisamente na encruzilhada desses dois campos que se deram grandes mobilizações em prol da democratização do país bem como de interpretações alternativas para as questões de gênero e raça no Brasil e nas Américas. Ao mesmo tempo, Sueli Carneiro é ela própria um exemplo de que a vida intelectual e o conhecimento não se restringem ao campo acadêmico.

Importante assinalar que também pressupomos que nem todos acadêmicos são intelectuais, como nem todos os intelectuais são acadêmicos. Mais especificamente, para os propósitos deste artigo, entendemos os intelectuais negros como os ativistas, professores, músicos, artistas, lideranças religiosas, poetas, enfim, todas aquelas pessoas capazes de construir uma homogeneidade e consciência de grupo para a população negra, bem como capazes de apontar os caminhos da resistência e reexistência. (BERNARDINO, 2018, p.120)

Quer dizer, é importante, contudo, não misturar a teoria e prática como uma combinação entre o conhecimento acadêmico e a militância, respectivamente. Por outro lado,

Sueli Carneiro reconhece a relevância de autores, como Foucault, que foram bases fundamentais na formação do seu conhecimento acadêmico. O feminismo e os movimentos antirracistas foram grandes produtores de teoria e não necessariamente estavam ancorados em instituições universitárias para fazê-los, embora, tenham a partir da segunda metade do século XX influenciado fortemente as construções teóricas e pensamentos formulados no âmbito da academia contribuindo para promover fissuras e “abrir” as Ciências Sociais (*Wallerstein at alli*, “Para abrir as Ciências Sociais”).

Do mesmo modo, os movimentos sociais se alicerçaram em pensamentos teóricos se não originalmente produzidos, certamente reproduzidos em instituições acadêmicas e as universidades não estiveram apartadas dos grandes movimentos contra hegemônicos, conforme mostra a própria experiência de Sueli na USP durante a ditadura militar. É no ambiente da ditadura que a Sueli se aproxima mais do movimento negro e feminista.

Esse é afinal o projeto decolonial: estabelecer diálogos transdisciplinares (para além das disciplinas acadêmicas estritamente compreendidas) e abarcar os outros conhecimentos, a partir da práxis e da militância e movimento social como conhecimento igualmente relevante.

Em “intelectuais negras”, *bell hooks* fala sobre o quanto as mulheres negras foram construídas ligadas ao corpo e não ao pensar, em um contexto racista. A pensadora afirma que a combinação entre racismo e sexismo implica sermos vistas como intrusas por pessoas de mentalidade estreita. Para além disso, a própria conceituação ocidental branca do que seria uma intelectual faz com que esse caminho se torne mais difícil para mulheres negras. Ultrapassando essa fronteira, *bell hooks* se define como uma intelectual, aquela que une pensamento e prática, para entender sua realidade concreta. Pensamento e prática aqui não são realidades dicotômicas, ao contrário, são dialéticas e conversam entre si. (RIBEIRO, 2019, p.28)

Dar visibilidade a esses desafios e conquistas é também uma oportunidade de aprofundar a reflexão sobre o papel atual e esperado das mulheres negras na sociedade. Ao conhecer a história de Sueli Carneiro nos atentamos às relações de poder entre mulheres e homens e entre mulheres brancas e mulheres negras em diversos espaços nos quais as vozes das mulheres negras são apagadas e suas contribuições negligenciadas ou silenciadas.

A autora fala em uma entrevista no SESC 24 de maio em março de 2019, conversando com Afonso Borges sobre a sua trajetória, que se constrói uma escritora que nunca se propôs enquanto escritora, e a sua escrita foi usada como solução para ela falar em público, usada como instrumento para enfrentamento do racismo e do sexismo, e à medida que escrevia para exercer seu ativismo e enfrentar o racismo e o sexismo, algumas pessoas

pediam para publicar isso fazendo com que ativismos pudessem se apropriar, de forma positiva, dessa reflexão.¹⁶

A partir da denúncia de diferentes formas de opressão de mulheres e negras e das próprias vivências pessoais Sueli torna-se uma referência para o movimento negro ao apontar para a relação entre gênero e raça como fatores estruturais das desigualdades sociais do Brasil. Assim, como afirma Ramos, a partir de seu pedaço nesse espelho quebrado, Sueli contribui para a pluriversalidade de perspectivas a abordagens sobre essas questões.

Esses somos nós reflexos de um espelho quebrado, que, como um mosaico, apresenta um pedacinho de nossa história. Se visto com carinho, cada pedaço pode ter sua beleza, valores e complexidades reconhecidos. Para isso têm surgido novas vozes, novos portadores do microfone, prontos para ampliar suas falas, experiências e histórias. Ouçam as vozes desse Brasil plural e nosso. (RAMOS, 2017, p.67)

Essas vozes geracionais do movimento negro são manifestadas em uma importante conjuntura para a história do movimento negro no Brasil, na qual a Sueli Carneiro estava presente, a marcha das Mulheres Negras realizada em 18 de novembro de 2015. Cerca de 50 mil mulheres se reuniram nas ruas de Brasília, com o lema “Contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver”. Essa foi uma construção coletiva, mobilizada e divulgada por vários coletivos e organizações de mulheres negras pelo país todo.

Figura 2 - A mulher negra e seu manifesto



¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FN0D7FCQcXo&t=1696s>>. Acesso em: 10 novembro de 2019.

Fonte: As origens do Dia da Mulher Negra e Latino-Caribenha, Géledes, Primeira Marcha das Mulheres Negras em 2015, em Brasília (Thaís Mallon/Divulgação). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-origens-do-dia-da-mulher-negra-latina-e-caribenha/>

Durante a marcha, ao passar pela Esplanada dos Ministérios, dois policiais atiraram para cima, causando tumulto. Na correria, mães de santo, senhoras, crianças, mães com crianças de colo, corriam enquanto procuravam um local para se abrigar, enquanto as integrantes do carro de som pediam calma. A marcha esvaziou, porém, seguiu até o final. Apenas um dos policiais foi detido, teve a arma apreendida e após pagar uma fiança de R\$790 e foi liberado¹⁷.

O último encontro nacional até a defesa desta dissertação foi o Encontro Nacional de Mulheres Negras¹⁸, realizado em Goiânia nos dias 6 a 9 de novembro, com a presença de 1000 mulheres negras representando todos os estados, além de referências para o movimento negro como: Conceição Evaristo, Angela Davis, Benedita da Silva, Ieda Leal¹⁹. Sueli estava presente na mesa sobre escritoras negras. Inicialmente foram realizados congressos estaduais, e as vagas foram distribuídas entre coletivos e independentes, Brasília tinha a delegação de 30 mulheres.

Figura 3 - Encontro de mulheres negras



Fonte: Foto tirada pela autora, data (provável) 6.12.2018

¹⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/policial-e-preso-por-tiros-em-marcha-de-mulheres-negras-em-brasilia.html>> Acessado em: 08.06.2020

¹⁸ Eu tive a oportunidade de participar do Encontro, representando a delegação do Movimento Negro Unificado do Distrito Federal, dado que atualmente estou na Coordenação de Comunicação do mesmo.

¹⁹ Atual Coordenadora Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado

Esse encontro é muito significativo, com o lema que volta às reivindicações da Marcha Nacional de Mulheres Negras, “Contra o racismo, a violência e pelo bem viver, mulheres negras movem o mundo”. Representa bem a frase repetida por Angela Davis na mesa de abertura do evento: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. A voz de 1000 mulheres negras ecoou, representando um poder político das mulheres negras no Brasil, através de feiras de empreendedoras negras, rodas de conversas, seminários, palestras, e mesas que debatiam a transversalidade da temática de classe, LGBT, gênero, empreendedorismo.

Esse conjunto de experiências organizativas enraízam um feminismo negro, que cobra o estado Brasileiro com pautas que se assemelham a das décadas anteriores sobre as questões do racismo e sexismo como: fim do extermínio da juventude negra; afroempreendedorismo; saúde das mulheres negras; violência contra a mulher negra; protagonismo da mulher negra; educação inclusiva, transversalidade de classe, raça e gênero. É sobretudo nesses espaços que Sueli se propõe a pensar a mulher negra como um corpo que produz conhecimento, transmite saberes, através de uma postura reflexiva pontuando a mulher negra como sujeito político. Assim como foi a partir de sua experiência neles como ativista e de sua vivência como mulher negra nos espaços acadêmicos que ela articulou uma produção intelectual e reflexiva sobre as questões de raça e gênero, sobre a qual tratarei a seguir.

Capítulo 3 -Raça, gênero e epistemicídio à luz das contribuições de Sueli Carneiro

Para tratar da produção intelectual de Sueli Carneiro acerca do racismo e sexismo, me basearei, neste capítulo, nos escritos que compõem a sua tese de doutorado, intitulada “A construção do outro como não ser como fundamento do ser”, defendida no departamento de filosofia da Universidade de São Paulo em 2005, além de discorrer sobre matérias selecionadas publicadas na Coluna Opinião do Correio Braziliense. As publicações são: “Por um tempo mais feminino- O resgate da violência colonial”; “Aborto- A saúde da mulher negra”; “Diversidade e Globalização- Raça, gênero e América- Latina”; “Bené- A presença da mulher negra na política”; “Matriarcado da Miséria- Raça, trabalho e gênero”. Foram selecionados esses artigos pois todos possuíam a interseccionalidade de classe, raça e gênero.

Esse embasamento do capítulo anterior, sobre a trajetória, é necessário para compreender a indissociabilidade entre Sueli Carneiro doutora de sua atuação como mulher

negra e ativista; portanto, entre suas vivências nesses espaços e sua produção teórica e intelectual. Á vista disso, busco elucidar a importância da sua produção de conhecimento dentro do pensamento feminista negro, do ambiente universitário e nas mídias de massa como o Correio Braziliense.

A tese de doutorado utiliza o conceito de dispositivo/biopoder de Michel Foucault para discorrer sobre as relações étnico-raciais no Brasil através de uma lente anti-racista, assumindo essa posição como uma perspectiva interpretativa válida e legítima para desvendar a realidade histórica encoberta pelo racismo. Por conseguinte, os conceitos de Foucault são ferramentas analíticas que ajudam a discorrer e explicar as constantes sociais da trajetória de vida de quatro ativistas negros. É importante evidenciar que a autora desta dissertação é parte constitutiva de seu objeto.

Sua tese está dividida em três partes: Parte I - Poder, saber e subjetivação; Parte II - Das resistências; Parte III - Educação e o cuidado de si. Na primeira parte explora sobre o dispositivo de racialidade e o biopoder que determinam a vida e a morte da população negra; a negritude sob o signo da morte e o epistemicídio. Posteriormente, na segunda parte traz relatos escritos por Edson Cardoso, Sônia Maria Pereira Nascimento, Fátima Oliveira e Arnaldo Xavier sobre sua infância, influências e vivências, com o objetivo de apresentar o racismo, sexismo e capitalismo como alicerces das desigualdades sociais e raciais, focando em contextos da vida real permitindo aprofundar sobre as subjetividades dos indivíduos afetados, associando particularidades às relações estruturais complexas. Por fim, na terceira parte analisa sobre a instituição social da educação na construção da vida da negritude, espaços, oportunidades e subjetividade, articulando com a experiência dos ativistas.

Sueli Carneiro é uma ativista que sofre as consequências do racismo, a partir de um processo de colonização baseado em um sistema escravista que molda a hierarquia social e que relega a negritude à não existência, ao não-ser, à constante rejeição pela sociedade brasileira. O eu hegemônico cria expectativas sobre o comportamento do outro, transformando o outro unicamente em sua particularidade. (CARNEIRO, 2005). Portanto, a autora rompe o imaginário do não-ser ao falar de um local que quebra com as expectativas do eu hegemônico, o de uma ativista e pesquisadora negra. Em entrevista ao Podcast “Ilustríssima Conversa”, ao ser questionada sobre a experiência da mulher negra como objeto da asfixia social Sueli Carneiro responde:

Faz parte da necessidade de rompimento com essas imagens de controle que o tempo todo nos indicam um lugar social como se ele tivesse inscrito na nossa identidade, como se fosse um lugar essencializado. Então são construções muito poderosas que estão no imaginário coletivo e estão cristalizadas e que é um desafio permanente desvincular. Um exemplo clássico: é extremamente comum pesquisadores batem na porta na nossa casa e quando a gente abre a porta, perguntam, a patroa está? Isso me aconteceu diversas vezes porque eu morava em um bairro de classe média, abria a porta da minha casa, mas a expectativa é que uma senhora branca fosse dona daquele imóvel ou morasse naquele imóvel. São coisas recorrentes na nossa experiência a atitude de considerar inesperado que uma pessoa negra em um bairro de classe média atendendo a uma moradia de padrão médio. Esse estranhamento é parte essencial dessa reiteração de um determinado lugar social para as mulheres negras. (Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Locução de: Walter Porto. 16/09/2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.)

À vista disso, Carneiro se afasta da concepção segundo a qual resta à mulher negra contentar-se com imagens deterioradas e ocupar um lugar subalterno pré-determinado. É possível relacionar esse debate sobre o lugar de existir com o título da sua tese “A construção do outro como não ser como fundamento do ser”. As condicionantes que ²⁰constroem o não-ser, se dá na diferença que se faz através do referencial de comparação com o ser. A negação do outro se dá pelo preconceito, discriminação e estigmatização em comparação com o ser. O negro e a negra, ao se espelhar no ser, torna-se o não-ser. Ou seja, o eu branco e hegemônico reduz a negritude à condição de fonte primária de pesquisa, objeto de pesquisa, informadora de conhecimento ao mesmo tempo que deslegitima a autoridade da fala dos portadores desses saberes, logo é destituída da condição de sujeito de conhecimento de produtora de cultura e conhecimento científico. Essas vozes subalternizadas não são detentoras de poder, nos termos de Foucault:

Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 2006, p.75)

A autora descreve, tendo como principal referencial teórico e interlocutor Michel Foucault, porém aponta para os seus limites no tocante ao debate sobre a racialidade. Em sua

²⁰ Patricia Hill Collins também utiliza o conceito de controle da imagem para falar de representações, no mundo em que a representação das mulheres negras ainda está associada à subalternização, à subserviência e à hipersexualização. Eu compreendo esse conceito também no que ele se refere a emancipação e empoderamento feminino negro, quer dizer, é preciso construir a nossa própria imagem, uma imagem positiva sobre nós, por meio de um autor representação. (FIGUEIREDO, 2017, p. 6)

tese Carneiro explica que as relações entre brancos e negros no Brasil, a partir de uma hierarquia herdada do período colonial, consolida-se em um jogo de desfavorecimento para os indivíduos negros nos campos epistemológicos e ontológicos. Nesse sentido, as particularidades dessa estruturação, a partir de práticas discriminatórias, possuem como consequência a exclusão de um grupo social em específico.

A hipótese desta tese é que um pressuposto dispositivo de racialidade²¹/biopoder, do qual aqui propomos a existência, contém todos atributos definidos por Foucault, para o termo dispositivo, consistindo num campo de significações que definem a especificidade das relações raciais e as relações de poder nelas imbricadas no Brasil, articulando-se e diferenciando-se de outros campos discursivos sobre esse tema em função das particularidades de nossa formação social e cultural. (CARNEIRO, 2005, p.30)

No caso do Brasil, a prática discursiva que molda essas relações étnico-raciais é o mito da democracia racial criada por Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala” (1933) e “Sobrados e Mucambos” (1936) que continua operando como chave interpretativa das relações raciais até os dias atuais. Logo, ainda que digam que todos são considerados iguais, o regime de quem vive e quem morre se manifesta através de uma ordem racial que distribui desigualmente as oportunidades de vida e acesso à saúde, economia (gestão econômica), justiça, educação etc. em desfavor das negras e dos negros. Ou seja, não existe uma proteção universal democrática racialmente.

O mito da “democracia racial”, tão corajosamente analisado e desmascarado por Florestan Fernandes, orgulha-se com a proclamação de que o “Brasil tem atingido um alto grau de assimilação da população de cor dentro do padrão de uma sociedade próspera”. Muito pelo contrário, a realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como minoria econômica, cultural e de negócios políticos. (NASCIMENTO, 2017, p.98)

Logo, essas diferenciações atingem diversos setores do Brasil a partir dessas práticas discriminatórias em uma disputa de forças e domínio do dispositivo de racialidade do poder. Para Foucault, o sujeito é efeito das práticas discursivas, portanto, o enfrentamento dessas disparidades precisa se dar a partir de um alinhamento entre teoria e prática. A prática é um

²¹ “A nossa meta é demonstrar que o dispositivo de racialidade vem se constituindo historicamente em elementos estruturais das relações raciais no Brasil e que, dentro os componentes do dispositivo de racialidade que se articula, o epistemicídio tem se constituído instrumento operacional para a consolidação das hierarquias raciais por ele produzidas.” (CARNEIRO, 2005, p.33)

conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro (FOUCAULT, 1979, p.70)

3.1 Dispositivo de racialidade, biopoder e epistemicídio na sociedade brasileira

Cabe aqui entender a importância que a autora atribui aos pesquisadores e aos produtores de conhecimento, não necessariamente acadêmicos, a fim de não reproduzir essa visão hierárquica, através das diferenciações introjetadas dos modos de subjetivação articuladas pelo dispositivo de poder.²² É preciso, em seu entendimento, uma frente antirracista em todos os campos, o que também requer superar a dicotomia assimétrica entre a narrativa acadêmica versus militante.

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro enquanto é legitimado o discurso do branco e do negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais no Brasil dialogam entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. Isso é claramente manifesto nas listas bibliográficas utilizadas onde, via de regra, figuram autores negros não-brasileiros, ou no fato de quão poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional. Os ativistas negros por sua vez, com honrosas exceções, são tratados, pelos especialistas da questão racial, como fonte de saber, mas não de autoridade sobre o tema. Os pesquisadores negros em geral são reduzidos à condição de fonte e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, quando não são aprisionados exclusivamente ao tema negro. (CARNEIRO, 2005, p.60)

Portanto, seguindo essa lógica em um campo de disputas por visibilidade, vozes, discursos, o pensamento negro é visto como não detentor de saber e de poder. Outro conceito que a autora vai trabalhar do autor é o de biopolítica/biopoder²³. Para além da questão apresentada anteriormente, a correlação entre a legitimidade do corpo negro enquanto

²² Foucault entende que um dispositivo corresponde a “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (Foucault, 1979, p. 244 APUD CARNEIRO, 2005, p.39).

²³ Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer". No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se, a simples violência. (CARNEIRO, 2005, p.72)

autoridade de saber e o epistemicídio do corpo negro emerge no debate sobre poder, vida e morte. O biopoder é uma estratégia de eliminação do outro indesejável acionando o dispositivo de racialidade para quem deve ou não morrer (CARNEIRO, 2005). Portanto, ser negro ou não será um diferencial crucial para viver ou morrer na sociedade civil e a partir da ausência ou da atuação do Estado.

O biopoder não precisa da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. Basta-lhe uma hostilidade e/ou desprezo socialmente consolidados em relação a um grupo social. Como uma espécie de automatismo associativo, esses sentimentos e representações tornam-se suficientes para orientar a distribuição das benesses sociais. Em nossa elaboração, entendemos que onde não há para o dispositivo de racialidade interesse de disciplinar, subordinar ou eleger o segmento subordinado da relação de poder construída pela racialidade, passa a atuar o biopoder como estratégia de eliminação do Outro indesejável. O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver. (CARNEIRO, 2005, p.76)

Os signos que atravessam a vida do indivíduo negro se manifestam através de uma constante social, que vai muito além de coincidências, e o desfavorecem em diversos setores da vida, seja pela exclusão de um espaço social, pela deslegitimidade das suas práticas discursivas, ou pelas predisposições de sociedades multirraciais racistas ao longo da história. É uma institucionalização do extermínio ainda que não exista necessariamente legalidade constitucional, sendo uma articulação estratégica também do Estado Moderno sobre os merecedores a possuir a vida. Sueli Carneiro resgata aqui a ideia de poder de Foucault como algo disperso pela sociedade e não apenas concentrado nas instâncias propriamente político-institucionais e como algo que produz e propicia, aciona e não apenas proíbe: “Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade.” (FOUCAULT, 1979, p.71).

Carneiro reforça sua tese de forma explícita ao ser indagada por Lázaro Ramos porque continuamos dizendo que existe racismo no Brasil.

Porque nós experimentamos desvantagens em todas as dimensões da vida social motivadas por obstrução de natureza racial. Nós sabemos perfeitamente, e isso é uma experiência corrente, por exemplo na vida de mulheres negras, que nós somos preteridas para cargos de Secretária, uma coisa básica, não estamos falando de gerentes diretores de empresa nada. Secretária, porque existe um quesito operando na sociedade Brasileira, que se chama o quesito boa aparência que nos destitui da qualidade que uma certa estética hegemônica branca instituiu como padrão estético de beleza.

Ou seja, em qualquer dimensão da vida e algumas que é a dimensão mais brutal que isso se manifesta é na matança que existe na sociedade de jovens e adolescentes negros e a medida do racismo que existe aí é quando você compara a repercussão quando uma pessoa branca, um jovem branco de classe média é atingido pela violência a comoção que toma conta da sociedade quando isso ocorre e quando a vítima é uma pessoa negra, a indiferença que isso é tratado. (Epistemicídio, Episteme - Conhecimento, Cídio - Morte de: Lázaro Ramos. 20/08/2020. Programa Espelho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KKWhDkulnMA/> Acesso em: 18/08/2020.)

É desconcertante pensar que essa resposta foi dada há 11 anos, publicada em 20 de agosto de 2009, e continua extremamente atual ao pensar a situação dos negros no Brasil. Toda essa trama é permeada pelo dispositivo de racialidade como mecanismo regulador das relações raciais, e o poder dessas relações sociais não é, conforme Foucault (1979), um objeto natural, uma coisa, é uma prática social, e como tal, constituída historicamente, tomando o corpo social através de técnicas de dominação.

Duarte (2016) também emprega essa noção de biopoder de Foucault para tratar, por exemplo, da morte e punição desproporcional de negros no Brasil como mais um sintoma do que Sueli carneiro chamaria, também com base no mesmo aparato teórico-conceitual, de dispositivo de racialidade:

Segundo Foucault e Agamben, portanto, é possível dizer que o racismo é o que permite matar sem que ocorra qualquer punição, é a condição de aceitação da mudança, ou antes, a condição de possibilidade da vida “matável e insacrificável do *homo sacer*. (DUARTE et al, 2016. p.20)

Ao projetar esse arcabouço teórico para analisar o contexto histórico racial do Brasil, é possível analisar que racismo no Brasil e a violência colonial se estendem em um controle social que determina não só os espaços que a população negra vai ocupar, mas uma pirâmide hierárquica racial e de gênero no campo do conhecimento, cuja base é ocupada pelas mulheres negras. Além disso, existem mecanismos do dispositivo de racialidade que acionam o biopoder determinando quem deve ou não morrer, para além de um juízo de valor, a empatia pragmática, institucional e ideológica é seletiva. A condição de humana torna-se sinônimo de branquitude e o distanciamento dessa categoria sinônimo de violência.

Nesse sentido, o Brasil assistirá também, a partir do século XIX, a emergência de novos procedimentos de saúde pública, em que a racialidade intervirá introduzindo uma orientação eugenista corretora da presumida

promiscuidade, sobretudo sexual, instaurada na escravidão. Articulam-se técnicas disciplinares a essa nova tecnologia de poder, com a originalidade de que elas exercem o poder de fazer viver e deixar morrer sem precisar institucionalizar a raça, mas dispendo de mecanismos capazes de alcançá-la onde quer que ela se esconda, para distribuir vida e morte. (CARNEIRO, 2005, p.76)

Se entendermos a racialidade enquanto dispositivo de poder, conforme propõe Sueli Carneiro, compreendemos o racismo como uma relação de poder segundo a qual o distanciamento da brancura é determinante para a detenção ou ausência de poder na sociedade. Em outras palavras, as hierarquias de poder estão intrinsecamente conectadas com as hierarquias raciais levando ao um racismo teórico.

De fato, a crítica a esse racismo teórico evidenciou o uso e a construção da diferença como marcador de poder, demonstrando o “processo de racialização” operado no âmbito da cultura europeia e das relações coloniais. Logo, permitiu identificar a raça como um problema de sociedades que passaram a hierarquizar sistematicamente as diferenças. (DUARTE et al, 2016, p.3)

Cabe aqui entender que esse marcador da diferença possui uma fragmentação sistemática, discursiva e intencional como consequência de um Contrato Social²⁴, que conforme descrito por Mills, tem por base uma sociedade moldada no colonialismo vigente que é essencial para a compreensão do racismo e a violência sobre determinados corpos.

Afinal, o último conceito que a autora vai abordar na I Parte é sobre o epistemicídio²⁵ que é a eliminação sistemática do negro e da negra enquanto produtores de conhecimento, então sujeitos de saber. Ao pensar sobre a conjuntura do Brasil, a relação do colonizador sobre o corpo negro permanece até hoje como elemento que permite justificar e mascarar uma prática de violência e controle, legitimando e perpetuando a exclusão racial no Brasil.

²⁴ O Contrato Social é uma teoria que fundamenta a existência de um governo e de uma sociedade civil alicerçada por indivíduos considerados iguais. Ou seja, o Contrato Social é um contrato firmado entre iguais, no qual, os instituídos como desiguais se inserem como objeto de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação. (CARNEIRO, 2005, p.47-48)

²⁵ “É importante lembrar que o conceito de epistemicídio, utilizado aqui, não é por nós extraído do aparato teórico de Michel Foucault. Fomos buscá-lo no pensamento de Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. A formulação de Boaventura Sousa Santos acerca do epistemicídio torna possível apreender esse processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro. É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o *modus operandi* do empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racismo do século XIX.” (CARNEIRO, 2005, p.96)

Assim, a história do epistemicídio em relação aos afrodescendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado em sua origem. O projeto de dominação que se explicita de maneira extrema sobre os afrodescendentes é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Coube aos africanos e seus descendentes escravizados o ônus permanente da exclusão e punição; a administração do acesso à educação adquiriu uma de suas especificidades. (CARNEIRO, 2005, p.104)

Os saberes da negritude brasileira ativista vão de encontro ao pensamento hegemônico e propõem a diversidade epistemológica e da teoria crítica com objetivo de promover uma emancipação no âmbito do conhecimento. Contra a inexistência epistemológica, constroem, a partir de suas vivências e saberes, abordagens e perspectivas contra hegemônicas, não brancas e não eurocêntricas. Esse questionamento aos autores eurocêntricos é um fenômeno relativamente novo, e aponta para a necessidade de cotas epistêmicas como antídoto contra o epistemicídio que anula os negros e negras de espaços de poder e produção do conhecimento. Existem desafios e limites para a disputa desse espaço. Se uma grande parte da bibliografia fosse negra, se os professores fossem majoritariamente negros, a academia produziria ciência de uma outra forma, e teria uma nova perspectiva.

Nesse sentido, é necessário que se faça a asserção do negro não só perante a população branca, mas que se forneçam modelos positivos ao negro, para que este possa libertar-se da baixa autoestima que frequentemente a vítima, como resultado da introjeção das opiniões dos brancos, que lhe insuflam o desejo, impossível, de em tudo se parecer com eles. A esse respeito, é, ainda, Miriam Alves que resume o que parece ser a proposição fundamental da práxis literárias negras: “a literatura feita por nós rompe estas imagens [...] quando nos propomos a falar do nosso lugar, de nossa interioridade. A nossa fala desvela, delata, relata, invade quem ouvi-la ou lê-la.” (Cadernos Negros 8, 1986, p. 13 APUD SILVA, 2014, p. 58)

Logo, a anulação da sua existência começa no acesso à educação, mediante a exclusão de acesso e permanência. Esse dispositivo de racialidade solidifica a continuidade de desigualdade estrutural, que quando não mata através do biopoder exclui e anula o negro e a negra dos ambientes escolares e acadêmicos, e do acervo intelectual e de conhecimento que compõem o pensamento social. Sueli carneiro desenvolve assim um instrumental teórico e analítico que nos possibilita descortinar e compreender esse processo sistemático de anulação da população negra no campo educacional e social assim como contribui para consolidar no

espaço da academia, com sua tese de doutorado, a noção de epistemicídio – ou apagamento e anulação no campo do saber - como aspecto estruturante da desigualdade racial.

3.2 Vivências e re (existências)

Mas é também, ao percorrer as vivências e experiências de negros e negras intelectuais e ativistas que Sueli Carneiro ilustra os processos através dos quais agentes subalternizados e racializados se tornam potenciais questionadores e formuladores de um pensamento contra hegemônico, capaz de superar e promover fissuras consideráveis na ordem racial vigente, lançando mão de novas e alternativas abordagens e perspectivas sobre o racismo e o sexismo.

O negro e a negra no Brasil são racialmente classificados com base nos seus fenótipos, particularmente com base na cor da pele. Conforme definiu Oracy Nogueira, as ideologias racializadas aqui no Brasil se constroem através de um preconceito racial de marca²⁶. Quanto maior o seu afastamento da branquitude maior o seu sofrimento, o combate a esse padrão estético que determina oportunidades sociais possibilita o empoderamento a partir construção de uma identidade negra positivada.

Sueli carneiro sustenta que esses preconceitos raciais contínuos ao longo da história do Brasil são moldados pelo que Michel Foucault chama de dispositivo de poder, e uma eliminação sistemática da população negra através do biopoder. No entanto ressalta que ao decorrer da história e mudança cultural esses conceitos vão possuir novos significados, inclusive significado de resistências.

Por fim, da perspectiva foucaultiana são eles resultados de múltiplas situações de assujeitamentos e de constituição transitória de sujeitos. São negros, mulatos, pardos, afrodescendentes; professores, médicos, advogados; militantes feministas e antirracistas; escritores, ora intelectuais plenos, ora intelectuais insurgentes e/ou subalternizados. (CARNEIRO, 2005, p.154)

Sueli Carneiro na sua tese de doutorado traz relatos de Edson Cardoso, Sônia do Nascimento, Fátima Oliveira, Arnaldo Xavier que abordam vivências e resistências a esses

²⁶ Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca (NOGUEIRA, 2007, p.292)

processos de exclusão racial. Esses ativistas vão falar sobre família, saúde mental, educação, e a formação de uma consciência racial crítica. Ao analisar apenas alguns trechos específicos dessas escritas, ainda que não seja possível trazer o relato inteiro de cada militante, é possível perceber o empoderamento e rompimento com as constantes sociais impostas para alcançar a libertação da opressão racial.

O primeiro ativista que ela menciona é o Edson Cardoso. O militante fala sobre como construiu a sua formação de consciência racial e identidade e como as potências desses discursos e narrativas racistas impedem uma pluralidade de corpos e saberes dado a tentativa de homogeneização. O militante do movimento negro traz durante a sua trajetória condições concretas de representações e reflexões.

Edson Cardoso fala sobre sua vivência que segue uma constante social, ou seja, se repete na vida da negritude de forma sistemática. A forma como os negros veem seus próprios corpos, e as características físicas que seus corpos carregam, está atrelada à dificuldade de se reconhecer como negro, o que dificulta a organização política da população negra. Deste modo, trata-se de organizar politicamente sujeitos que não querem se reconhecer como negros devido ao estigma social negativo que vai no contra fluxo do negro como símbolo de orgulho e afirmação étnico-cultural.

Nós, negros, estamos distantes desse plano e eu não posso ver essa distância, não relacionada a essa dificuldade da representação, da dominação e da coisa do racismo. Ou seja, o que nos impede de nos sentarmos juntos é a dificuldade de nos reconhecermos enquanto tal; é a dificuldade de superar uma representação que temos de nós mesmos, extremamente negativa. Então, tudo que se fizer nessa direção é extremamente político porque vai contribuir para esse momento do reconhecimento, do consenso, da pauta mínima e da ação coletiva do sujeito coletivo que a gente quer criar. (EDSON CARDOSO In: CARNEIRO, 2005, p. 175)

Conclui-se a partir dos apontamentos de Edson Cardoso que a falta de auto identidade constitui um obstáculo à organização política. A universalização da estética branca implica a negação das características que não se encaixam neste padrão. É essencial combater a tentativa de homogeneização étnico-racial fortalecendo e empoderando a busca pelas raízes na estética negra, apresentando a face de uma consciência perversa e excludente na autoestima das crianças negras e que oculta ou deslegitima a importância da população negra na construção do Brasil, e dos seus líderes negros.

A complexidade das representações acerca da população negra indica um arcabouço formulado historicamente no sentido de vigiar seu corpo, aprisioná-lo em uma identidade atribuída socialmente, construída por uma rede de significações que nada mais são além de armas inventadas com intuito de preservar hierarquias sociais. As violências físicas e simbólicas criam dificuldades à formação de sentimento de pertencimento racial, fortalecendo obstáculos ao seu posicionamento político. É importante destacar que as representações negativas sobre a população negra prejudicam as relações étnico-raciais entre negros e não negros ocasionando deturpação em suas identidades individuais e de grupo. (FERNANDES, 2014, p.118)

Logo, existe uma dimensão política que Edson Cardoso resgata quando aborda sobre sua trajetória e reflete criticamente sobre concepções e projetos de sociedade. Essa é uma pauta da militância negra na luta por um projeto político e ideológico de mudança de comportamento social. A consciência ou o encobrimento desse conflito, é vivida na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. (GOMES, 2006). A partir disso, sintetizando as reflexões de Edson Cardoso e Sueli Carneiro, trata-se de construir novas concepções sobre os agentes na história e isso perpassa também sobre a conquista do que Boaventura Santos chamou de “justiça cognitiva”, isto é, a inclusão positiva de outras epistemologias, sujeitos e temas nos espaços de construção do saber.

Posteriormente, Carneiro fala sobre a Sônia Nascimento que, a convite e por insistência de Sueli Carneiro fez parte do Geledés e teve um papel político importante, sendo eleita duas vezes como presidenta do Instituto. No relato sobre a sua vida, ela fala das barreiras raciais que encontra na sua formação escolar, sobre como o racismo delimitou até os seus sonhos de cursar Direito, tanto na vivência no espaço da Universidade como na disputa dos corpos racializados dentro de um Júri. Portanto, pesa sobre o corpo negro a carga do pré-julgamento amparado no paradigma racista. As divisões raciais da sociedade incentivam práticas racistas que tiram e deturpam a referência da imagem da mulher negra como advogada. Ou seja, ainda que o negro possa ser escolarizado e possuir um acesso ao nível superior, essa ascensão social não extinguiria o preconceito. Desta forma, seria necessário um cenário mais positivo no tocante às relações raciais no Brasil, mais especificamente na advocacia. (SANTOS; CARDOSO, 2016).

Subsequentemente, Sueli Carneiro fala sobre Fátima Oliveira que se formou no magistério e posteriormente em Medicina. Uma preocupação eminente da médica é ocupar os espaços políticos. Produziu e escreveu trabalhos sobre os desvios políticos e ideológicos da genética. As mulheres negras quando se apoderam desses espaços, como faz Fátima Oliveira,

têm a possibilidade de lutar pelos direitos humanos, das mulheres e dos negros além ressignificarem os lugares, contrariando a ordem racial vigente.

Ainda que o negro possa ocupar o papel econômico da classe dominante, a raça torna-se uma característica determinante na concepção da sociedade sobre o indivíduo. As análises de Sueli Carneiro acerca dessas experiências e vivências demonstram que a dimensão da noção de lugares e representações simbólicas do negro, conjuntamente com o imaginário racista levam à associação entre raça e determinadas funções e lugares de poder. A ascensão social do negro não supera o preconceito racial vigente, que desvaloriza e rebaixa a negritude, quando o negro é ascendido para um local de poder, ele é confrontado e precisa combater os estereótipos e os estigmas existentes, em uma constante reafirmação (LERSCH, 2018, p.157).

Sequentemente, o último ativista que ela cita é Arnaldo Xavier que se propunha a ir na contramão de poetas tradicionais brancos, buscava uma estética política para trabalhar as questões raciais. Encontrou na poesia a sua liberdade, tinha como objetivo libertar a poesia negra das opressões estruturais da sociedade, lutando para trazer um sentido político.

O poeta foi importante na vida de Sueli Carneiro, ele incentivou e criou expectativas para que a autora terminasse a sua tese de doutorado, infelizmente faleceu antes que ela estivesse pronta. Porém o seu legado é geracional, ao pensar a poesia através de uma sensibilidade social praticou um exercício de liberdade, suas produções são um patrimônio libertário e emancipatório para a questão étnico-racial. “Sabia como Foucault que a linha de fuga para um modo de subjetivação, liberto da rede infernal do dispositivo, estava na estética e a criou e exerceu! Como tudo era matéria de criação, brincou com Foucault como fazia com todas as ideias e palavras.” (CARNEIRO, 2005, p. 274)

Sueli Carneiro traz esses relatos porque vivências e experiências das subjetividades das pessoas negras dizem muito sobre as estruturas raciais no Brasil. Ela consegue através dos relatos exemplificar e afirmar a hipótese da existência de dispositivo de racialidade baseado em relações assimétricas de poder entre pessoas brancas e negras. O pertencimento racial a determinado grupo está ligado a práticas sociais de exclusão, subalternidade e exclusão a partir da racialidade. A essas dimensões da desigualdade ela agrega o sentido de epistemicídio evocado por Boaventura e busca dar visibilidade às contribuições da população negra como caminho indispensável à superação do racismo.

3.3 - Educação e desigualdade

Em função de sua ênfase sobre a necessidade de superação do epistemicídio como condição *sine qua non* para a superação do racismo, Sueli Carneiro aborda, em sua tese, o problema da reprodução das desigualdades raciais e das relações de poder no campo educacional e aponta para a importância e indispensabilidade de uma educação anti-racista. Uma educação emancipatória que não desumaniza os estudantes e os professores negros em relação ao acesso e permanência, a descolonização de mentes e corpos contra qualquer forma de dominação requer que não só reconheçamos as desigualdades de classe e raça, mas que incluamos os grupos que se encontram em desvantagem do ponto de vista econômico e racial.

Então, se o que está em jogo é assegurar privilégios e uma estrutura social hierarquizada segundo parâmetros raciais e de classe, será o controle do acesso à educação um mecanismo insubstituível, posto que “a educação emerge como uma dimensão central dessa investigação, na medida em que a educação participa do conjunto mínimo de oportunidades sociais básicas que contribuem para assegurar equidade e justiça social.” É porque se pretendeu hierarquizar, que não há como afirmar que a educação esteja baseada na equidade e na justiça social. (CARNEIRO, 2005, p.112)

Para Sueli Carneiro a falta de equidade no acesso à educação constitui, assim, um dos pilares de sustentação do racismo e, por isso, defende que a ocupação do negro nos espaços educacionais precisa se concretizar dentro das escolas e Universidades. A anulação da sua existência começa no acesso à educação, a exclusão de acesso e permanência. Esse dispositivo de racialidade solidifica a desigualdade estrutural, que quando não mata através do biopoder exclui e anula através do dispositivo de poder (ou racialidade). Existe um processo sistemático de anulação da população negra no campo educacional e social.

Sueli Carneiro cita os dados do documento “Desenvolvimento com a justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil”, segundo o qual ~~em que os negros~~ apesar de comporem 45% da população brasileira, os negros correspondem consecutivamente a 63% da população pobre e 70% da população indigente. “Nascer negro no Brasil implica maior probabilidade de crescer pobre. A pobreza no Brasil tem cor. A pobreza no Brasil é negra” (IETS, 2001, p. 14-15 APUD CARNEIRO, 2005, p.113). Atualmente jovens brancos têm 2,3 anos a mais de estudo que jovens negros da mesma idade e essa diferença aumenta quando falamos das gerações anteriores como pais e avós.

Portanto aqui nega-se veemente a possibilidade de existência de uma democracia racial, dado que a base da pirâmide é negra. À vista disso, uma das lutas da Sueli Carneiro foi a necessidade de cotas raciais dentro das universidades públicas brasileiras. Os negros sofrem as desvantagens sociais em todas as esferas da sociedade, e na educação encontram sua possibilidade de ascensão social, a possibilidade de transformar não só a sua realidade como a das gerações futuras. As ações afirmativas enquanto conceito e materialidade precisam existir enquanto equidade.

Em artigo ao jornal Correio Braziliense, intitulado *O melhor das cotas*, defendi que o melhor das cotas: “é a sua capacidade de tirar as máscaras do racismo, da discriminação racial, e explicitar a verdadeira natureza dessas ideologias: a legitimação de privilégios raciais e sociais. Elas obrigam que os diferentes interesses envolvidos e beneficiários da exclusão se manifestem. E é por isso que elas são capazes de galvanizar a opinião pública porque o monopólio histórico dos grupos racialmente hegemônicos no acesso às melhores oportunidades sociais se veem por elas ameaçados. Para preservá-los, diferentes discursos são acionados. ” (Carneiro, 2004 APUD CARNEIRO, 2005, p.136)

A universidade pública não fica de fora enquanto espaço que reproduz as desigualdades da sociedade. A cota racial é uma política pública, que teve Universidade de Brasília como umas das primeiras a implementá-la em 2004, portanto, oito anos antes da lei federal ser aprovada, com objetivo de diminuir essas diferenças inclusive pensando que isso reflete significativamente no mercado de trabalho e quais cargos e posições de emprego a população negra vai ocupar. Faculdades públicas e particulares são alguns dos espaços de reprodução de desigualdade, e a efetivação das políticas públicas de cotas raciais questiona o próprio modelo de acesso ao nível superior e como se discute o modelo público de ensino. A legislação de cotas raciais e sociais foi aprovada em agosto de 2012.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, Lei nº 12.711, DE 29 DE agosto de 2012)

Outra legislação que coloca em questão o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídios” que o dispositivo de racialidade/biopoder produz no campo da educação é a lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” nas disciplinas do ensino médio e fundamental.

Nesse sentido, o debate então inaugurado assinala uma nova perspectiva de educação, ao exigir um repensar sobre as relações étnico-raciais no espaço escolar, com todas suas nuances e complexidades. Essa discussão traz em seu bojo tanto uma nova reflexão sobre a educação formal quanto novas possibilidades de se conceber o currículo. Entre elas, a invenção de uma escola capaz de representar e trabalhar a pluralidade cultural brasileira, ou seja, constituí-la sob uma perspectiva multicultural. Enfim, uma escola propagadora de uma pedagogia desmistificadora, capaz de contribuir com a construção positiva da identidade negra. (FERNANDES, 2016, p.116)

As discussões acerca das concepções de “raça” e de “racismo”, e de suas aplicações no cotidiano educacional, são estruturantes para o processo de construção de um ambiente democrático e calcados nos pilares do respeito à diversidade e à dignidade humana e ressignificam positivamente a identidade negra. A professora Renísia Garcia da Universidade Brasília no seu livro “Identidade Fragmentada” aborda sobre a importância da cultura enquanto lente sobre o mundo e paradigmas acerca da participação e da importância da população negra na história do país, por serem restritas e por vezes deturpadas, inferiorizadas, anuladas, acaba, por obstaculizar a implementação desta política pública nos sistemas de ensino, em particular nas salas de aula. (GARCIA, 2010, p.45)

Os indicadores educacionais expõem com nitidez a intensidade e o caráter estrutural do padrão desta discriminação racial, no Brasil. Neste sentido, o papel do aparelho governamental buscando corrigir estas disparidades é de fundamental importância. Neste universo, trabalhar com temas como raça/cor, etnia e gênero é uma necessidade inadiável. Educar para a diversidade, por uma sociedade mais justa, pela busca da equidade de tratamento para brancos e negros, passa, necessariamente, por esses canais de discussão. (GARCIA, 2010, p.47)

Portanto, a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva altera a LDB nº 9.394 de 1996 que torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira. Em relação a importância do conteúdo lecionado, de acordo com a lei 10.639, os conhecimentos sobre a história e cultura da África e afro-brasileira não podem se

transformar em conteúdos invisibilizados ou, quando tratados, despolitizados e desligados das sérias questões da identidade nacional.

Ao tomarmos o ensino da cultura, da arte e da literatura africana e afrodescendente como objeto de pesquisa no contexto da formação inicial de professores, buscamos contribuir para a ressignificação de aspectos relevantes da identidade da população brasileira. Ressaltamos, assim, o caráter sócio-político que justifica e fundamenta esta pesquisa, em seu comprometimento com o desvendar de fatos que ajudam ou impedem a concretização de uma sociedade inclusiva e democrática. Interessa-nos perceber como ideologias, crenças e representações sociais sobre a educação étnico-racial constituem os discursos dos futuros professores da Educação Básica. (OLIVEIRA, 2017, p. 186)

Se existe demanda e se o professor pretende trabalhar com questões com recorte étnico-racial, este precisa ter acesso às discussões referentes às questões sobre racismo dentro da faculdade para, dessa forma, trabalhar com diversidade cultural a fim de potencializar os processos de ensino-aprendizagem quando lida com as diferenças. Portanto, a lei é um avanço já que reconhece a ausência desse conhecimento e a luta do movimento negro, pois a legislação é uma superação fruto do movimento negro, uma indignação através da ação política.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)

Essa incorporação de narrativas anti-racistas através de políticas educacionais altera a visão que os alunos possuem trazendo uma interseccionalidade para o campo educacional. Tensionar sobre qual história deve ser contada negando uma única história a partir do ponto de vista do ego do colonizador é uma forma de reeducar para a superação do racismo. Contar

as nossas histórias é ressuscitar e sepultar de outra forma a nossa representatividade negra para que não se reproduza um racismo como algo naturalizado.

Romper com o racismo na educação é uma forma de alterar os valores e as relações sociais, indagando a branquitude como universal. Logo, torna-se indispensável abordar sobre o uso de clichês e estereótipos negativos em relação a população negra reproduzidos em livros de literaturas, didáticos e canções. Esses aspectos são estruturados no imaginário dos brasileiros, a partir de uma formação econômica e simbólica baseada em um sistema escravista. Dessa maneira, “os conteúdos destinados ao estudo da história da África, quando estes aparecem, são colocados nos manuais de história na última unidade a ser vista no ano letivo: se der tempo, estuda; se não der, não faz diferença. ” (BARBOSA; TONELLI, 2011, p.52)

Portanto, a construção desses costumes e valores possuem uma continuidade em constante diálogo entre o passado e presente buscando a importância da temática a ser trabalhada a partir de avanços e retrocessos das pautas raciais no Brasil. A literatura não deixa de ser um retrato da realidade na qual expressa uma cultura.

Esses exemplos ajudam-nos a fazer uma reflexão crítica ao fato de que essa visão estereotipada em relação à população negra perdura nos dias de hoje. Alguns se apresentam de forma "quase natural" que sequer são percebidos. Provérbios do tipo "preto de alma branca" e "segunda-feira e dia de branco" são alguns exemplos de como essas imagens se fixaram e camuflaram mecanismos históricos de exclusão no contexto da sociedade brasileira. (BARBOSA; TONELLI, 2011, p. 44)

É proposto pensar em estética e também falar de representatividade dentro da educação, seja ela estudada sobre temáticas raciais onde a realidade do aluno é inserida ou por formas da imagem do negro colocada pelas escolas hoje em dia. O lápis cor de pele, as poucas representatividades nos livros didáticos e de literatura, são mais algumas barreiras ao empoderamento da pessoa negra. As reflexões da Renísia Garcia inspiraram e se tornaram referência para esse debate sobre o papel da educação na desconstrução do racismo:

As práticas educativas exercidas pelos negros não tiveram o mesmo tratamento daquelas desempenhadas pela elite branca brasileira, e quando o tiveram, mostraram-se impregnadas por uma visão eurocêntrica que coloca os negros ora como coisa, no sentido de mercadoria, ora como inferiores (calcada no racismo científico), ora como iguais (respaldada pelos ideais da Revolução Francesa.) (GARCIA, 2007, p. 18).

O debate sobre a importância da educação na desconstrução do racismo, no qual os escritos e ativismo de Sueli Carneiro despontam como referência, apontam a necessidade de um combate à tentativa de homogeneização étnico-racial e da busca pelas raízes na estética negra, apresentando a face de uma consciência perversa e excludente na autoestima das crianças negras e que oculta ou deslegitima a importância da população negra na construção do Brasil, e dos seus líderes negros. Revela, ademais, a complexidade da construção do indivíduo, de sua autoestima, a forma como ele é reconhecido socialmente nesse processo e as interfaces com um racismo encoberto.

A relevância da análise das consequências do sistema escravista que vai de encontro à ideia de democracia racial, além de apontar para a complexidade das relações étnico raciais, demonstra que a escola acaba por refletir essas relações e estereotipando os papéis de uma forma que poda o papel transformador que o colégio devia possuir.

“A problematização desses aspectos de inclusão nas obras digitais, livros didáticos, literaturas, torna público e divulga a indispensabilidade de uma sociedade de fato, plural, democrática, inclusiva e igualitária. A distância entre a promulgação de uma lei e sua efetivação enorme, não dependendo apenas de políticas públicas, pressões sociais ou manifestações isoladas, mas sim de um esforço conjunto que se faz necessário para reparar cinco séculos de opressão à população afro-brasileira. ” (CÂNDIDO, 2013, p.12)

Por fim, se existe demanda, é preciso que se trabalhe com diversidade cultural a fim de potencializar os processos de ensino-aprendizagem quando lida com as diferenças. Além de reconhecer a importância da África e da população afro-brasileira para o Brasil em um sentido cultural, econômico, social e político. A recente problematização, de forma positiva, em como se aprende sobre a população negra, acarreta também no entendimento da sociedade brasileira como sociedade igualitária, inclusiva, democrática, diversa e plural. “O Brasil afro-brasileiro (e sua ancestralidade histórica) passa a ser compreendido de uma forma positivada – o mesmo poderá ser dito sobre a história africana” (OLIVA, 2012, p.27).

A importância de políticas públicas educacionais para as mulheres negras envolve pautas de inclusão, permanência, locução da sua própria história, igualdade e posteriormente o acesso ao mercado de trabalho. A possibilidade de escolarização torna-se um aceleramento de mudança na vida das mulheres negras.

Sempre que o Estado investe em políticas públicas de promoção da igualdade de raça e de gênero há sensível melhora. Então nos últimos 20 anos em que uma série de políticas sociais foram desenvolvidas, políticas sociais, políticas de transferência de renda, políticas de valorização do salário mínimo, políticas de ação afirmativa, de promoção de gênero e raça isso tudo impactou positivamente todos os grupos subalternizados e particularmente as mulheres negras, sobretudo no tocante a educação. Portanto há uma série de estudos que mostram que quando a política pública incide sobre esses grupos tem impacto. O problema é a permanência no tempo dessas políticas. O que geralmente faz acontecer retrocessos ou estagnação são interrupção dessas políticas ou desarticulação dessas políticas que é a realidade desse momento, que já mostram sinais de alargamento dos padrões de desigualdade. (Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Locução de: Walter Porto. 16/09/2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.)

Entretanto, a renovação e criação de novas políticas públicas é necessária para evitar o engessamento de desigualdades históricas e seus impactos em uma construção de identidade, material e física, dado que existe uma discrepância de oportunidades entre a população negra e a branca, enquanto pessoas incluídas em uma sociedade capitalista, baseada no lucro.

Outro aspecto para ponderar é que se percebe que apesar de 47 dezessete anos da existência da lei 10.639/03, e oito anos da lei 12.711/12 os avanços em relação aos conteúdos e pesquisas não correspondem ao tempo da existência da legislação nem a sua real aplicabilidade.

3.4 Análise das matérias de Sueli Carneiro sobre raça e gênero no Jornal Correio Braziliense

A mídia possui grande influência em uma sociedade, ela consegue pautar a agenda pública, construir representações, visões, significados em uma dimensão cultural, política e econômica. O jornal é um importante meio de comunicação, transmissor de informação e formador de opinião. A forma como ele retrata a mulher negra é importante para elaboração e mediação de sentido que os indivíduos vão produzir subjetivamente. Portanto é nesse sentido que as ações da autora se guiam.

Observamos ainda os caminhos discursivos adotados por Sueli Carneiro para romper com as fronteiras e amarras de uma escrita jornalística que desumaniza a mulher. Discutimos ao longo do texto a adoção de estratégias produtivas que fortalecem a multiplicidade e a polifonia de vozes que outrora eram acomodadas em determinados espaços discursivos. Propomos a avaliar como são construídas as imagens sobre a mulher negra,

compreender as abordagens escolhidas, inferir o modo de escrita e quais os seus desdobramentos para se pensar a própria escrita e o lugar da Mulher Negra na sociedade e no Jornalismo. (OLIVEIRA, 2017, p.25)

A partir do momento que o corpo negro ocupa esse espaço da escrita como colunista em um Jornal existe uma disputa de narrativa na qual se constroem propostas para transformações estruturais. Logo, Carneiro reivindica a defesa das lutas feministas, anti-racistas e uma criticidade sobre o homogêneo, representação política, ações estatais e autonomia. Criadora do Geledés- Instituto da Mulher Negra, sabe a importância do ativismo negro nos meios de comunicação: “Sueli Carneiro possibilitou a existência de sujeitos no Jornalismo como agentes de suas subjetividades.” (OLIVEIRA, 2017, p. 28).

Quando a gente começou o tema racial já estava presente na blogosfera como está hoje, então a gente também viu o tema crescer nos sites dos blogs progressistas, a gente viu pessoas negras indo sendo incorporadas ao longo desses 9 anos, a gente foi vendo mudar completamente o jeito da blogosfera. Todo esse campo considerado progressista da blogosfera foi incorporando a questão racial, foi trazendo articulistas negros para dentro, isso tudo foi mudando e acho que teve uma influência decisiva do impacto que o portal adquiriu com a sua extensa tematização ampla das questões raciais e de gênero e que mostrou, primeiro, a amplitude do problema e a necessidade de intervenção nos diferentes campos que essas questões se manifestam e também foram surgindo as diferentes vozes com competência e expertise para se manifestar nesse vasto campo que envolve as questões raciais e de gênero. (Trabalho de conclusão semestral sobre mídias indenitárias- Fala de Sueli Carneiro. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=82mUz30cMfc>. Acessado em: 20.08.2020)

Portanto, ainda que a análise seja de um jornal que parte de um local hegemônico a participação de Sueli Carneiro neste espaço traz esse debate, através de um lugar de fala que problematiza o racismo institucional dentro das próprias mídias reescrevendo como a história e o debate racial é contado e instigando para que outras mídias hegemônicas realizem esse debate, não porque propriamente se preocupem com a pauta, mas porque a sociedade passa por uma transformação e é necessário que as mídias sociais também se adaptem, como pontua Pedro Borges²⁷.

²⁷ É co-fundador e editor chefe do Alma Preta. Jornalista formado pela UNESP, Pedro Borges compõe a Rede de Jornalistas das Periferias, é colunista da Mídia Ninja e do Do Lado de Cá. Pedro também a Coalizão Negra por Direitos. Disponível em: <https://almapreta.com/institucional/equipe>. Acessado em: 20.08.2020

Isso não quer dizer que Sueli Carneiro despreze a importância das mídias alternativas. Ainda que produza no Correio Braziliense ela também está preocupada com mídias alternativas:

Essas mídias também trazem uma discussão muito importante que é a do racismo institucional de como essas instituições também são permeadas pelo racismo, e a maior importância delas é que a sociedade e outros canais de comunicação também se sintam constrangidos e obrigados a pautar o racismo enquanto estrutura da sociedade brasileira, o racismo enquanto elemento fundamental para se entender todas as desigualdades do país, a construção do Estado brasileiro e para você entender o Brasil hoje, pra você entender um país que 3% da população tem mais 90% das riquezas do país, essa é uma estrutura o que? É a estrutura de uma sociedade escravocrata em que 3% tem domínio da riqueza de quase todo o país, você vai estratificando a sociedade e você tem nas bases homens negros e no último espaço mulheres negras. Eu acho que esse é o cerne e a grande importância dessas mídias. O mundo negro, o Geledés, são outros marcos dessa mídia negra nessa era digital, que eu acho que foram os primeiros os dois, depois você tem o Portal África, você tem uma outra geração, Blogueiras Negras, Alma Preta, nós mulheres da Periferia. Eu acho que esses marcos são bastante importantes e ricos da gente ter eles na construção da nossa história mesmo, a gente também pensar quais foram as rupturas e quais foram as manutenções porque a gente sempre vê que não está inventando a roda, está fazendo coisas muito similares. (Trabalho de conclusão semestral sobre mídias indenitárias- Fala de Sueli Carneiro. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=82mUz30cMfc>. Acessado em: 20.08.2020)

Isto posto, além de fundadora do Geledés como uma mídia de comunicação negra, Sueli Carneiro também se propõe a ser uma voz no jornal do Correio Braziliense. A colunista com todos os setores da sociedade. O debate sobre as desigualdades sociais de uma forma anti racista, anti machista e contra hegemônica, aproxima a sociedade da realidade através da produção de conhecimento nas colunas escritas. Ainda que a autora se proponha a atingir negros e brancos com as suas palavras, é possível pensar o jornal como uma ferramenta de empoderamento e acesso para a negritude.

Com isso, concluímos que as novas instituições da mídia são utilizadas não apenas para afirmar a identidade e a existência da população negra; elas servem, sobretudo, para firmar a solidariedade étnica, pois é por seu intermédio que se fica sabendo sobre os acontecimentos e feitos das comunidades negras. (SANTOS, p. 2010/2011, p.109)

Ao reivindicar seus direitos e colocar seus posicionamentos, a autora queria ser vista não a partir do seu currículo acadêmico, mas como uma produtora de conhecimento voltada para o movimento negro. “Carneiro (informação verbal) nos explica que os créditos foram

dados de acordo com a vontade da própria autora. “Eles que me pediram como é que eu queria ser qualificada. Eu botei o que eu era. O que me interessava dizer é que eu pertencço ao Instituto da Mulher Negra, minha formação é essa” (CARNEIRO, informação verbal). (OLIVEIRA, 2017, p.27)

Se há uma crise hoje é dos hegemônicos que precisam roubar nossas agendas para estar no âmbito deles, ou estão começando a ver as suas formas tradicionais de expressão não tendo sustentabilidade, o jornal em banca cada dia vende menos. Então, vamos parar de acender os hegemônicos, eles são hegemônicos até que a gente tenha força para que eles deixem de ser, e devemos trabalhar para isso. (Trabalho de conclusão semestral sobre mídias indenitárias- Fala de Sueli Carneiro. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=82mUz30cMFC>. Acessado em: 20.08.2020)

Neste capítulo será feita uma análise de algumas das matérias publicadas no Jornal Correio Braziliense por Sueli Carneiro que possuem alguma referência a raça e gênero. Segundo o seu currículo Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a autora publicou 157 artigos na Coluna Opinião, semanalmente, do Jornal Correio Braziliense entre os anos de 2000 a 2008. Todas as matérias selecionadas abordam a temática étnico-racial com um posicionamento antirracista e feminista sempre se referindo a fatos concretos recentes, que estão na ordem do dia e que revelam a prevalência do machismo e do racismo na sociedade brasileira, nos convidando a refletir criticamente sobre os mesmos. A leitura das colunas é muito prazerosa e estimulante, além de proporcionar elementos fundamentais para ensejar uma pedagogia crítica anti-racista e feminista.

3.4.1. “Aqueles Negas” - a inferiorização do corpo negro

Após o time de vôlei feminino da seleção brasileira ganhar da Alemanha em 2000, a jogadora Virna, ao apontar para a próxima rival, as Cubanas, disse a seguinte frase “Agora vamos pegar as cubanas, aquelas negras, e vamos ganhar delas”. A partir dessa infeliz afirmação, a autora escreve uma matéria sobre como a inferiorização do corpo negro está engendrada no imaginário brasileiro. Sueli Carneiro contribui para a desnaturalização dessas práticas racistas que são resultantes de um viés colonial e se perpetuam através de gerações

Mas não há nesse assunto nada novo no front. É só mais um “ato falho” a que assistimos ou sofremos a todo momento nessa sociedade. Em todos os

conflitos ou disputas entre brancos e negros, os adjetivos “nega”, “criolo”, “safada”, “macaco”, etc., são usados para expressar o desprezo pela negritude e assim valorizar o oponente branco. A brancura funcionando como elemento que sempre desempataria em favor do branco. Você é juíza, mas, é negra. Você é (...) mas é negro! (CARNEIRO, “Aqueles Nega”, *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 06/ 10/2000, p. 5)

Ou seja, o corpo do negro vai ser atravessado pela violência que ele sofre cotidianamente. Negar o seu próprio corpo à medida que se distancia de um padrão estético branco é prejudicial à saúde mental dos negros. A autoimagem fica distorcida e autoestima aniquilada. “Fragil utopia que reduz o negro a modelar-se segundo o figurino branco, é aquela que, ao lhe acenar com o ideal inalcançável, engendra no negro uma ferida narcísica por não cumprir este ideal” (SOUZA, 1983, p.77). Um dos exemplos vividos por Sueli atravessado pelo preconceito racial de marca é relatado na entrevista da Trip FM.

Entrevistador: Já vi você falando em entrevistas que vocês fizeram experiência ou testes de uma pessoa negra, uma mulher negra em uma entrevista de emprego, ela ser dispensada dizendo que já estava ocupada a vaga depois vai uma mulher branca da mesma idade mais ou menos e ela é então contratada, é nesse nível a história?

Sueli Carneiro: Isso é recorrente, principalmente na minha geração isso era recorrente eu mesma passei por um processo semelhante eu me submeti a um teste dessa ordem para um cargo de secretária, durante a fase de testes a minha redação foi aprovada em primeiro lugar, mas quando eu fui pra entrevista minha cor me impediu e a segunda colocada foi aceita no meu lugar e que por coincidência era minha amiga, nós fomos nos candidatar juntas e a pessoa que havia nos avisado da vaga era um amigo em comum. (Particularidades do racismo no Brasil. Entrevistador: Paulo Lima. 22/09/2018. Podcast: Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-e-uma-das-homenageadas-ao-premio-trip-transformadores-2018/>. Acesso em: 18.08/2020)

Quanto maior a proximidade do negro com as características culturais e fenotípicas da branquitude menor o nível de violência que esse negro vai sofrer, maior a sua possibilidade de inclusão e menor a possibilidade de exclusão de certos espaços e oportunidades a partir do seu fenótipo. Sueli Carneiro é uma mulher negra de pele retinta, cabelo crespo, lábios grossos, nariz largo, suas escritas são atravessadas pelas suas vivências de um projeto de exclusão sistemático da negritude, e condecoração do embranquecimento. Esse projeto político de embranquecimento, resultado da colonização, quando não violentou as mulheres na senzala, violenta elas na negação das suas raízes e fenótipos.

A ideologia do branqueamento é um acontecimento que exigiu do negro uma negação e suas raízes africanas, para que tornasse adaptado aos comportamentos e atitudes considerados “de branco” e, ao mesmo tempo “reconhecesse seu lugar”. Para tanto houve um grande incentivo de casamentos inter-raciais, mesmo por que desde a época da escravidão acontecia uma “miscigenação” forçada por violações sexuais de senhores com suas escravas e de casamentos entre índios e negros. Devemos considerar, também, que essa ideologia, a do branqueamento, foi instituída como forma radical de concretização de uma sociedade pura, ariana, constituída somente por brancos. Isto se deveu ao fato de o negro ser considerado inferior, o que foi apregoado por intelectuais da medicina (Ramos, 1988; Rodrigues, 1904/2004; Santos, 2002), da biologia, da área criminalista, da antropologia e pela elite da sociedade, alicerçada em bases darwinistas e lamarckianas que vigoram à época e consideravam o negro como um ser inferior e, portanto, acreditavam que, na medida em que as novas gerações chegassem, a sociedade iria se tornar cada vez mais branca, até que não houvesse nenhuma pessoa negra ou sequer, “misturada”, mostrando uma sociedade no molde europeu. (ANDRÉ, 2008, p.128)

Dado o padrão de classificação racial no Brasil – assim como em outros países da América Latina - desconstruir cotidianamente referências racistas é compreender que a ideologia do branqueamento acarreta na continuidade das violências que faz o negro querer se distanciar das suas próprias características físicas desenvolvendo uma baixa autoestima e falta de positividade na identidade negra. Portanto, quando Sueli Carneiro faz um apelo para aprofundarmos no macro por trás da frase da jogadora de vôlei, evidencia um sistema de dominação no qual as mulheres negras são sistematicamente colocadas pra baixo. É possível dialogar com Bell Hooks no seu texto “Vivendo de amor” na qual ela trabalha sobre a dificuldade do auto amor das mulheres negras à medida que seus fenótipos são inferiorizados. Assim como Hooks, Sueli clama pela urgência de ressignificar isso.

Essa negatização do corpo afeta a mulher negra e todas as suas relações afetivas. Seja no auto amor, em amar outros corpos negros ou em qualquer outra relação social. Portanto, esse machucado sentimental é marcado pela desvalorização e desprezo da imagem imposta às mulheres negras. Problematizar e ressignificar essa identificação do corpo negro feminino como algo negativo é objeto de reflexão constante nos escritos de Sueli Carneiro.

3.4.2. - Por um tempo mais feminino

Nessa matéria “Por um tempo mais feminino” a autora fala de raça e gênero na continuidade do movimento feminista através das gerações corroborando para a perpetuação da luta para equidade de raça e gênero. As violências desde o período colonial reverberam em todas as relações afetivas e psicológicas das mulheres negras. O racismo produz e reproduz

desigualdades sociais até os dias de hoje e a violência simbólica e física decorrentes da ordem racial garante privilégios a determinados grupos raciais hegemônicos. O movimento feminista negro no Brasil precisa passar por uma renovação para que a luta não morra.

Pensávamos que a esta altura do campeonato estaríamos todas articuladas, como numa corrida de bastão, em que as mais velhas seguiram na frente, já no limite de suas forças, porém confiantes, pois um batalhão de jovens aguerridas nos acompanhava de perto, prontas para, no momento certo da corrida, pegarem o bastão e seguirem em frente, com a velocidade, a garra e a vitalidade que só a juventude tem. No entanto, na maioria das vezes olhamos para trás ou para o lado e quem encontramos é aquela mesma companheira de ao menos duas décadas atrás, com o semblante cansado das lutas travadas e do longo caminho percorrido. (CARNEIRO, “Por um tempo mais feminino”, *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 14/ 07/2000, p. 5)

As mulheres negras foram escravizadas, discriminadas e inferiorizadas por séculos. Porém cabe aqui primeiramente explorar quais são os impactos dessas ações desumanizadoras na vida das mulheres negras. “O problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”. (FANON, 2008, p.84). Esse processo violento acontecia ainda nos navios negreiros.

Somente em relação à mulher negra escravizada o branco escravizador exercia livremente o poder absoluto, porque conseguia ser violento e explorá-la, sem medo de uma retaliação ameaçadora. Mulheres negras escravizadas, ao andarem livres nos deques, eram alvos disponíveis para qualquer homem branco que quisesse abusar fisicamente e torturá-las. (HOOKS, 2019, p.41)

Ao trazer a experiência de mulheres negras dos EUA, que muito se assemelham às experiências vividas no Brasil, propõe-se ressignificar o papel de gênero e raça, conjuntamente analisar o efeito qualitativo que essa opressão tem na vida das mulheres negras. Desta maneira, uma das preocupações da Sueli Carneiro é mostrar como essas lógicas não se alteraram ao longo da história no imaginário social e como a raça constitui um marco na violência contra as mulheres e, portanto, uma questão de desigualdade a ser superada por todas as gerações, inclusive a juventude de mulheres negras.

O ativismo político das mulheres negras jovens neste século XXI continua reproduzindo lutas e resistências contra a visão reducionista acerca de sua condição de mulher, negra e jovem. Tais posturas combativas são singulares, para afirmar a cidadania deste segmento, bem como para fortalecê-lo enquanto sujeito social e político, através dos movimentos de que participam como o de Juventudes Negras, criando outros quando necessário em torno da orientação focal de suas pautas políticas. (PEREIRA, 2013, p.26)

O movimento feminista precisa ser intergeracional através de um diálogo no qual ocorra uma via de mão dupla de informações se adaptando às novas demandas do ativismo negro enquanto reconhece e respeita a importância das gerações passadas. Esse suporte precisa ser simultâneo entre as gerações, os aprendizados e saberes educam ao longo da história através de conhecimento e práticas contínuas para que essa militância do presente sejam raízes para o ativismo do futuro.

A nova geração de mulheres negras que estão aí, sobretudo nas mídias sociais, pautando o tema do racismo, da discriminação de gênero das desigualdades salariais e de outras naturezas que as mulheres negras sofrem. Em todas as dimensões da vida social as mulheres negras têm um prejuízo em função do racismo e do sexismo, então talvez o maior emblema dessa nova e vibrante geração de meninas negras que são herdeiras de militância nossa seja talvez a Djamila Ribeiro, que é um expoente dessa nova geração e que traz com muito vigor, carrega com muito vigor e muita coragem esse bastão que a minha geração está transferindo a ela e as outras. E olha a lamentar, as políticas públicas que deveriam proteger e assegurar direitos igualitários para todas as mulheres no Brasil não funcionam. A muita resistência sobretudo no mercado de trabalho de reconhecer a qualidade da mão de obra negra a despeito da sua cor, geralmente a cor chega antes das pessoas e ela já é um quesito negativo na avaliação de uma pessoa negra especialmente as mulheres. (Particularidades do racismo no Brasil. Entrevistador: Paulo Lima. 22/09/2018. Podcast: Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-e-uma-das-homenageadas-ao-premio-trip-transformadores-2018/>. Acesso em: 18.08/2020)

Esse bastão que é passado para outras mulheres negras jovens é marcado por luta, pertencimento, afetividade, cuidado, sensibilidade, significado e Dororidade. “O Lugar de fala é um lugar de pertencimento. Falo desse lugar como Mulher preta. Ativista. Feminista. Mas também falo do lugar das minhas ancestrais”. (PIEDADE, 2017, p.17). Dessa forma, a próxima geração de mulheres negras dá continuidade a essa produção de outras mulheres negras além de lembrar, referenciar, e citar, retirando as mulheres negras do espaço de ausência.

Aqui não cabe inventar a roda, esse trabalho só é possível porque lá atrás mulheres negras transgressoras ousaram produzir, escrever, existir e resistir, ferramentas e corpos de mudança. Em entrevista Sueli indica algumas dessas mulheres que são fundamentais para a produção de conhecimento do pensamento feminista negro.

Entrevistador: E aproveitando, quais outras pensadoras você recomendaria leitura para a gente entender um pouco mais desses assuntos todos?

Sueli Carneiro: Ah, nossa... Tem muitas, Beatriz Nascimento uma historiadora que tem a maior importância para nós, que tem livros organizados por um outro grande pensador e ativista Alex Ratts, Neuza Souza Santos que tem um livro clássico chamado “Torna-se Negro”, hm... Maria Carolina de Jesus, a literatura tem muita coisa para nos oferecer, Conceição Evaristo que está aí ainda oferecendo pra gente toda sua sensibilidade, toda sua capacidade de expandir as nossas possibilidades de representação rompendo com as imagens, nos tirando das imagens de controle. Tem de fora Angela Davis, Bell Hooks, Patricia Collins que esteve aqui e é outra mulher que reconhece a contribuição do feminismo brasileiro negro para o pensamento feminista global. Então tem muitas, eu vou esquecer toda produção, toda coleção de feminismos negros que a Djamila lançou e tem várias autoras extraordinárias como Joice Berth, Luana Borges, Rosane Borges, que é uma das intelectuais mais notáveis que temos, que também precisa ser lida, uma grande intelectual, Cidinha da Silva que é uma escritora, mas sempre contribuiu também no plano do ativismo, o Brasil esconde, o Brasil ignora, o Brasil não quer. Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Locução de: Walter Porto. 16/09/2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.)

Reconhecer essa geração de ativistas negras é perceber essa persistência e prosseguimento dessa militância, houve aqui a preocupação não só de falar que existiram mulheres, e sim de nomear quem foram essas mulheres, com nome e sobrenome. “Assinando embaixo da famosa frase de Lélia de Almeida Gonzalez, “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles” (SILVA; ALMEIDA, 2020, p.278). As gerações anteriores e principalmente a futura fica a tarefa para que as mulheres negras se sintam confortáveis dentro do movimento e reconheçam aquele como seu espaço e lutem por causas mais justas de equidade entre a humanidade.

3.4.3 - Matriarcado da Miséria - Raça, trabalho e gênero

Nessa coluna Sueli Carneiro vai relacionar as categorias de classe, gênero e raça, retratando quais empregos as mulheres negras vão ocupar majoritariamente no Brasil. Ser mulher e negra é um fator determinante para essa diferença social no mercado de trabalho. Ou

seja, a forma como estão ideologicamente estruturados e institucionalizados o racismo e o machismo no Brasil afetam historicamente a ocupação social dos indivíduos

As mulheres negras Brasileiras compõem em grande parte o contingente de trabalhadores em postos de trabalhos considerados pelos especialistas como mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, “Matriarcado da Miséria”, *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 15/09/2000)

Essa divisão do trabalho ocorre porque a identidade racial acaba por ser forjada em um sistema de classificação social hierárquico de classe e gênero. O sistema de divisão racial do trabalho se intensifica na formação econômica dos países, tais como no caso do Brasil no qual “As classes eram constituídas por dominadores ou por dominados: os senhores, num extremo, os escravos, no outro (...) (FREYRE, 2004, p. 474). Questionar quais trabalhos as mulheres negras vão ocupar posteriormente é reconhecer a existência de um jogo de mercado que possui consequências e atuam em um âmbito político, a partir de uma perspectiva histórica. Pontua Sueli Carneiro em entrevista na *Ilustríssima*:

Os padrões de desigualdade não se alteram e o lugar da mulher negra permanece sendo na base da hierarquia da sociedade. Infelizmente só confirma o que esse estudo a qual você se refere essa situação de imobilismo que a conjugação de racismo e sexismo produzem sobre a mulher negra: uma situação de asfixia social, de imobilismo, de paralisia dentro da base da sociedade. Embora os padrões de desigualdade tenham se alterado ao longo desses 30 anos, não foi capaz de alterar a realidade das mulheres. Sobretudo no mercado de trabalho mudou significativamente. Mesmo as mulheres negras que estiveram por um longo período confinadas no emprego doméstico, apresentaram alguma transição, mas ainda dentro do terciário. Ainda dentro do trabalho manual, as ocupações de maior prestígio e maior rendimento do mercado de trabalho continuam sendo apropriadas segundo a racialidade. Sendo homens brancos, mulheres brancas, homens negros e em último lugar as mulheres negras. Esse tem sido o nosso desafio de mulheres negras. Isso que faz, isso que motiva o protagonismo político que nós desenvolvemos como fazer com que as conquistas que são coletivamente tratadas por negros e mulheres alcancem igualmente mulheres negras, mulheres brancas, homens negros porque a tradição diz que essa apropriação das conquistas, dos produtos das conquistas coletivas é mediado pela cor das pessoas e pelo gênero naturalmente. (Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Locução de: Walter Porto. 16/09/2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.)

O trabalho doméstico reflete essas desigualdades sendo A PEC das Domésticas, Proposta de Emenda Constitucional nº 66, de 2012, uma conquista política das trabalhadoras que se organizaram em sindicatos e associações resistindo à colonialidade.

Na formação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas como movimento decolonial, observa-se um frutífero diálogo e articulação com movimentos sindicais, feministas e negros, que denominamos de interseccionalidade emancipadora. Em outras palavras, nem sempre raça, classe e gênero estarão associados à opressão e à desigualdade, em algumas situações raça, classe e gênero podem ser mobilizadas para o estabelecimento de solidariedade política em torno de projetos decoloniais. Muitas vezes, e dependendo do contexto histórico, as categorias sociais de diferenciação que fundamentam a noção de interseccionalidade podem resultar em formas democráticas de agência política (BERNARDINO, 2014, p, 154/155)

Ou seja, o mercado reproduz as desigualdades de gênero e raça da sociedade. Garantir empregos decentes e de qualidade é fundamental no combate a essas assimetrias. Não compreender a ligação de uma hierarquia racial com as ocupações de emprego é deixar de analisar as distâncias sociais e as relações de subordinação do trabalho, a complexidade das relações étnico raciais e que indivíduos possuem características e papéis dentro da sociedade capitalista. A busca pela equidade é fundamental para diminuir as diferenças hoje existentes.

No Brasil as discriminações associadas de gênero e raça à análise do mercado de trabalho implica assumir que a posição da mulher e dos negros é desigual em relação aos homens e aos brancos e que questões como emprego e desemprego, trabalho precário e remuneração, entre outras, manifestam-se e são vividas de forma desigual entre esses trabalhadores e trabalhadoras.

Incorporar a dimensão de gênero e raça à análise do mercado de trabalho implica assumir que a posição da mulher e dos negros é desigual em relação aos homens e aos brancos e que questões como emprego e desemprego, trabalho precário e remuneração, entre outras, manifestam-se e são vividas de forma desigual entre esses trabalhadores e trabalhadoras. (MARQUES; SANCHES, In: OIT, p.54, 2010)

Ao desestruturar essas matrizes da diferença se reduz a incidência das mulheres negras ocupando empregos menos remunerados, com menores salários ou um alto índice de desemprego, aumentando a possibilidade de acesso em relação ao capital, ocupação social e trabalho. “Esse é um dos passos necessários para a construção de uma sociedade justa e igualitária, que vise à equidade de gênero e raça. ” (DIEES In: OIT, 2010, p.161). Sueli Carneiro, através da coluna, analisa reflexivamente sobre a relação de raça e mercado de trabalho bem como sobre as estruturas raciais que sustentam essas desigualdades de ocupação.

3.4.4. - Aborto - A saúde da mulher negra

A saúde da população negra é uma pauta muito importante das ativistas do movimento negro. O aborto, ainda que não seja constitucional, é constantemente realizado por mulheres em diversas camadas sociais. Porém, um aborto seguro é uma questão de classe, sendo as mulheres negras as que mais morrem realizando-o de forma clandestina.

Por sua magnitude e consequência sobre a saúde da população feminina - trata-se de uma principal causa de morte de mulheres - o aborto é um problema de saúde pública dos mais graves no Brasil, como tal, exige políticas públicas que assegurem o direito das mulheres à vida, à assistência médica adequada para a interrupção de uma gravidez indesejada. Políticas públicas que rompam com a hipocrisia reinante sobre esse tema, na medida em que o direito a um aborto seguro é exercido plenamente por todas as mulheres que podem por ele pagar, em geral mulheres das classes médias e altas da sociedade. (CARNEIRO, “Aborto”, *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 29/09/2000)

Fundamentos religiosos e forte intervenção da Igreja Católica foram centrais para a proibição do aborto no século XIX sendo um assunto sobre o qual até hoje a sociedade não alcançou consenso, ainda considerado crime pelo código penal brasileiro. “Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena - detenção, de um a três anos. ” (BRASIL, Decreto-Lei 2.848, 1940). Por ser visto como um crime, ele afeta a vida de milhares de mulheres no Brasil. Porém, classe, raça, patriarcalismo e conservadorismo são fatores que agem em um aborto criminalizado de forma sistemática e extermina a vida das mulheres negras, as maiores penalizadas.

A invisibilidade dessa pauta e a alta taxa de mortalidade das mulheres negras são importantes pautas para uma discussão sociológica. De acordo com dados notificados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do total de 1.583 mortes maternas em 2012, 60% eram de mulheres negras e 34% eram brancas (MS/SVS/CGIAE, 2017, p.15). O aborto seguro, mediante acesso a uma clínica de aborto, com esterilização não é acessível financeiramente a maioria das mulheres negras.

As mulheres utilizam métodos diferentes para abortar e o fazem às vezes sozinhas. A descoberta da gravidez é diferenciada entre elas e os maus tratos a que estão submetidas nos hospitais também. Enfim, são trajetórias e itinerários diferentes até porque a vida humana não é exata e existem

diversos elementos que determinam nossas condições materiais de existência, nossa subjetividade e nossas escolhas. O que se pretende evidenciar aqui, é que a questão de raça/etnia e a situação de classe fazem as mulheres em situação de abortamento seguirem caminhos distintos, com mais ou menos dor, mais ou menos mortes e violências institucionais e obstétricas. (CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia, 2018, p.453)

A demanda existe e a saúde das mulheres negras é uma responsabilidade do Estado. Criminalizar o aborto não evita com que ele aconteça. Em sua coluna “Aborto”, Sueli Carneiro pontua tanto a importância da subjetividade e o poder de escolha da mulher sobre o seu corpo quanto a decisão de seguir ou não uma gravidez. Isto posto, a autora completa que a realização de abortos em lugares não apropriados gera uma alta mortalidade das mulheres negras. É uma responsabilidade de saúde pública, que não fica apenas no âmbito do aborto mas perpassa outras doenças e a violência cometida por profissionais na área da saúde, como achar que a mulher negra suporta mais dor do que a mulher branca.

Ou seja, são dessas desigualdades que nós estamos falando. Existe uma série de doenças que têm prevalência na população negra que não são objeto de atenção, hipertensão arterial, diabetes e mais racismo adoece, racismo adoece. Então, isso tudo são temas que obrigatoriamente deveriam ser objetos de políticas pública no âmbito da saúde para proteger essa população e na realidade via de regra a resposta é o descaso né? Nós dizemos, vidas negras importam e o Estado diz: Não, não importam. Porque são populações que estão a mercê do abandono, existem pesquisas que mostram que existe um tratamento diferenciado entre gestante branca e gestante negra, as imagens de controle que nós citamos, no campo da saúde, tem alguns estereótipos em vigor que dizem que as mulheres negras suportam melhor a dor, portanto elas podem tomar menos anestesia, ou seja, tem um conjunto. Existe literatura sobre isso, se as pessoas tiverem interesse dá um google que acha, existe muita literatura mostrando desigualdade do acesso à saúde e no tratamento no interior do sistema de saúde, que é obviamente peremptoriamente negado pelos profissionais de saúde, mas os números dizem o contrário sem levar em conta o genocídio que campeã nessa sociedade com absoluta indiferença. (Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Locução de: Walter Porto. 16/09/2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.

A saúde da mulher negra é uma pauta sempre presente no ativismo e produção de conhecimento de Sueli Carneiro, ela cita em entrevistas, na sua tese, e nessa matéria da coluna opinião. Isso não é uma coincidência, é uma questão cara para as mulheres negras seja no acesso de atendimento à saúde, pior qualidade de atendimento, pelas doenças adquiridas e taxa de mortalidade. As contribuições de Carneiro refletem como a saúde configura mais uma forma de discriminação e violência em uma sociedade racista. E também exemplifica com

dados empíricos o biopoder exercido de forma radical e particularmente brutal sobre o corpo de mulheres negras.

3.4.5. - Diversidade e Globalização Igualitária - Raça, Gênero e América- Latina

Como entendido anteriormente, as relações hierárquicas de poder coexistem com um pensamento colonial e Sueli Carneiro acaba por usar uma narrativa de resistência, dando visibilidade e enunciação ao corpo negro no âmbito do saber. Neste subcapítulo a autora vai falar especificamente sobre América Latina que faz parte do objeto da matéria, na qual a autora debate a herança colonial e a questão de raça.

Na América Latina e no Caribe, os afrodescendentes compõem hoje um contingente em torno de 150 milhões de pessoas submetidas a condições subumanas de vida, resultado da herança colonial e da persistência de diversos mecanismos de discriminação racial que, no contexto de globalização atual, conduz a extrema exclusão social (CARNEIRO, “Diversidade e Globalização Igualitária”, *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 11/02/2002, p. 5)

Pensar raça enquanto dispositivo de poder, como proposto por Sueli Carneiro, enriquece o debate quando pensamos América Latina. A construção das relações dos indivíduos para além de desigualdades puramente econômicas evidenciam a raça como legitimador de violência, exclusão e desigualdade. Essa invisibilidade e discriminação fazem parte dos dispositivos de poder, trabalhado de forma mais detalhada no capítulo anterior. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p.118)

Não cabe aqui negar que classe e raça estão associadas à formação das sociedades capitalistas na América Latina, o berço é fundado na desigualdade. É pensar que, para além da classe, a raça ainda é uma categoria que por si só consegue ser determinante para práticas de violência e conflito.

...conflito entre a subjetividade fragmentada - construída no entroncamento de uma herança cultural esfacelada pela violência colonial, com a imposição dos valores ocidentais, via aculturação - e a impossibilidade determinada

tanto pelo ideário racista, quanto pelas condições históricas, de realizar plenamente qualquer das duas determinações (CARNEIRO, 2005, p.277)

A resistência a essa subjetividade imposta entende que a etnicidade e classe tem um peso histórico na América Latina, estão imbricadas as questões de classe e raça de uma forma globalista, para além de uma análise local. Sueli indica na sua coluna, que não é possível pensar em uma América Latina que não produz um conhecimento situado e racializado. Essa violência, que também é de gênero, quando não sexualiza as mulheres negras, nega a ela a possibilidade da construção da identidade política:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. (CARNEIRO, 2003, p.49)

Portanto, ter a presença da população negra em todos os postos e níveis hierárquicos e em locais de tomadas de decisão, por direito de acesso e permanência é essencial à transformação da ordem racial e sexista imposta desde a colonização. A afirmação da mulher negra não mais como escrava contraria o silenciamento imposto pela violência colonial. Ao ganhar essa posição de destaque, existe uma voz que demarca um território. Um dos marcos históricos dessa luta é a criação do dia da mulher negra e latino caribenha²⁸.

3.4.6 - Bené - A presença da mulher negra na política

²⁸ Em 1992, elas (as mulheres negras) organizaram o primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, em Santo Domingos, na República Dominicana, em que discutiram sobre machismo, racismo e formas de combatê-los. Daí surgiu uma rede de mulheres que permanece unida até hoje. Do encontro, nasceu também o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha, lembrado todo 25 de julho, data que foi reconhecida pela ONU ainda em 1992. (As Origens da Mulher Negra e Latino Caribenha, Géledes, Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-origens-do-dia-da-mulher-negra-latina-e-caribenha>>

A intensificação do debate sobre a intersecção entre raça, gênero, classe e poder reverbera no campo político. É possível fazer um gancho com o item anterior que trata da presença e visibilidade a mulher negra no campo de conhecimento, ou seja, a política faz parte do campo de conhecimento. Benedita Souza da Silva Santos, eleita como a primeira mulher negra ex-favelada a assumir um cargo no Senado. Em 1982, foi eleita vereadora nas eleições municipais pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Tornou-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos da história do Brasil: vereadora, deputada federal constituinte, reeleita para um segundo mandato em 1990, senadora, em 1994, e vice-governadora no pleito de 1998.

Somente quem pertence a grupos historicamente discriminados sabe dos inúmeros negros, as incontáveis mulheres e homossexuais que deixam de ser lembrados para ocupar posições nas estruturas de poder por essa lógica de exclusão que o racismo e a discriminação determinam. Combinar os critérios de qualificação técnica com recorte de gênero e de raça é a única maneira de romper com a lógica excludente que historicamente norteia as estruturas de poder do país e, sobretudo, é requisito para o aprofundamento e radicalização de uma perspectiva democrática no Brasil. Um risco e um desafio que, até o momento, apenas essa mulher, negra e ex-favelada, se dispõe a enfrentar. Coragem típica de quem teve que reescrever com dor e lágrimas seu próprio destino. (CARNEIRO, “Bené”, *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 19/04/2002, p. 5)

Ao falar sobre o artigo “Um ensaio sobre a ausência”, Sueli Carneiro debate sobre a ausência das mulheres negras no espaço de poder e quais as dificuldades que as mesmas encontram para ocupar esses espaços. O cenário e panorama para a reprodução dessas desigualdades é o contexto educacional, racismo estrutural, e a pouca prática partidária tanto na ideologia do partido como na inclusão de candidatos e eleitos negros e negras. Esses cargos de poder na política reproduzem dois tipos de discriminação: a de raça e de gênero.

Você vê, de fato quando me pediram esse artigo eu só poderia trabalhar com a ideia da ausência porque você olha para a cena pública e você não encontra rostos negros e especialmente de mulheres negras. No parlamento, no poder judiciário, no legislativo é uma coisa que mudam está mudando muito lentamente. Acabamos de eleger pelo menos 3 parlamentares, elegemos em alguns estados aqui em SP duas representações importantes para a Assembléia. No Rio de Janeiro por força do impacto inclusive da violência que acometeu o Marielle Franco,²⁹ há toda uma ebulição que o protagonismo

²⁹ Marielle Franco foi mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde

das mulheres negras vem a repor essa perda e seja uma resposta a essa violência. Então há todo um engajamento que vem ampliar essa representatividade, mas é um esforço hercúleo porque existe interdições poderosas para as mulheres em geral para acessar a vida política e para as mulheres negras em particular. Basta dizer todas as denúncias que existem sobre as formas como os partidos tratam as candidaturas femininas, como as mulheres têm sido usadas como laranjas dos homens, que são donos dos partidos, donos das verbas partidárias responsáveis por socializar ou não essas verbas partidárias. Ou seja, as mulheres em geral no Brasil têm muita dificuldade, o Brasil é um dos países em que a representação feminina é das menores em toda América Latina. Evidentemente, com as mulheres negras apresentam números ainda mais deprimidos então, mas é uma realidade que apesar de tudo vem se alterando e acho que vamos ter mais novidades, tivemos nas últimas eleições uma presença nova de mulheres negras inclusive elegemos uma mulher trans em SP. Essas são conquistas extraordinárias em um coletivo com tantas dificuldades sobretudo econômicas para sustentar processos eleitorais. Eu acho que é uma coisa que chegou para ficar e que deve nas próximas eleições. Nós vamos manter porque entrou na agenda e também, tá na agenda e tbm tá começando a fazer parte da agenda dos partidos políticos, ainda que seja para instrumentalizar esse voto, está presente de alguma maneira é um alerta de alguma maneira para os partidos do potencial eleitoral. Sobretudo do que as candidaturas femininas negras podem ter. (Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Locução de: Walter Porto. 16/09/2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.)

Existem desvantagens sociais no judiciário, no legislativo e executivo, esse esvaziamento estrutural não só impede aos negros de almejar estes cargos como assassina os que conseguem, como foi o caso de Marielle Franco. A esfera política é um importante espaço de tomada de decisão, influência no cotidiano de toda a sociedade com avanços e retrocessos nas políticas públicas. É preciso ter em mente que é um espaço legitimado. Cabe, portanto, uma disputa por esses espaços. Atualmente existe uma ausência e sub-representação de negros, e essa disparidade é maior ainda quando falamos das mulheres negras.

Por último, mas não menos importante, cite-se a situação das mulheres pretas ou pardas, em desvantagem no quesito representação, tanto em comparação aos homens de mesma cor ou raça, quanto em relação às mulheres brancas. Em 2018, as mulheres pretas ou pardas constituíram 2,5% dos deputados federais e 4,8% dos deputados estaduais eleitos, e, em 2016, 5,0% dos vereadores. Consideradas apenas as mulheres eleitas, foram 16,9%, 31,1% e 36,8%, respectivamente. (IBGE, Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2019)

A conquista de Benedita da Silva ao pleito no Congresso revela-se, deste modo, como processo com potencial revolucionário, já que é através da representação política na arena institucional que o anti-racismo tem maiores chances de se concretizar e materializar em políticas públicas. É básico pensar políticas públicas que incluam a candidatura e eleição de mulheres negras, modificar procedimentos eleitorais, pautar nas ideologias dos partidos, pensar um mínimo de vagas nas candidaturas, inclusive associando ao orçamento do fundo partidário como já é feito nas candidaturas femininas³⁰. Fortalecendo debates de raça, racismo, anti-racismo na sociedade e o lugar de fala, Sueli Carneiro tem a oportunidade de entrevistar e ouvir da boca de Bené sobre como é fazer uma política voltada para as mulheres negras.

Sueli Carneiro: Cada dia que passa eu tô tendo mais apreço pelo tema da memória, talvez seja por causa do envelhecimento que traz o desejo de compartilhar tudo que temos guardado de memória individual e coletiva e temos a responsabilidade de transferir as novas gerações. Obrigada Bené por essa oportunidade que você está me dando de provocar a sua memória e oferecer, sobretudo as mais jovens conhecer um pouco mais uma história de vida que faz de você um caso único na história das mulheres negras na história do Brasil e também um caso raro na história das mulheres negras no mundo. Você foi empregada doméstica, professora de escola comunitária, vereadora, senadora, vice-governadora, governadora, ministra de Estado, Secretária de Estado e está no seu quarto mandato de deputada federal. Uma trajetória extraordinária que emociona e enche de orgulho as mulheres negras do Brasil. O seu primeiro mandato de vereadora em 80 foi uma conquista inusitada para as mulheres negras de todo país, mulher, negra favelada, ex-doméstica. Como foi a construção dessa candidatura? Ao que você atribui esse êxito que ainda hoje é um grande desafio para as mulheres negras?

Benedita da Silva: Eu posso atribuir primeiro o legado de minha mãe, Dona Ovídia, uma mulher negra, forte, analfabeta, era mãe de Santo, tinha seu terreiro, parteira. É um legado que na verdade nós, nenhuma de suas filhas teríamos condições de fazer, tomei para mim essa responsabilidade, de quando nada, quer dizer, não virei parteira, não virei mãe de Santo Ialorixá mas pelo menos eu buscava me entrosar na política que era uma das coisas que ela adorava. Fui fazendo meu trabalho comunitário ainda jovem respeitada até por conta de minha mãe na favela de Chapéu Mangueira. E ali nós começamos a fazer a nossa política, nossa política de mulher negra, nossa política de mulher da bica d'água, nossa política de mulher que corria atrás da escola, nossa política de mulher que lavava a roupa, mulher que trabalhava, que era doméstica e tinha que conciliar as coisas, é lata d'água na cabeça, essa mulher. (Mulheres negras: Vozes e Trajetórias. Entrevistadora: Sueli Carneiro. 27/08/2020. Live. Disponível em: <https://www.facebook.com/199793346871881/videos/794055048079708>)

³⁰ Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, estabeleceu em seu art. 10 § 3º, o mínimo de 30% de registro de candidaturas para cada sexo, complementando a disposição da Lei 9.096/95 que estipula no art.44, inciso V, um valor mínimo do total dos recursos financeiros do Fundo Partidário para o financiamento de campanhas voltadas a manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Portanto, Bené que é uma liderança política de combate ao racismo tem esse reconhecimento inclusive de outras militantes referências do movimento negro. Falar sobre Bené é fazer um resgate de uma memória viva combativa, que sofre na pele³¹ as marcas ~~de~~ ~~um~~ do racismo. É também, mais uma vez, uma forma de evidenciar, através da experiência e vivência de uma personagem pública, o modo como o racismo e o sexismo operam e se associam na determinação de oportunidades de vidas negras femininas e suas histórias de resistência.

³¹ “Benedita da Silva registra queixa em delegacia do Rio por xingamentos racistas. ” Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/31/benedita-da-silva-registra-queixa-em-delegacia-do-rio-por-xingamentos-racistas.ghtml>. Acessado em: 08/09/2020

Considerações finais

O discurso que molda preconceitos e estereótipos sobre a população negra tem o berço cultural e epistemológico na exploração dos colonizadores sobre a América Latina. Aqui me propus a apresentar as principais reflexões decorrentes da análise da trajetória, vivência, ativismo e produções de conhecimento da Sueli Carneiro, através de uma perspectiva decolonial, como contribuição para a prática reflexiva de sociedades multirraciais e pluriculturais.

Para compreender a complexidade do racismo em todas as suas dimensões é fundamental jogar luz sobre as instituições sociais que o sustentam, dentre as quais se destacam as instituições de produção do conhecimento e o próprio campo acadêmico-científico. A reestruturação das relações de poder, família, educação, política, saúde, mídia são imprescindíveis para o combate dessas desigualdades assim como o são as disputas no âmbito da academia. Em uma sociedade que mata os negros sistematicamente, essas instâncias são fundamentais e determinantes na vida das mulheres negras. Durante sua vida, Sueli Carneiro se debruçou sobre a temática como objeto-pesquisadora e intelectual pública, adotando uma postura crítica e reflexiva que não prescindia, mas, ao contrário, partia de suas vivências e experiências como mulher negra, tornando-se referência não só para a sua geração, mas deixando um legado de continuidade.

As suas ações e produções sobre a temática étnico-racial transformam o movimento de mulheres, movimento negro, meio acadêmico, e a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, ao dar visibilidade à sua produção como contribuição teórica e crítica ao pensamento social latino-americano, colocamos em prática a teoria decolonial já que sua perspectiva desconstrói, a partir do pensamento feminista e anti-racista, a colonialidade do ser, do saber e do poder. O local social e epistêmico reverbera na identidade da população negra nas formas de pensar e existir, além de estar intimamente relacionado à criticidade da consciência racial dos brancos historicamente e socialmente privilegiados por um racismo estrutural.

Vale salientar que a realidade social sobre a qual se debruça Sueli Carneiro e da qual ela parte é aquela atravessada pelo legado histórico do colonialismo tal como se manifestou e desenvolveu no Brasil e em outras sociedades latino-americanas. Na América Latina, além da escravidão e genocídio das populações nativas e afro-descendentes, prevalecem as consequências históricas do capitalismo dependente que, dentre outras coisas, acentua as desigualdades sociais, submetendo a maior parte da população à opressão de gênero somada à opressão étnico-racial e de classe. Ainda que Sueli Carneiro tome como referência várias

contribuições teóricas do pensamento feminista negro estadunidense, é a partir de seu lugar situado na realidade latino-americana marcada pelo racismo velado pelo colonialismo e o imperialismo que ela fala.

Esta dissertação e esse lugar de fala só é possível porque Sueli Carneiro e outras militantes do movimento negro ousaram transgredir a sistemática racista. A análise das categorias objetivas e subjetivas que compõem o sistema simbólico racista e sexista são ferramentas importantes e indispensáveis à compreensão e interpretação do racismo e do sexismo e, portanto, indispensáveis à luta contra a discriminação étnico-racial. Compartilho aqui do pensamento crítico decolonial e feminista negro, para os quais os conceitos e teorias, bem como abordagens e perspectivas enraizados em vivências e experiências de discriminação e violência simbólica – ou elaboradas a partir da ferida colonial – revelam as facetas invisíveis dos fenômenos sociais, encobertos pelos discursos hegemônicos e eurocêntricos da modernidade e nos ajudam, assim, a nos tornarmos sujeitos sociais conscientes da nossa própria história. Esse enfrentamento só pode ser realizado de forma conjunta com a finalidade de uma sociedade cada vez mais igualitária que envolve, inclusive se não principalmente, a simetria de visões, perspectivas e abordagens alternativas no âmbito das instituições do conhecimento e da produção intelectual. Ser uma mulher negra latino-americana que fala por si é romper as barreiras teóricas, pensar no racismo estrutural, ideológico, genocida a partir de um lugar marcado pela experiência vivida da discriminação, da dor e da exclusão social. Entendemos que essa vivência constitui importante ferramentas para a construção de análises e interpretações alternativas e contra hegemônicas, capazes de transformar a realidade social. O diálogo com o trabalho produzido por Sueli Carneiro resinifica a forma de produzir conhecimento e reverbera na prática dentro do movimento negro, do campo acadêmico e na sociedade como um todo.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro - A construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília: LGE Editora, 2008.
- ARAÚJO, Fernanda & MATTOS, Mayara. **Descolonizar os feminismos Latino americanos e caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça**. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero v. 13, n.1, 2016.
- BARTHOLOMEU, Juliana S. S. 2019. “**Sueli Carneiro**”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/autor/sueli-carneiro>> e acesso em: 3 abr. 2020.
- BERNADINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. - Brasília: Universidade de Brasília, 2015.
- _____. Decolonialidade, **Atlântico Negro e Intelectuais Negros Brasileiros: Em busca de um diálogo horizontal**. Sociedade e Estado, v.33, n.1, p. 119-137.
- BERNADINO-COSTA, Joaze, & Grosfoguel, Ramón. (2016). **Decolonialidade e perspectiva negra**. *Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24
- BRAGA, Raquel Willadino - *Procesos de Exclusión e Inclusión Social de Jóvenes en el Contexto Urbano Brasileño: Un Análisis de Trayectorias de Violencia y Estrategias de Resistencia*. Tesis de Doctoral Presentada en departamento de Psicología Social, Madrid, 2003.
- BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- _____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Cotas Raciais e Sociais.
- _____. **Lei nº 12.711, DE 29 DE agosto de 2012**. Estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio.
- _____. **Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997**. art. 10 § 3º, o mínimo de 30% de registro de candidaturas para cada sexo.
- BORGES, Silva Rosane, **Sueli Carneiro**. São Paulo, Selo Negro, 2009 [Retratos do Brasil Negro].
- BORÓN, Atílio. *Democracia y movimientos sociales* en América Latina In: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2007.
- CÂNDIDO, CAIO. **De onde vem meu preconceito - Os quadrinhos como instrumento de introdução à lei número 10.539/03**. Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2013.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Sueli Carneiro II (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 27min).
- _____. “**Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**”. In: Racismos Contemporâneos. RJ: Takano Editora, 2003, pp 49-58.

_____. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

_____. **Gênero Raça e Ascensão Social**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>>. Acesso em: 17 mar. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

_____. **“A mulher negra na década – a busca da autonomia. Apresentação”**. Cadernos Geledés nº 5, São Paulo, outono 1995.

_____. **“Matriarcado da miséria”**. Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 15/ 9/2000, p. 5.

_____. **“Aquelas Negas”**. Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 06/10/2000, p. 5.

_____. **“Mulheres negras: lembrando nossas pioneiras”**. Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 8/3/2002, p. 15.

_____. **“Aborto”**. Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 29/09/2000, p. 4.

_____. **“Mulheres”**, Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 14/6/2002e, p. 5.

_____. **“Mulheres negras: Lembrando nossas pioneiras”**, Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 29/09/2000, p.15)

_____. **“Primeiro Emprego”**, Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 24/05/2003, p.17)

_____. **“Previdência: marcos éticos para a inclusão social”**, Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 24/05/2003, p.17)

_____. **“Bené”**, Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 19/04/2002, p.5.

_____. **“Diversidade e Globalização Igualitária”**, Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 11/02/2002, p.5.

CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. **Unsafe abortion: a patriarchal and racialized picture of women’s poverty**. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 452-470, Dec. 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y Ramón Grosfoguel - **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

COSTILLA, Lucio Oliver. **O Novo na Sociologia Latino-americana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul. /Dez 2005, p. 244-273).

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Sociedade e Estado*, 31, 99- 127.

_____, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

_____, Patrícia Hill. **Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro**. In: JARBADO, Mercedes. (Ed.). *Feminismos negros. Una ontología*. Madri: Edición Traficantes de Sueños, 2012.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **“Povos indígenas, racialização e políticas afirmativas no ensino superior”** In: *Tecendo Redes antirracistas, Áfricas, Brasis, Portugal/ organização Anderson Ribeiro Oliva, Marjorie Nogueira Chaves, Renísia Cristina Garcia Filice, Wanderson flor do Nascimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIJK, Teun A. **Racismo e discurso na América Latina**. - São Paulo: Contexto, 2008.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do Outro**. - Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

DUARTE, Evandro; QUEIROZ, Marcos; COSTA, Pedro. **A hipótese Colonial, um diálogo como Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro dos debates sobre racismo e o sistema penal**. *Universitas JUS*, v. 27, n. 2, p. 1-31, 2016

FERNANDES, V., & Souza, M. C. (2016). **Identidade Negra entre exclusão e liberdade**. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (63), 103-120.

FIGUEIREDO, Ângela. **Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira**. *Revista Direito e Práxis*, 2018.

_____. **Somente um ponto de vista**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51, 2017b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510017.pdf>. Acesso em: 02.12.2020

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. - Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Lisboa: Edições 70, s/d (1966).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25. ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. – 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Renísia Cristina. **Por uma visão histórico-dialética da cultura brasileira: algumas reflexões sobre raça, movimento negro e políticas educacionais**. In: NASCIMENTO, C. G. (org.). *Versos e Reversos da Educação: das políticas às pedagogias alternativas*. Goiânia: PUC-Goiás, 2010. p.89-110.

_____. **Identidade Fragmentada. Um estudo sobre negro na história da Educação Brasileira**. Brasília: Inep, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

_____. **Coleção perspectiva do homem**, vol. 48. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1982.

GROSFUGUEL, Ramón. **A Estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do logo século XVI**. Sociedade e Estado, Sociedade e Estado, volume 31, 25- 49.

_____. **Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality**. University of California, Berkeley, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. Ciências Sociais Hoje, n. 2, ANPOCS, 1983, p. 223-244.

_____. **“A categoria político cultural de amefricanidade”**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

_____. **Lugar de negro**. - Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos de identidade**. Autêntica, Belo Horizonte, 2006.

GROSFUGUEL, Ramón. *Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality*. Journal transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World, 2011.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**. – 1. Ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**; tradução Bhuvli Libanio. 11^a ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **Vivendo de amor**. In: Geledés, 2010, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>.

_____. **Intelectuais Negras**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584.

IANNI, Octavio. **As ciências sociais na época da globalização**. *Rev. Bras. Cienc. Soc.*, São Paulo, v. 13, n.37, jun. 1998.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**. 1^a edição, São Paulo: Editora Francisco Alves, 1960.

LERSCH, Thelma Beatriz Carvalho Cajueiro. **Médicos negros no Rio de Janeiro: racismo, reconhecimento e o lugar simbólico do negro no imaginário social brasileiro**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2008

MARTINS, Carlos Eduardo. **O pensamento latino-americano sistema mundial**, en *Crítica teoría en el pensamiento social latino-americano*, Buenos Aires, CLACSO, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. - 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: Desprendimiento y apertura. Un manifiesto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGEL, Ramón (comps.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes**. Dossiê Antropologia, gênero e sexualidade no Brasil: Balanço e perspectivas. Cadernos Pagu (42) janeiro-junho de 2014:201-248. ISSN 0104-8333.

NAVARRO, Vicenç, **Las teorías geneticistas de las desigualdades**, público, 15 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.vnavarro.org/?p=9436>> e Acesso em: 2 jul. 2017

NOVION, Jacques de; COSTILLA, Lucio O.; AYALA, Mario. **Pensamento, teoria e estudos latino-americanos**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Brasília, v. 8, n. 2, p. 5-14, 2014.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo soc. São Paulo, v.19, n.1, p.287-308, Junho, 2007.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO. **Paulo Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico**. Rev. Bras. Psiquiatria, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, Dec. 2000.

OLIVA, Anderson R. **Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras**. In Revista História Hoje, 1(1), p. 29-44, 2012.

_____. **A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências**. In Revista Estudos Afro-Asiáticos, v. 28, 2006.

OLIVEIRA, Míria Gomes de; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03**. Educ. Real, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 183-196, mar. 2017.

OLIVEIRA, Weber. **Correio Negro? A Emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo**. Goiânia, v. 7, n. 1, p. 25-28, jan. /jun. 2017.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONÇORES, Elisa. **Legados da cor: mobilidade social segundo a condição de escolaridade de mães e filhos**. Em: PETRUCCELLI, José Luis;

PEREIRA, Juliano. **À flor da pele: a juventude negra feminina na agenda política de juventude no século XXI**. Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, 2013.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo Editora Nós, 2017

PRUDENTE, E. A. de J. (1988). **O negro na ordem jurídica brasileira**. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, 83, 135-149. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67119>

QUIJANO, Anibal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**. In: Lander, Edgardo (org.). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Objetiva. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

_____, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** – 1. Ed. - São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

_____, Djamila. **Feminismo Negro para um novo marco civilizatório - Uma perspectiva brasileira.** Revista Ensaios sur 24-v.13 a.24- 99, 2016.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras de Bertioa a Beijing.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995.

SABOIA, Ana Lucia. Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades. IBGE, Rio de Janeiro, 2013, p. 143-160.

SANTOS, Deborah; RODRIGUES, Ruth. **O movimento negro e a construção da agenda como recorte racial no âmbito das políticas públicas educacionais.** Em: Políticas Públicas e Raça: avanços e perspectivas 1 edição - Universidade de Brasília, 2016.

SANTOS, Leandro José dos. **Escritos negros: nota sobre educação e participação política na imprensa negra de ontem e de hoje.** Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais. N.14 e 15, p. 99-112, 2010/2011.

SANTOS, Marcelo; CARDOSO, Ivanilda. **Áskesis | v.5 | n.2 | julho/dezembro - 2016 | 98 - 112.**

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência Universal.** - 6ª ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

SILVA, Ana Paula; Almeida, Magali. **Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Souza da Silva Sampaio.** Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 278 - 283

SILVA, Denise Almeida. **De Epistemicídio, (in) visibilidade e narrativa: Reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros.** Ilha do Desterro, (67), 51-62, 2014.

SILVA, Tauana. **A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984).** Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SVAMPA, Maristella. **Debates latino-americanos.** - La ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TADEI, Emanuel Mariano. **A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n. 4, p. 2-13, Dec. 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux, 2010.

MIGNOLO, Walter. "El pensamiento decolonial: Desprendimiento y apertura. Un manifiesto". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiado &

PoadCast

Asfixia social que estrangula as mulheres negras no Brasil. Entrevistador: Walter Porto. Entrevistada: Aparecida Sueli Carneiro Jacoel. 16 de set, 2019. Podcast. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/> Acesso em: 14/08/2020.

Epistemicídio, Episteme - Conhecimento, Cídio - Morte. Entrevistador: Lázaro Ramos. Entrevistada: Aparecida Sueli Carneiro Jacoel. 20 de ago., 2020. Programa Espelho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KKWhDkulnMA/> Acesso em: 18/08/2020.

Particularidades do racismo no Brasil. Entrevistador: Paulo Lima. Entrevistada: Aparecida Sueli Carneiro Jacoel. 22 de nov, 2018. Podcast: Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-e-uma-das-homenageadas-ao-premio-trip-transformadores-2018/>. Acesso em: 18.08/2020

Fala de Sueli Carneiro durante a mesa Feminismos Negros do “Na Janela: Jornadas Antiracistas” Evento promovido pela companhia de letras) de 25/07/2020. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Uma-fala-de-Sueli-Carneiro>. Acessado em: 15/09/2020

Sites

Trabalho de conclusão semestral sobre mídias identitárias. Natália Carneiro. Falas de: Sueli Carneiro; Pedro Borges e Carla Tozô. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=82mUz30cMfc>. Acessado em: 20.08.2020

Benedita da Silva registra queixa em delegacia do rio por xingamentos racistas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/31/benedita-da-silva-registra-queixa-em-delegacia-do-rio-por-xingamentos-racistas.ghtml>> Acessado em: 08.09.2020

Sobrevivente, testemunha e porta-voz” Entrevistadora: Bianca Santana. Entrevistada: Aparecida Sueli Carneiro Jacoel. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>.

BRAZILIENSE, Correio. **1960 a 2009**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=028274>. Acessado em: 07.06.2020

GÉLEDES. **Sueli Carneiro**. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro>>. Acesso em: 20 novembro de 2019.

_____. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional>>. Acesso em: 20 novembro de 2019.

_____. **Não dá para falar de feminismo sem a mulher negra, diz Sueli Carneiro**. Por Walter Porto, Da Folha de S.Paulo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/>> Acessado em: 01 de abril de 2020.

_____. Por que se matou a psicanalista negra que fazia sucesso no Rio? Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/racismo-por-que-se-matou-psicanalista-negra-que-fazia-sucesso-no-rio/>>. Acessado em: 26 de agosto de 2020. >

_____. A trajetória intelectual ativista de Beatriz Nascimento. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-trajetoria-intelectual-ativista-de-beatriz-nascimento/>>. Acessado em: 27 de agosto de 2020.

_____. Marcha das mulheres negras. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-book-marcha-das-mulheres-negras/>> e acesso em: 5 jun. 2020.

Quem é Marielle Franco? Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acessado em: 19.08.2020

Sueli no Estado de São Paulo. In: Sempre um Papo. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FN0D7FCQcXo&t=1696s>>. Acesso em: 10 novembro de 2019.

Sueli no Estado de São Paulo. In: ONG Fábrica de Imagens. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CMWXkgDNhBk>>. Acesso em: 10 novembro de 2019.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, MNU: **Carta de Princípios.** Disponível em: <<https://mnu.org.br/quem-somos/>>. Acessado em: 07.06.2020

MUSEU AFRO BRASIL. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/lista-de-biografias/biografia/2016/04/07/jacques-etienne-arago---obras>> Acessado em: 20.10.2020

IBGE, **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Informativo. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acessado em: 19.08.2020

IBGE, **Escola Nacional de Ciências Estatísticas,** 2002, p.10. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>. Acessado em: 07.06.2020

LATTES, Currículo. Alex Ratts. Disponível em: <<http://ppgas.fcs.ufg.br/n/28879-docentes>> Acessado em: 27 de agosto de 2020.

Mulheres negras: Vozes e Trajetórias. Entrevistadora: Sueli Carneiro. 27/08/2020. Live. Disponível em: <https://www.facebook.com/199793346871881/videos/794055048079708>. Acessado em: 08.09.2020.